

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO



**A Contribuição das Freguesias para a divulgação da
Sociedade da Informação e do Conhecimento
Estudo do Caso das Juntas de Freguesia da área do
Concelho da Figueira da Foz**

Autora: Ana Isabel Viegas Baptista Marques

**Dissertação orientada pela
Prof^a. Doutora Maria João da Silva Costa Ferreira,
para a obtenção do grau de Mestre
em Administração Pública**

Coimbra, Agosto de 2008



Ao meu pai...

Resumo

A Sociedade da Informação e do Conhecimento está directamente relacionada com os benefícios do uso da Internet, através da qual a informação é disponibilizada a todos os sectores da sociedade, desempenhando um papel nuclear em todo o tipo de actividades humanas.

As redes digitais de informação têm um impacto fundamental ao nível do bem-estar social, face ao leque de oportunidades oferecidas pela economia digital e pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), com impactos profundos em vários domínios, nomeadamente, no trabalho, na cultura, na educação, no saber, na saúde, no lazer, e no aumento da qualidade e eficiência dos serviços públicos.

Embora sejam inegáveis os seus benefícios, é importante referir que à semelhança da diferença de classes da sociedade industrial, a actual Sociedade da Informação e do Conhecimento gera igualmente divisões entre aqueles que tem acesso às TIC, e aqueles que o não têm, nem tenham capacidade para dele usufruírem. É, pois, de extrema importância garantir a coesão digital, possibilitando o acesso e uso das TIC a todos os cidadãos, desenvolvendo para tal políticas específicas para os cidadãos de risco.

Cabe ao Estado o papel social de evitar esta info-exclusão, mediante a aplicação de medidas dirigidas à população em risco. Estas deverão poder ser aplicadas pelos órgãos governamentais mais próximos da população-alvo. A Freguesia é o organismo do estado mais próximo do cidadão, que tem como missão a prossecução dos interesses próprios das populações respectivas.

Neste contexto, esta dissertação tem como objectivo verificar até que ponto os eleitos das Juntas de Freguesia consideram a inclusão na Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC) como forma de proporcionar uma qualidade de vida e uma inserção completa dos cidadãos na sociedade global, contemplando esta medida nas suas prioridades políticas.

Palavras-Chave: Sociedade da Informação e do Conhecimento. Poder Local. Cidadãos. Freguesias. Info-exclusão.

Abstract

The information society is directly related to the benefits of the use of the Internet, through which information is made available to all sectors of society, playing a nuclear role in all kinds of human activities. The digital networks of information have a fundamental impact on social welfare, given the range of opportunities offered by the digital economy and the new information and communication technologies (ICT), having a profound effect on various fields such as work, culture, education, knowledge, health, and as well as the increase in the quality and efficiency of public services.

Although its benefits are undeniable, it is important to note that similar to the difference in classes of industrial society, the current Information Society also creates divisions between those who have access to ICTs, and those who do not have it, nor are able to benefit from it. It is therefore of utmost importance to ensure digital cohesion, enabling access and use of ICT for all citizens by developing specific policies for the citizens who are at risk.

The State has the social role of avoiding this digital divide, through the application of measures aimed at the population group which is at risk. These should be implemented by government agencies which are nearest to the target population: the Parishes. This is the state organism which is closest to the people, and which has the mission to meet the needs of the respective population. The purpose of this dissertation is to understand how much which one of the Parish leaders consider that inclusion in the Information Society is a way of providing quality of life and a full integration of citizens in the global society, and how they contemplate this investment area in their policy priorities.

Keywords: Information Society. Local Power. Citizens. Parishes. Info-exclusion

Índice

Capítulo I	Introdução	Pág. 11
1.1.	Enquadramento	Pág. 11
1.2.	Motivação	Pág. 13
1.3.	Objectivos	Pág. 14
1.4.	Metodologia	Pág. 15
1.5.	Organização da Tese	Pág. 16
Capítulo II	A Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 18
2.1.	Informação e conhecimento	Pág. 18
2.2.	A Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 19
2.3.	A nova forma de exclusão social no mundo em linha	Pág. 26
2.4.	A União Europeia e a Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 28
i.	O Programa <i>eEurope</i>	Pág. 29
ii.	O Plano de Acção <i>i2010</i>	Pág. 31
iii.	Outros Programas Comunitários para a Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 33
2.5.	O Percurso da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal	Pág. 35
i.	O Programa Ligar Portugal	Pág. 55
ii.	Panorama de difusão da Internet em Portugal	Pág. 56
iii.	O programa Simplex	Pág. 58
Capítulo III	O <i>e-Government</i>	Pág. 61
3.1.	Tipos de <i>e-Government</i>	Pág. 66
3.2.	Implementação do <i>e-Government</i> e fases de maturidade	Pág. 68
3.3.	O <i>e-Government</i> Local	Pág. 69
3.4.	Potencialidades e estrangulamentos do <i>e-Government</i>	Pág. 72
Capítulo IV	A relação do Sector Público com a Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 76
4.1.	As Autarquias Locais e a Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 77

4.2. A evolução histórica das Freguesias na Administração Pública Portuguesa	Pág. 79
4.3. As Freguesias: definição, estrutura e competências	Pág. 81
4.4. As Freguesias na Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 85
Capítulo V O Caso de Estudo - as freguesias da área do Município da Figueira da Foz	Pág. 88
5.1. Caracterização do meio	Pág. 88
5.2. O Concelho e as Freguesias	Pág. 82
i - Os sectores de actividade	Pág. 93
ii - A estrutura etária	Pág. 97
iii - O nível de escolaridade	Pág. 101
iv - Caracterização geral de cada uma das freguesias	Pág. 102
5.3. Análise dos dados recolhidos com o questionário	Pág. 108
i - Análise das habilitações literárias dos membros do executivo das Juntas de Freguesia	Pág. 109
ii - Estrutura etária dos membros do executivo das Juntas de Freguesia	Pág. 112
iii - Caracterização dos Recursos Humanos	Pág. 113
iv - Actividades das Juntas de Freguesia	Pág. 115
v - O Orçamento das Juntas de Freguesia	Pág. 118
vi - Utilização das TIC pelas Juntas de Freguesia	Pág. 120
vii - Visão pessoal sobre o Governo Electrónico Local	Pág. 126
a) Visão pessoal sobre o Governo Electrónico Local – análise das questões abertas	Pág. 127
viii - Análise crítica dos resultados obtidos	Pág. 130
Capítulo VI Conclusão	Pág. 133
6.1. Síntese do trabalho realizado	Pág. 133
8.2. Trabalho futuro	Pág. 136
8.3. Conclusões finais	Pág. 137
Bibliografia	Pág. 140

Índice de siglas

ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias

AP – Administração Pública

CE – Comissão Europeia

CPA – Código do Procedimento Administrativo

CRP – Constituição da República Portuguesa

FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IGAT - Inspeção Geral da Administração do Território

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Instituto Público

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LAL – Lei das Autarquias Locais

LFL – Lei das Finanças Locais

PIB – Produto interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNACE – Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego

POSI – Plano Operacional Sociedade da Informação

RCC – Rede Comum de Conhecimento

RCTS – Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade

RDIS – Rede Digital de Integração de Serviços

RH – Recursos Humanos

SIC – Sociedade da Informação e do Conhecimento

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UCMA – Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa

Índice de Tabelas

Tabela 1	- Requisitos de validade da informação	Pág. 19
Tabela 2	- Definição de Sociedade da Informação de acordo com as perspectivas apontadas por Frank Webster	Pág. 20
Tabela 3	- Aspectos inerentes ao <i>digital divide</i>	Pág. 27
Tabela 4	- Conceitos inerentes ao <i>digital divide</i>	Pág. 28
Tabela 5	- Principais Objectivos da iniciativa eEurope	Pág. 29
Tabela 6	- Objectivos e Acções do Plano de Acção eEurope 2002	Pág.29
Tabela 7	- Objectivos e Acções do Plano de Acção eEurope 2005	Pág. 30
Tabela 8	- Objectivos e Acções do Plano de Acção i2010	Pág. 32
Tabela 9	- Programa eContenPlus	Pág. 33
Tabela 10	- Programa IDABC – Intercâmbio de Informação entre as Administrações, a Empresas e os Cidadãos	Pág. 33
Tabela 11	- Medidas da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação	Pág. 41
Tabela 12	- Eixos em que se baseia o Plano Tecnológico	Pág. 46
Tabela 13	- Algumas Medidas do Plano Tecnológico para o Cidadão	Pág. 47
Tabela 14	- Algumas Medidas do Plano Tecnológico no âmbito da Administração Pública	Pág.48
Tabela 15	- Linhas de Acção do POSI	Pág.51
Tabela 16	- Dados sobre a Sociedade da Informação em Portugal	Pág. 56
Tabela 17	- Medidas incluídas na vertente XV (Promover a Transparência) do Programa Simplex 2007	Pág. 59
Tabela 18	- Tipos de e-Government	Pág. 66
Tabela 19	- Níveis de Interoperabilidade	Pág. 74

Tabela 20	- Distribuição etária da população residente nas freguesias urbanas	Pág. 99
Tabela 21	- Distribuição etária da população residente nas freguesias rurais	Pág. 100
Tabela 22	Caracterização geral de cada uma das freguesias da área do concelho da Figueira da Foz	Pág. 102
Tabela 23	Habilitações Literárias do Presidente	Pág. 110
Tabela 24	- Habilitações Literárias dos Secretários	Pág. 110
Tabela 25	- Habilitações Literárias dos Tesoureiros	Pág. 111
Tabela 26	- Escalão Etário dos Presidentes de Junta	Pág. 112
Tabela 27	- Escalão Etário dos Secretários	Pág. 112
Tabela 28	- Escalão Etário dos Tesoureiros	Pág. 113
Tabela 29	- Análise estatística dos RH das Juntas de Freguesia	Pág. 114
Tabela 30	- Caracterização dos RH disponíveis nas Juntas de Freguesia	Pág. 115
Tabela 31	- Instituições geridas pelas Juntas de Freguesia	Pág. 116
Tabela 32	- Serviços prestados aos cidadãos residentes na freguesia	Pág. 117
Tabela 33	- Distribuição do Orçamento das Freguesias pelas rubricas relacionadas com a SIC	Pág. 119
Tabela 34	- Evolução da aquisição de equipamento informático	Pág. 120
Tabela 35	- Endereços electrónicos das Juntas de Freguesia da área do Concelho da Figueira da Foz	Pág. 125
Tabela 36	- Estatísticas das Freguesias do Concelho	Pág. 130

Índice de Gráficos

Gráfico 1 –	Distribuição da população residente pelas freguesias do concelho (2001)	Pág. 92
Gráfico 2 –	Distribuição da população residente por freguesia (2001)	Pág. 92
Gráfico 3 –	Distribuição da população empregada por sector de actividade	Pág. 93
Gráfico 4 –	Distribuição da população empregada das freguesias rurais por sector de actividade	Pág. 96
Gráfico 5 –	Distribuição da população empregada das freguesias urbanas por sector de actividade	Pág. 97
Gráfico 6 –	População residente por unidade territorial (2001)	Pág. 97
Gráfico 7 –	Distribuição da população residente por escalão etário (2001)	Pág. 98
Gráfico 8 –	Distribuição etária da população residente nas freguesias urbanas	Pág. 99
Gráfico 9 –	Distribuição etária da população residente nas freguesias rurais	Pág. 101
Gráfico 10 –	Nível de instrução da população concelhia	Pág. 101

Índice de Figuras

Figura 1 – Elementos Chave na transição para a SIC	Pág. 24
Figura 2 – Características da Sociedade da Informação e do Conhecimento	Pág. 25
Figura 3 – Localização dos Projectos Cidades e Regiões Digitais	Pág. 42
Figura 4 – Mapa da área do Concelho da Figueira da Foz	Pág. 89
Figura 3 – Distribuição Geográfica das Freguesias pelo território concelhio	Pág. 91

Capítulo I - Introdução

A presente dissertação destina-se à obtenção do grau de Mestre em Administração Pública, pelo Instituto Superior Bissaya Barreto.

A evolução do impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação na vida dos cidadãos, das organizações e das entidades governamentais, particularmente com o uso e aproveitamento da Internet é hoje uma realidade. Contudo se, por um lado, o nível da sua utilização é superior nas entidades privadas, sendo que as entidades públicas têm uma menor predisposição ao seu pleno uso e à consequente adopção de novos procedimentos, por outro lado verifica-se uma enorme dificuldade de utilização das novas ferramentas por parte de grande maioria da população, mormente a mais envelhecida e a menos instruída.

1.1. Enquadramento

Desde o início da utilização das máquinas como meio de auxílio ao Homem no desenvolvimento das suas actividades manuais, que se procurou encontrar uma forma das máquinas “automatizarem a razão”, no sentido de auxílio ao desenvolvimento das tarefas intelectuais. Um estudo elaborado por Leibniz, filósofo e matemático alemão, em 1679, incidiu sobre um meio de automatizar a lógica, tentando encontrar um ponto a partir do qual fosse possível ordenar informação, comprimi-la e introduzi-la numa máquina, de forma a “economizar” a mente, e a conseguir transmitir essa informação de forma partilhada pelas diversas populações, eliminando barreiras de língua e cultura. A finalidade última do seu projecto era a aproximação das populações, no sentido da unificação da totalidade do género humano (Mattelart, 2001: 5).

Outras finalidades foram sendo associadas ao acesso a informações dos mais variados tipos. O cálculo das probabilidades estatísticas surgiu como forma de orientar as escolhas em caso de incerteza, pelo que, a necessidade de recolha de informação sobre as características, positivas e negativas, de um país ou de um Estado, foi sentida pelos governantes, como meio de conhecer a sociedade que gere, bem como as sociedades dos países vizinhos, de forma a aferir das suas fragilidades e da sua própria vulnerabilidade face a eventuais ataques. Este conhecimento tinha já demonstrado ser de grande

importância para o desenvolvimento de estratégias de defesa do território, tendo estado na base de vários projectos de fortificação do Séc. XIV (Mattelart, 2001: 11).

A invenção do telégrafo surgiu como uma forma de transmissão de informação entre locais longínquos, constituindo um meio de permitir alargar a democracia a uma população muito maior, ao permitir que todos os que tinham como função tomar decisões políticas, longe do poder central, o pudessem fazer de uma forma mais informada face à realidade vivida (Mattelart, 2001).

Os meios de transmissão de informação foram evoluindo ao longo do tempo, associados à tomada de decisão política e militar. Desta evolução nasce o computador e da sua utilização surge a necessidade de ligação em rede, por forma a transmitir informação dentro de departamentos e entre departamentos.

Em 1969 surgiu a ARPANET, uma rede de computadores criada pela Agência de Projectos de Investigação do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. Esta agência, denominada ARPA – Advanced Research Projects Agency, foi fundada em 1958, com o objectivo de mobilizar recursos, provenientes, essencialmente, do meio universitário, de modo a conseguir atingir a superioridade tecnológica militar sobre a União Soviética, que tinha lançado o seu primeiro Sputnik em 1957. O Departamento de Defesa pretendia construir um sistema de comunicação militar capaz de sobreviver a um ataque nuclear (Castells, 2004: 26).

Outros departamentos das forças armadas americanas foram criando as suas redes internas e, em 1975, foi criada uma ligação entre as diversas redes sob controlo da DCA - Defense Communication Agency, estabelecendo-se a Defense Data Network (Castells, 2004:27). Em 1983, o Departamento de Defesa, baseando-se na preocupação com possíveis violações do seu sistema de segurança, cria uma rede destinada exclusivamente a funções militares, a MIL-NET. A ARPANET converteu-se em ARPA-INTERNET, destinando-se exclusivamente à investigação universitária. Fora do contexto militar, a ARPA-INTERNET passou a ser gerida pela Fundação Nacional para a Ciência, que rapidamente promoveu o acesso das entidades privadas à Internet, em cooperação com a comunidade universitária de informáticos. (Castells, 2004).

Como refere Castells (2004: 39) “todos os avanços tecnológicos chave, que desembocaram na criação da Internet, são fruto do trabalho de instituições governamentais, grandes universidades e centros de investigação”.

A evolução da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na vida dos cidadãos e das organizações favorece o desenvolvimento de mudanças e a criação de um novo modelo de vida e organização, o que conduz a uma enorme transformação e à implementação de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC).

Com a introdução destas ferramentas na Administração Pública surgem novos conceitos de governação e de cidadania, sendo que, desta forma, se proporciona uma maior aproximação dos cidadãos ao sistema político.

1.2. Motivação

Tendo em conta a evolução em termos de avanços tecnológicos e mudanças a nível da troca de informação e do nível de importância que a possibilidade de aceder à mesma atinge nos dias de hoje, e atendendo ao papel fundamental das Autarquias Locais numa perspectiva de inclusão da sociedade nesta nova realidade que se nos apresenta, com este trabalho pretende-se avaliar o grau de percepção dos eleitos locais para a importância da Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC) na vida dos cidadãos e avaliar qual o grau de sensibilidade face ao problema social associado à info-exclusão.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento e a sua divulgação deverá ser tomada como uma das responsabilidades das Autarquias Locais no âmbito das suas atribuições de promoção de desenvolvimento, educação e cultura, pelo que a sua implementação deverá contar com o papel activo das Freguesias, na medida em que estas consubstanciam o órgão governamental mais descentralizado e, por isso, mais próximo das comunidades locais.

A implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento surge como um objectivo da União Europeia, transportado para cada um dos seus países membros. Em Portugal, este objectivo pretende ser atingido por via da implementação de diversas iniciativas, na sua maioria integradas no Programa Simplex. Este programa, implementado pelo XVII Governo Constitucional, tem como objectivo “orientar a Administração para uma resposta pronta e eficaz às necessidades dos cidadãos e das empresas”, no sentido de

contribuir para o aumento da confiança dos cidadãos nos funcionários públicos, facilitando o exercício dos seus direitos e o cumprimento das suas obrigações.

Dentre as várias medidas a implementar pelo Simplex, verifica-se que o objectivo final prende-se com a disponibilização de informação diversa online e a evolução no sentido da participação do cidadão na vida política e o exercício da sua cidadania se efectivar através da Internet. No entanto, o acesso a esta forma de “participação virtual” e o exercício desta nova forma de cidadania não está acessível a todos os cidadãos. Assim, se nada for feito para contrariar esta realidade, a actual Sociedade da Informação e do Conhecimento gerará divisões entre aqueles que têm acesso às TIC’s e aqueles que não têm acesso ou capacidade para dele beneficiarem. E esta divisão implementará o aparecimento de uma nova forma de exclusão social: a designada info-exclusão, sendo a população mais idosa ou com menor grau de instrução a mais prejudicada e mais susceptível de se afastar desta nova realidade.

Esta população mais idosa e menos instruída constitui o grupo que maioritariamente se desloca à sua Junta de Freguesia no sentido de solicitar ajuda nos mais diversos aspectos, dada a proximidade do poder governativo à comunidade que se verifica a este nível. Essa proximidade permite aferir as necessidades das populações e perceber quais as lacunas a preencher em termos de formação e acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

1.3. Objectivo

Com este estudo pretendeu-se aferir o grau de introdução das Tecnologias da Informação e do Conhecimento nas Juntas de Freguesia enquanto autarquia local de menor grau¹ e com uma maior proximidade com as comunidades, o que lhes permite assumirem um papel de canal preferencial de relacionamento do cidadão com a vida política.

Claro que, para um estudo deste género, seria excelente conseguir abranger todas as Juntas de Freguesia do país, pelas especificidades que cada zona geográfica apresentará. No entanto, tal é inoportável no âmbito de uma dissertação de mestrado, pelo que se optou por limitar este estudo às Freguesias da área do Concelho da Figueira da Foz.

¹ As Autarquias Locais são, de acordo com o definido na lei, nomeadamente na Constituição da República Portuguesa, no continente, as Regiões Administrativas, os Municípios e as Freguesias, sendo que as Regiões Autónomas apenas compreendem Municípios e Freguesias. Estas últimas são as que abrangem uma unidade territorial inferior relativamente às restantes.

Assim, o objectivo geral deste estudo é averiguar se as Freguesias da área do Concelho da Figueira da Foz estão sensibilizadas e capacitadas para contribuir para a implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento junto das comunidades locais.

1.4. Metodologia

Para esta pesquisa utilizou-se, basicamente, o método qualitativo, que, de acordo com Collis & Hussey(2005:26), é um método subjectivo e envolve examinar e reflectir as percepções para obter um entendimento de actividades sociais e humanas.

O presente estudo iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica ligada a este tema específico, ao nível dos livros, artigos ou outros documentos acerca da temática da Sociedade da Informação e do Conhecimento, enquadrando-se aqui, essencialmente, bibliografia técnica, bem como documentos digitais, pesquisados na Internet, assim como a pesquisa de documentos jurídicos.

No capítulo referente ao estudo de caso, foram recolhidos dados com utilização das fontes estatísticas (censos), relativamente às características da população nos aspectos considerados importantes para o presente estudo, bem como no que diz respeito à distribuição da população da área do concelho pelas diversas freguesias. Neste capítulo, foram aplicados questionários aos Presidentes de Junta da área do Concelho, de forma a averiguar o grau de implementação do *e-Government* a nível local e a percepção por parte dos eleitos locais do papel activo das Freguesias na implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O universo da pesquisa é o universo de objectos a que o resultado da pesquisa deverá ser aplicado. Universo ou população é o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição, possuindo uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos (Carmo & Ferreira, 1998:191).

A amostra escolhida deve ser representativa da população que o investigador pretende estudar, permitindo extrapolar as conclusões que retirou da análise dos dados da amostra para a população que aquela representa. Segundo L d'Hainaut (1975:33), citado por Albarello, Luc, *et al*, em 1997, na obra *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, “diz-se que uma amostra é representativa de uma população para uma

característica se não houver qualquer razão para pensar que o valor dessa característica pode diferir na amostra e na população”.

Para o presente estudo, o universo é constituído pelas freguesias da área do concelho da Figueira da Foz. O questionário foi direccionado à amostra escolhida. Optou-se por utilizar um método de amostragem não casual, pelo que se decidiu escolher uma amostra de casos facilmente disponíveis. Desta forma a amostra corresponde à totalidade do universo da pesquisa, ou seja, a todas as dezoito freguesias da área do Concelho da Figueira da Foz.

1.5. Organização da Tese

O trabalho está estruturado seis capítulos, introduzindo a presente introdução.

No segundo Capítulo tenta-se fazer uma apresentação do tema, inserindo alguns conceitos que serão abordados no corpo do documento. Aqui se faz referência à outra face da moeda na implementação da SIC. Esta não apresenta apenas benefícios, pode, também, apresentar graves problemas, se não for tido em consideração o problema do digital divide

Neste segundo capítulo, aborda-se a importância da Sociedade da Informação e do Conhecimento num contexto da política seguida pela União Europeia. Daqui, parte-se para a situação nacional, abordando-se, sucintamente, a evolução das iniciativas relacionadas com a Sociedade da Informação em Portugal, apresentando-se um resumo das diversas iniciativas que se encontram actualmente em curso neste campo, na implementação e desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, dando-se especial relevo às que se poderão relacionar com o trabalho que se pretende desenvolver

O terceiro capítulo aborda a introdução da Sociedade da Informação e do Conhecimento aplicada ao poder político, com a definição de conceitos e caracterização do *e-Government*.

O quarto capítulo aborda resumidamente a importância da SIC nas actividades do sector público, passando-se, ao enquadramento do tema no poder local, partindo-se da definição de autarquia local, apresentando-se a evolução temporal das freguesias, e enquadrando nas suas atribuições e competências a implementação da SIC.

No quinto capítulo, é feita a abordagem do caso de estudo, iniciando-se com uma caracterização do meio em que se inserem as Juntas de Freguesia objecto do presente

estudo, descrevendo-se os resultados obtidos com o questionário aplicado como metodologia, e efectua-se uma análise crítica dos dados.

O presente documento termina com um capítulo de conclusões, o qual, para além de uma síntese do trabalho realizado, compreende uma perspectiva sobre trabalho a efectuar no seguimento da presente dissertação e uma nota conclusiva sobre o tema e o trabalho desenvolvido.

Capítulo II – A Sociedade de Informação e do Conhecimento

Como referido anteriormente, vivemos actualmente numa era de mudanças ao nível da informação, de como ela é manuseada, circula e é difundida, tendo vindo gradualmente a ser suportada em meios digitais. Estamos a evoluir para uma era em que deter o conhecimento dessa informação é cada vez mais um factor de criação de vantagem competitiva, aproximando-nos cada vez mais numa Sociedade de Informação e do Conhecimento.

2.1. Informação e conhecimento

Tal como refere Gouveia (2004), verifica-se que, hoje em dia, a informação assume um papel cada vez mais importante, quer se considere a produção de bens e serviços ou a satisfação das necessidades individuais, quer em termos de qualidade profissional ou, ainda, na qualidade do cidadão. Refere, ainda, a extrema importância da utilização dos recursos, que permitem assegurar a qualidade da informação, a sua fácil distribuição, recolha e apresentação, na medida em que a informação é exigida para a tomada de decisões ou acções.

De acordo com Beyon-Davies (2002), “informação são os dados moldados de forma a possuírem significado e serem úteis ao ser humano, isto é, colocada num contexto com significado. O uso do termo informação implica, assim, um ou um grupo de indivíduos que interpretam dados” (*in* Gouveia, 2004: 9).

O conhecimento é, de acordo com o definido no Glossário da Sociedade da Informação (2007: 26), o “conjunto de noções e de princípios que uma pessoa adquire pelo estudo, observação ou experiência e que pode utilizar nas suas capacidades”. O conhecimento pressupõe o acesso à informação e o seu enquadramento num determinado contexto que lhe confira valor e utilidade. (Gouveia, 2004).

Para que a informação seja válida, é necessário garantir que sejam preenchidos determinados requisitos, mencionado por Gouveia (2004:10), e apresentados na tabela seguinte.

Tabela 1 – Requisitos de validade da informação

Requisito	Descrição
<u>Qualidade da informação</u>	A informação tem de ser precisa, completa, concisa e oportuna, de modo a garantir o máximo proveito e rigor nas consequências da sua utilização
<u>Acesso à informação</u>	Como garantia quer da igualdade de acesso, quer da preservação e controlo na obtenção de um recurso cada vez mais crítico à actividade humana
<u>Entendimento da informação</u>	Possuir informação exige saber lidar com ela, compreender e potenciar a sua utilização. É igualmente importante garantir as competências do indivíduo para seleccionar, descartar e estabelecer prioridades na utilização desse recurso.
<u>Partilha da informação</u>	Prover as facilidades para partilha e obtenção da informação de forma colectiva. Para tal, é necessário assegurar identificadores e conceitos comuns e estabelecer processos de gestão da informação que sejam compatíveis ou integráveis.
<u>Lidar com o excesso de informação</u>	Como forma de assegurar que questões associadas à capacidade cognitiva dos indivíduos seja respeitada. Tal aspecto terá necessariamente consequências no que diz respeito à produtividade à capacidade de trabalho útil de cada indivíduo.

Fonte: Gouveia, Luís Borges. (2004). *Local e-government – a governação digital na autarquia*. pp.10 .

O conhecimento resulta da partilha colectiva de significados sendo, necessariamente, “construído em sociedade, promovendo valores como a colaboração, a partilha e a interacção” (Gouveia, 2004:18).

O conjunto de ferramentas tecnológicas associadas ao digital, que possibilitam o armazenamento, tratamento e comunicação da informação, bem como a sua conversão para efeitos de entendimento humano, corresponde às Tecnologias da Informação e do Conhecimento. (Gouveia, 2004).

As TIC incluem os computadores, as redes de comunicação de dados, Internet, telemóveis, os novos *media* que recorrem ao digital, bem como as aplicações informáticas que permitem o acesso e o manuseamento da informação.

2.2 A Sociedade da Informação e do Conhecimento

A Comissão Europeia², define Sociedade da Informação e do Conhecimento como uma sociedade onde a componente da informação desempenha um papel nuclear em todos os tipos de actividade humana, em consequência da conectividade digital, em geral, e da Internet, em particular, induzindo novas formas de organização da economia e da sociedade.

² Informação disponível em <http://europa.eu/>

De acordo com Webster (1995: 6), a Sociedade da Informação e do Conhecimento pode ser definida de cinco formas distintas, de acordo com os critérios utilizados na respectiva definição. A tabela 2 descreve cada um deles.

Tabela 2 – Definição de Sociedade da Informação e do Conhecimento de acordo com as perspectivas apontadas por Frank Webster

Designação	Descrição
<u>Perspectiva Tecnológica</u>	Relaciona-se com a aplicação das TIC nas diversas áreas da sociedade. O aparecimento da SIC encontra-se directamente relacionado com a inovação tecnológica, e a ideia chave prende-se com as descobertas relativamente ao processamento, armazenamento e transmissão da informação, que conduziram à aplicação das TIC nas mais diversas áreas da sociedade. A Sociedade da Informação e do Conhecimento, segundo esta perspectiva, está associada à “ <i>computer revolution</i> ”, que proporcionará um esmagador impacto global afectando todos os seres humanos em todos os aspectos das suas vidas (Evans, <i>in</i> Webster, 1995:8).
<u>Perspectiva económica</u>	Prende-se com o que Webster denomina de “ <i>economics of information</i> ”, que se relaciona com o aferir do peso que a indústrias da informação representam no produto interno bruto de um país. Machlup (Webster, 1995:11), tentou delinear estatisticamente o peso das indústrias da informação, para o que definiu cinco grandes grupos industriais, produtores de conhecimento: <ul style="list-style-type: none"> • Educação, onde se incluem escolas, bibliotecas, colégios, etc.; • Meios de comunicação, tal como rádio, televisão, publicidade; • Máquinas de informação, grupo que inclui, por exemplo, computadores, instrumentos musicais, etc.; • Serviços de informação, tal como, seguros, saúde, direito, etc.; • Outras actividades de informação, grupo em que o autor inclui actividades de pesquisa e desenvolvimento ou actividades sem fins lucrativos. Trabalhando este tipo de categorias de grupos, foi possível atribuir um valor económico a cada um de modo a encontrar a contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB). Há medida em que aumenta a proporção de cada um deles no PIB, poder-se-á traçar o aparecimento de uma “ <i>information economy</i> ”. Com este estudo, Machlup constatou que em 1959 29% do PIB provinha das indústrias do conhecimento, uma notável taxa de expansão para a época.
<u>Perspectiva ocupacional</u>	Segundo esta perspectiva, alcança-se o estatuto de sociedade de informação na medida em que predominam as ocupações ao nível de trabalho em actividades de informação. A medição da introdução da Sociedade da Informação e do Conhecimento numa perspectiva ocupacional é frequentemente combinada com uma medida económica, que pesa o contributo económico de cada uma das ocupações em actividades ligadas ao uso e transmissão de informação (Webster, 1995:14)
<u>Perspectiva espacial</u>	Esta concepção de surgimento de Sociedade da Informação e do Conhecimento baseia-se no esforço geográfico de implantação da informação, desenhado em termos económicos e sociológicos. Nesta perspectiva, a ênfase coloca-se sobre as grandes redes de informação, que ligam localidades e, em consequência têm efeitos dramáticos sobre a organização no tempo e no espaço. A perspectiva espacial baseia-se na ideia de que todas as coisas acontecem em lugares particulares e em alturas específicas, mas que, com o advento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, as características de tempo e espaço alteraram-se completamente. Enquanto anteriormente as trocas comerciais eram pesadas e lentas, hoje em dia podem ser efectuadas instantaneamente mediante a utilização de novas tecnologias da comunicação. Enquanto que, antigamente, a actividade das organizações teria que ser gerida com base nas comunicações por carta que demoravam dias e por vezes semanas, actualmente as mesmas realizam-se em tempo real, consequência da sofisticação das telecomunicações e da possibilidade de realização de videoconferências. A Sociedade da Informação e do Conhecimento surge quando quase todas as tarefas do dia-a-dia podem ser realizadas informaticamente, não apenas a nível organizacional, mas também em cada lar. Quando cada um de nós pode fazer compras sem sair de casa, ou declarar os seus impostos no conforto do seu lar, em frente a um monitor de computador.
<u>Perspectiva cultural</u>	Esta perspectiva, à qual Webster se refere como a mais conhecida, mas a menos medida, baseia-se na verificação da evolução da utilização dos vários tipos de novas tecnologias ligadas à disseminação de informação e ao consequente aumento do volume de informação em circulação na sociedade. A cultura foi evoluindo mediante a generalização de acesso a novos equipamentos como, por exemplo, o aparelho de televisão. Hoje em dia, cada lar possui até mais do que televisor, tendo a própria emissão expandido desde apenas um canal aquando do seu surgimento, muitas vezes até com emissão descontinua, até à possibilidade de

	<p>se ter acesso a centenas de canais, mediante a disponibilidade de emissão via satélite ou televisão por cabo, emitindo informação 24 horas por dia. Permite ter acesso, entre outros, a notícias locais e mundiais, informação sobre eventos, programas de entretenimento e ao cinema em casa, quer pela transmissão pela TV, quer pela possibilidade de aluguer de filmes em clubes de vídeo.</p> <p>O próprio uso do rádio expandiu-se desde a época em que era um aparelho de sala, perante o qual as famílias se sentavam para ouvir notícias, músicas e as famosas rádio-novelas, passando a estar em cada divisão da casa, no carro, no escritório, nos <i>walkman's</i>, e, hoje em dia, nos próprios telemóveis. Estes são outro exemplo de evolução e que culmina no seu uso generalizado nos nossos dias. O telefone convencional surgiu como um meio de comunicação acessível apenas aos mais privilegiados, sendo que, ainda há poucos anos, nas aldeias muitas vezes existia apenas um aparelho, muitas vezes na mercearia da esquina, a que toda a população recorria em caso de necessidade. Nos nossos dias, para além do telefone fixo convencional, a maior parte da população tem acesso a telefones móveis, muitos possuindo, até, mais do que um aparelho de telemóvel, sendo possível escolher a rede de comunicação que mais convém a cada um.</p> <p>Os jornais estão disponíveis das mais variadas formas, desde o formato papel até ao formato digital, sendo o seu acesso generalizado. A população em geral tem, agora acesso generalizado a informação dos mais variados tipos, desde poesia, música, teatro, e até à própria educação.</p>
--	---

Fonte: Webster, Frank. (1995). *Theories of the Information Society*.

Também Peter Drucker (1962, *in* Webster, 1995: 11) defendia que o conhecimento se tornou a base da economia moderna, na medida em que a mesma se deslocou de uma economia de bens para uma economia do conhecimento. Segundo Karunaratne (1986, *in* Webster, 1995: 11) evoluiu-se para uma sociedade em que o conhecimento e as organizações são os principais criadores de riqueza.

Outro autor que, de acordo com Webster (1995) se refere à Sociedade da Informação e do Conhecimento e à sua “medição” numa perspectiva económica, em termos de indústrias produtoras de informação é Marc Porat (1977, *in* Webster, 1995: 11). Este autor baseou-se no trabalho desenvolvido por Machlup, mas dividiu os sectores económicos relacionados com a informação em três: primário, secundário e de não-informação. No sector primário de informação o autor incluiu todas aquelas indústrias que disponibilizam a sua informação em mercados estabelecidos ou em qualquer outro lugar em que lhe possa ser facilmente atribuído um valor económico, como acontece, por exemplo, com a *mass media*, educação, publicidade ou fabrico de computadores. (*in* Webster, 1995: 12)

Paralelamente, identificou um sector secundário da informação, que lhe permitiu incluir importantes actividades informacionais, como a investigação e desenvolvimento dentro de empresas farmacêuticas, informação produzida por departamentos governamentais para consumo interno ou os recursos das bibliotecas de uma empresa petrolífera. A partir daqui, o autor distinguiu os dois sectores informacionais, depois, para consolidá-los, separou os elementos não-informacionais da economia, e reagrupando as estatísticas económicas dos EUA concluiu que mais de 46% do PIB daquele país era integrado pelo sector da informação, concluindo que “*the united states is now an information-based economy*”.

Porat identificou três categorias de actividades no âmbito da perspectiva ocupacional. A primeira categoria integra os trabalhadores cuja principal actividade se centra na produção e venda de conhecimento. Nesta incluem-se, nomeadamente, os cientistas, inventores, professores, jornalistas, bibliotecários e escritores. A segunda categoria abrange os trabalhadores que recolhem e difundem a informação, ou seja, que transmitem informação dentro das organizações e dos mercados. Pesquisam, coordenam, planeiam e processam os dados no mercado da informação, incluindo-se aqui, por exemplo, os gestores, secretárias, escriturários, advogados, corretores e dactilógrafos. Por fim, surgem os trabalhadores que promovem a manutenção dos equipamentos e tecnologias da informação que sustentam as duas actividades anteriormente descritas. Nesta categoria incluem-se, designadamente, os operadores/utilizadores de computadores, técnicos instaladores de telefones e técnicos reparadores de televisão (Webster, 1995: 14).

Um outro autor referido por Webster na sua obra *Theories of The Information Society*, é Jonscher (1983, in Webster, 1995: 15), que simplifica a teoria de Porat, ao distinguir somente dois sectores da economia: o primeiro, o sector da informação, concerne ao grupo de pessoas cuja principal função é criar, processar e manusear a informação; o outro denomina-se de sector de produção e integra os trabalhadores que, basicamente, criam, processam e lidam com bens físicos.

Esta teoria é contestada por Porat, na medida em que existem dificuldades em afirmar, com precisão, quem é um trabalhador da informação e quem o não é, tornando essa proposição arriscada. De facto, cada ocupação envolve um determinado nível de conhecimento e processamento de informação, pelo que a tentativa de classificação das tarefas como informacionais ou produtivas depende da realização de uma estimativa quanto ao envolvimento de cada tipo de ocupação com informação. Assim, a classificação das ocupações profissionais trata-se de uma questão de avaliar a medida em que as mesmas se revestem ou não de um carácter informativo.

Webster (1995) apresenta como exemplo corroborante desta contestação, o trabalho dos “sinaleiros” do caminho de ferro, que, não se podendo classificar como uma ocupação informacional, terão de ter todo um leque de conhecimentos sobre horários e linhas, papeis e rotinas, devendo manter-se em constante comunicação com outros “sinaleiros” de outras estações da linha que controla, com o restante pessoal das estações e com os maquinistas, devendo ter um completo e preciso conhecimento de todo o tráfego ferroviário que circula

na sua área de actuação e não precisa de grande força motora para puxar alavancas, dada a modernização do equipamento que é colocado à sua disposição. No entanto, o “sinaleiro” do caminho de ferro da era industrial era, sem duvida, um trabalhador manual.

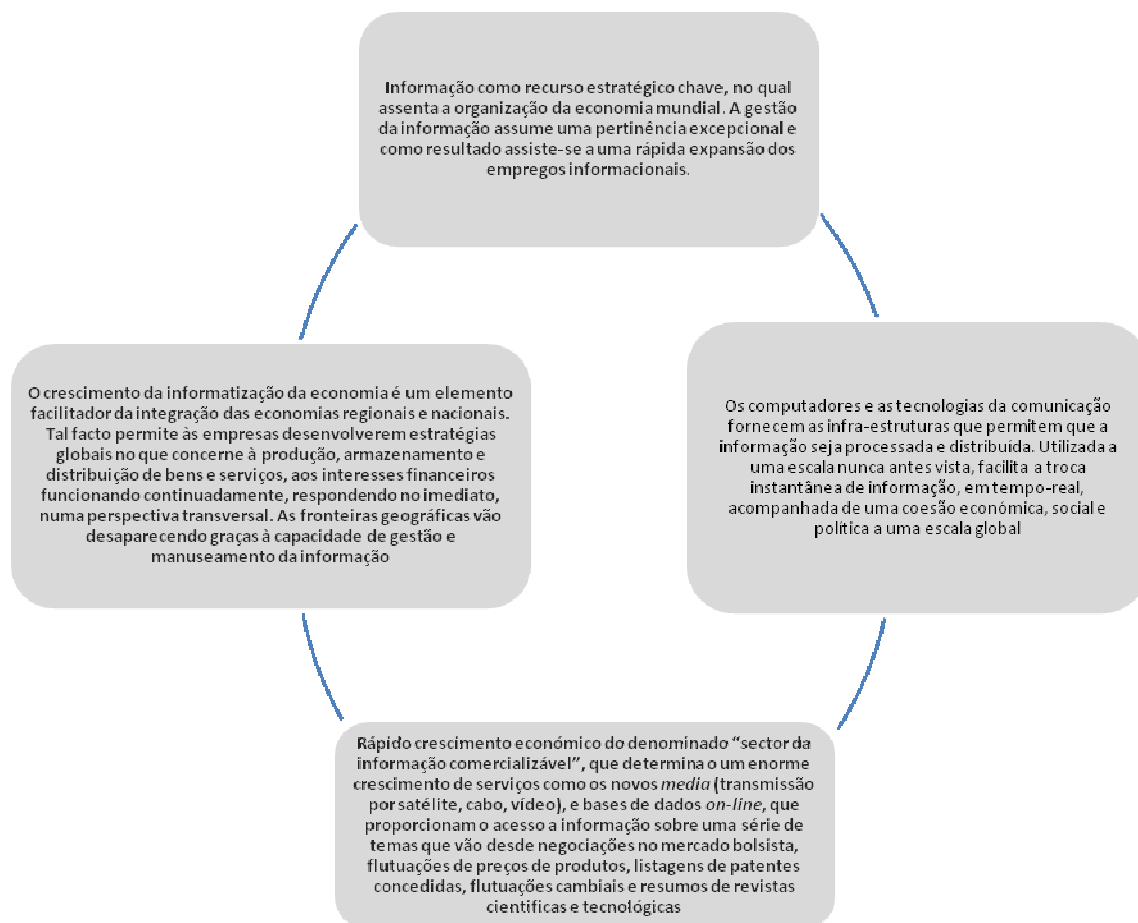
Por outro lado, apesar de uma fotocopiadora ser um equipamento ligado ao conhecimento, e à sociedade de informação nos termos definidos pelos autores que defendem este tipo de teses, um trabalhador que se dedique à reparação deste material, poderá saber pouco ou nada sobre outros produtos para além daquele com o qual trabalha, poderá ter que trabalhar na sujidade, no calor ou em outras circunstâncias desconfortáveis, e terá que utilizar a sua força para mover maquinaria pesada e trocar peças estragadas. No entanto, será indubitavelmente classificado como um “trabalhador informacional”, dado que o seu trabalho com novos equipamentos ligados à informação integra a interpretação de Porat. (Webster, 1995: 15).

Webster quer com isto dizer que é preciso juntar uma certa dose de cepticismo quantos aos dados conclusivos resultantes dos trabalhos de classificação das ocupações profissionais por parte dos investigadores, já efectuada com base numa percepção que nem sempre corresponde à realidade, em virtude de os cientistas sociais saberem muito pouco acerca dos detalhes e complexidade de determinados empregos.

Em termos de perspectiva ocupacional, Webster refere que é possível usar como argumento identificador do surgimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento a verificação da importância do conhecimento teórico em oposição ao conhecimento prático.

Na concepção da perspectiva espacial, Webster apresenta-nos a teoria de John Goddard (1992), que identifica quatro elementos inter-relacionados na transição para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Figura 1 – Elementos chave na transição para a SIC



Fonte: Webster, Frank (1995). *Theories of the Information Society*.

A junção destes elementos salienta a centralidade das redes de informação ligando conjuntamente as localizações dentro e entre cidades, regiões, nações, continentes e o mundo inteiro. A ideia principal desta perspectiva é a de que a informação circula em auto-estradas electrónicas. No entanto, ainda não foi possível determinar qual a quantidade e a percentagem de informação que deve fluir por estas vias para que se possa afirmar que estamos perante uma Sociedade da Informação e do Conhecimento. De facto, temos dados a fluir nas linhas telefónicas nos diversos contactos efectuados entre as mais diversas camadas de população, aumentam os números relacionados com os contactos efectuados por fax, existem estatísticas referentes a vendas de sistemas de computadores, trocas de informação por telemóvel e outros meios de telecomunicação, mas não é possível averiguar qual o tamanho, capacidade e uso da informação pelas respectivas redes.

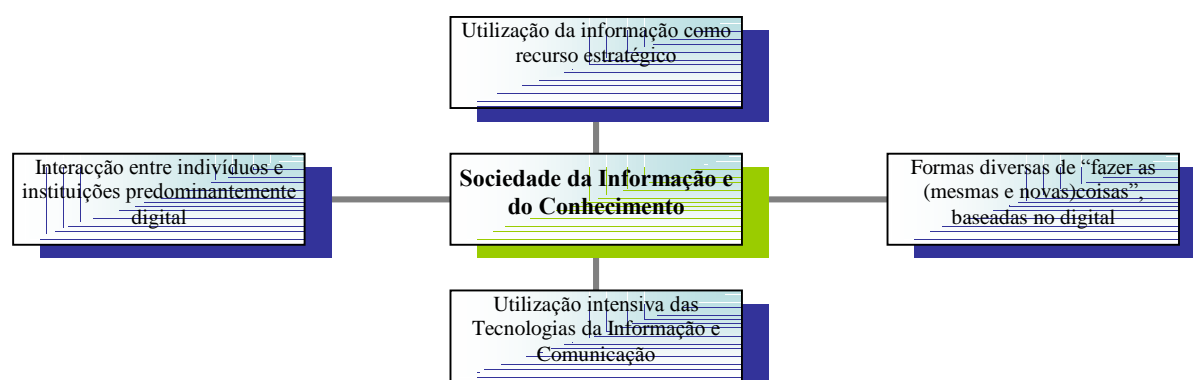
Não obstante, todos os observadores estão conscientes do aumento dos fluxos de dados que se verificam nas instalações de telecomunicações, nas comunicações entre computadores a todos os níveis, desde as realizadas em cada lar até às efectuadas entre organizações transnacionais, nas trocas entre mercados bolsistas e segmentos organizacionais, no acesso a bases de dados internacionais, em mensagens de telex.

E se por um lado alguns autores afirmam que a Sociedade da Informação e do Conhecimento pode trazer como consequência o facto de as pessoas deixarem de conviver umas com as outras em virtude de passarem a comunicar num mundo virtual, por outro lado, a implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer como benefício o aumento do tempo livre dos indivíduos, em virtude de diminuir as perdas de tempo incomensuráveis que ocorrem, por exemplo, quando nos dirigimos às repartições públicas.

Webster (1995) reconhece que qualquer uma destas definições de Sociedade da Informação e do Conhecimento revela-se sub-desenvolvida ou imprecisa. Quer se trate de uma definição baseada na concepção tecnológica, económica, ocupacional, espacial ou cultural, levantam-se questões problemáticas no que concerne à noção do que a constitui e na forma como assinalar a existência de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento.

De acordo com Gouveia e Gaio (2004, *in* Gouveia 2004: 17) a Sociedade da Informação e do Conhecimento é uma sociedade que “recorre predominantemente às tecnologias da informação e comunicação para a troca de informação em formato digital, suportando a interacção entre indivíduos e entre estes e instituições, recorrendo a práticas e métodos em construção permanente”. Segundo os autores (2004, *in* Gouveia 2004: 18), Sociedade da Informação e do Conhecimento abarca determinadas características:

Figura 2 – Características da SIC



Fonte: Gouveia e Gaio (2004) *in* Gouveia (2004) *Local e-Government – a governação digital na autarquia*. pp.18

A Comissão Europeia³ reconhece que a implementação SIC proporciona inegáveis benefícios à sociedade, dado que “abre perspectiva inéditas num número significativo de domínios da vida quotidiana, nomeadamente em matéria de acesso à formação e ao conhecimento (ensino à distância, serviços de aprendizagem electrónica), de organização do trabalho e de mobilização das competências (teletrabalho, empresas virtuais), de vida prática (serviços de saúde em linha) e de lazer. Por outro lado, abre novas oportunidades em matéria de participação dos cidadãos, favorecendo a expressão de opiniões e pontos de vista”.

2.3. A nova exclusão social no mundo em linha

Se, por um lado a Sociedade da Informação e do Conhecimento tem um importante papel na aproximação das regiões, na medida em que promove o desaparecimento das fronteiras físicas, mediante a facilidade de comunicação entre os indivíduos e organizações, por outro lado, pode promover a criação de “fossos digitais” entre diversos sectores da sociedade, porquanto uma parte da população tem oportunidade de acesso à nova economia digital, enquanto que a outra parte não tem acesso a beneficiar das potencialidades da Internet.

De facto, embora sejam inegáveis os benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento é importante referir que à semelhança da diferença de classes da sociedade industrial, a actual Sociedade da Informação e do Conhecimento gera igualmente divisões entre aqueles que tem acesso às TIC, e aqueles que não tem tal acesso, ou capacidade para dele usufruírem.

O *digital divide* corresponde ao fosso nas oportunidades que estão ao alcance daqueles que têm limitações no acesso às tecnologias, especialmente computadores e Internet. Trata-se de uma questão que se tornou comum nas discussões inerentes ao *e-Government*, utilizado para explicar as disparidades entre as comunidades em linha, referindo-se, num nível mais básico, à diferença entre aqueles que têm acesso às TIC e os que o não possuem. É também utilizado com um termo que se refere à exclusão social num mundo em linha, à medida que este se encaminha para uma economia do conhecimento ou para uma sociedade do conhecimento (Khosrow-Pour, 2006: 534).

³ http://europa.eu/scadplus/glossary/information_society_pt.htm

O *digital divide* trata-se de uma nova forma de divisão de diferentes grupos de cidadãos, de diferentes idades e locais, já não decorrentes de critérios socioeconómicos, “mas pelas suas competências face ao digital e à sua capacidade de lidar com a informação e o conhecimento, por via do uso intensivo das TIC” (Gouveia, 2004: 54). A questão do *digital divide* é tão mais importante quanto a evolução da disponibilização de serviços e de processos democráticos digitais poderá agravar este problema, ao potenciar o acesso mais a uns do que a outros.

O desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento coloca o duplo desafio das oportunidades que se criam e das agravadas ameaças de info-exclusão. A coesão digital é garantida quando a facilidade de acesso e uso das TIC contribui para a aproximação económica e social, envolvendo políticas específicas para pessoas com Necessidades Especiais, idosos e minorias.

O *digital divide* corresponde a um conceito multidimensional, que engloba três aspectos distintos: *global divide* (fosso global), *social divide* (fosso social) e *democratic divide* (fosso democrático). A tabela 3 descreve as principais características de cada um destes conceitos.

Tabela 3 – Aspectos inerentes ao *digital divide*

Aspecto	Descrição
<i>global divide</i>	Divergência no acesso à Internet entre as sociedades industrializadas e as sociedades em desenvolvimento.
<i>social divide</i>	Refere-se à divergência no acesso à informação entre ricos e pobres em cada nação.
<i>democratic divide</i>	Refere-se à diferença entre os cidadãos que utilizam todo o conjunto de recursos digitais no sentido de se envolver, mobilizar participar na vida pública, e os cidadãos que os não utilizam

Fonte: *Encyclopedia of e-commerce, e-government and mobile commerce*

De acordo com Nielsen⁴, o fenómeno do *digital divide* refere-se ao facto de apenas uma parte da população tem oportunidade de acesso à nova economia digital, enquanto que a outra parte não tem acesso a beneficiar das potencialidades da Internet.

E, para este autor, o *digital divide* divide-se em três tipos: *economic divide*, *usability divide* e *empowerment divide*.

⁴ Nielsen, Jakob. *Digital Divide, the three Stages*. [em linha] Disponível em www.useit.com/alertbox/digital-divide.html,

Tabela 4 – Conceitos inerentes ao *digital divide*

Aspecto	Descrição
<i>economic divide</i>	Refere-se ao facto de alguns indivíduos não possuírem meios económicos para adquirirem um computador.
<i>usability divide</i>	Refere-se à dificuldade de utilização dos meios informáticos pelas pessoas, mesmo que tenham possibilidades económicas para adquirirem os mesmos.
<i>empowerment divide</i>	Refere-se à falta de aproveitamento por parte de alguns indivíduos quanto aos recursos digitais disponíveis. Utilizam os meios mas não produzem valor.

Fonte: Jakob Nielsen. Digital Divide, the three Stages. [em linha] Disponível em

www.useit.com/alertbox/digital-divide.html

Segundo refere Nielsen⁴, a coesão digital é garantida quando a facilidade de acesso e uso das TIC contribui para a aproximação económica e social, envolvendo políticas específicas para pessoas com Necessidades Especiais, idosos e minorias. O *digital divide* afasta parte da população da possibilidade de concretização do seu potencial político, económico e social.

2.4 A União Europeia e a Sociedade da Informação e do Conhecimento

Desde cedo, entendeu a Comissão Europeia (CE) que a passagem para uma economia digital baseada no conhecimento poderia vir a ser um factor de crescimento, de competitividade e de criação de empregos, para além de permitir melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e o ambiente.

Numa primeira abordagem, em 1995, nasce o Programa IDA – Intercâmbio Electrónico de Dados entre Administrações, com o objectivo de facilitar o desenvolvimento e a implantação operacional de redes telemáticas transeuropeias de intercâmbio de dados entre as administrações dos Estados-Membros e/ou as Instituições Europeias. Numa primeira fase contribuiu para a implantação de redes telemáticas em domínios tão importantes como o emprego, a saúde, a agricultura, a estatística e a concorrência.

Em 1999, foi lançada a segunda fase deste Programa, reorientado mais para o mercado e para a interoperabilidade com vista a aumentar a eficácia de prestação de serviços públicos em linha às organizações e aos cidadãos europeus. Outros programas foram sendo lançados, no sentido de caminhar para esta nova realidade.

i. O Programa eEurope

Com o objectivo de criar uma Sociedade da Informação e do Conhecimento para todos, em 1999 a CE lançou a iniciativa eEurope, destinada a garantir que a União Europeia tire partido da SIC, mediante a generalização, tanto quanto possível, das TIC.

Tabela 5 - Principais objectivos da iniciativa eEurope

Objectivos	Acções Prioritárias
Colocar todos os cidadãos, todas as famílias e escolas, todas as empresas e todos os órgãos da administração pública na era digital e em linha	1) Entrada da juventude europeia na era digital; 2) Acesso mais barato à Internet; 3) Acelerar o comércio electrónico; 4) Internet rápida para investigadores e estudantes; 5) Cartões inteligentes para acesso electrónico seguro; 6) Capital de risco para as pequenas e médias empresas de alta tecnologia; 7) Electrónica acessível aos deficientes; 8) Cuidados de saúde em linha; 9) Transportes inteligentes; 10) Governos em linha.
Criar uma Europa digitalmente instruída, apoiada por uma cultura empresarial pronta a financiar e a desenvolver novas ideias	
Assegurar que todo o processo seja socialmente abrangente, ganhe a confiança dos consumidores e reforce a coesão social	

Fonte: eEurope – Uma Sociedade da Informação para todos [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus>.

O plano de Acção eEuropa 2002, parte do objectivo estabelecido pelo Conselho Europeu extraordinário, realizado em Lisboa, em Março de 2000: tornar a Europa a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo. Através da comunicação da Comissão de 13 de Março de 2001, apresenta-se como tendo como objectivos gerais: alargar a conectividade à Internet na Europa; abrir o conjunto de redes de comunicação à concorrência e promover a utilização da Internet, colocando a tónica na formação e protecção dos consumidores.

Em torno destes objectivos, foram definidas e agrupadas as acções a implementar.

Tabela 6 – Objectivos e acções do Plano de Acção eEurope 2002.

OBJECTIVOS	ACÇÕES
UMA INTERNET MAIS BARATA, MAIS RÁPIDA E MAIS SEGURA	Acesso mais barato e mais rápido à Internet
	Internet mais rápida para investigadores e estudantes
	Segurança das redes e cartões inteligentes
INVESTIR NAS PESSOAS E NAS QUALIFICAÇÕES	Entrada da juventude europeia na era digital
	Trabalhar na economia do conhecimento

	Participação de todos na economia do conhecimento
ESTIMULAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET	Acelerar o comércio electrónico
	Acesso electrónico aos serviços públicos
	Cuidados de saúde em linha
	Conteúdos digitais europeus para as redes mundiais
	Sistemas de transporte inteligentes

Fonte: eEurope 2002 [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus>

O Plano de Acção eEurope 2005, consubstancia o terceiro plano de acção da iniciativa eEuropa. Tem como objectivo geral incentivar o desenvolvimento de serviços, aplicações e conteúdos, ao mesmo tempo que visa intensificar a implantação do acesso em banda larga securizado à Internet. Segue a abordagem do plano de acção que sucede, que consiste em definir objectivos claros e em efectuar uma avaliação comparativa dos progressos durante a sua realização.

Tem definidos cinco objectivos, em torno dos quais se programam diversas acções a desenvolver para sua prossecução, com determinadas medidas específicas em algumas delas.

Tabela 7 – Objectivos e acções do Plano de Acção eEurope 2005.

OBJECTIVOS	ACÇÕES
SERVIÇOS PÚBLICOS MODERNOS E EM LINHA	Governo Electrónico “e-Government”
	Aprendizagem electrónica “e-Learning”
	Telemedicina “e-Health”
AMBIENTE DINÂMICO PARA OS NEGÓCIOS ELECTRÓNICOS “e-BUSINESS”	Reanálise da legislação
	Instalação de redes europeias de apoio às PME's no domínio dos negócios electrónicos
	Elaboração de soluções interoperáveis pelo sector privado, nos diversos domínios no âmbito dos negócios electrónicos
INFRA-ESTRUTURAS SEGURAS DE INFORMAÇÃO	Criação de uma unidade para cibersegurança

INFORMAÇÃO	Instauração, pelos sectores privado e público, de uma cultura de segurança na concepção e na aplicação dos produtos de informação e comunicação
	Análise da possibilidade de proteger as informações entre serviços públicos
UM ACESSO EM BANDA LARGA AMPLAMENTE DISPONÍVEL	Novo quadro regulamentar para a política em matéria de espectro radioeléctrico
	Apoio ao acesso em banda larga nas regiões menos favorecidas
	Oferta acrescida por parte dos serviços públicos, dos seus conteúdos, sobre diferentes plataformas tecnológicas interactivas
ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO PARA A TELEVISÃO DIGITAL	Aceleração da transição para a televisão digital
	Promover conferências e redes de apoio com vista à aplicação de medidas de análise, de recenseamento e de divulgação das boas práticas

Fonte: eEurope 2005 [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus>

Dentro da acção *e-Government*, são propostas as medidas a seguir apresentadas:

- ✓ Equipar todas as Administrações Públicas de ligações em banda larga, até 2005.
- ✓ Adopção pela Comissão de um quadro em matéria de interoperabilidade;
- ✓ Dispor, até final de 2004, de serviços públicos interactivos e acessíveis a todos;
- ✓ Possibilidade de celebração da maioria dos contratos públicos por via electrónica.

ii. O Plano de Acção i2010

O novo quadro estratégico para a Sociedade da Informação e do Conhecimento que sucede aos anteriores é o i2010 – A Sociedade da Informação e do Conhecimento e os meios ao Serviço do Crescimento e do Emprego, definindo as grandes orientações políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento e os *media*.

Esta iniciativa surge em 1 de Junho de 2005, sendo que aqui a Comissão Europeia aborda de modo integrado a Sociedade da Informação e do Conhecimento e as políticas audiovisuais na União Europeia. Pretende coordenar a acção dos Estados Membros a fim de facilitar a convergência digital e responder aos desafios ligados à Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Neste documento, a Comissão propõe três objectivos prioritários, a atingir antes de 2010, para as políticas europeias da Sociedade da Informação e do Conhecimento e dos *media*, através da aplicação de determinadas medidas dentro de cada um dos objectivos.

Tabela 8 – Objectivos e acções do Plano de Acção i2010.

OBJECTIVOS	MEDIDAS/ACÇÕES
CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO ÚNICO EUROPEU DA INFORMAÇÃO	Aumentar a velocidade dos serviços de elevado débito na Europa
	Incentivar novos serviços e conteúdos em linha
	Promover equipamentos e plataformas que comuniquem entre si
	Tornar a Internet mais segura contra a fraude e os conteúdos nocivos e as falhas tecnológicas
	Rever o quadro regulamentar das comunicações electrónicas
	Criar um quadro coerente para os serviços da Sociedade da Informação e do Conhecimento e os <i>media</i>
	Apoiar permanentemente a criação e a difusão de conteúdos europeus
	Definir e executar uma estratégia para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento Europeia segura
	Identificar e promover acções em matéria de interoperabilidade, nomeadamente para a gestão de direitos digitais
INOVAÇÃO E INVESTIMENTO NA INVESTIGAÇÃO, REDUZINDO A DIFERENÇA ENTRE A EUROPA E OS SEUS PRINCIPAIS CONCORRENTES	Aumentar em 80% o apoio à investigação no domínio das TIC a nível comunitário, até 2010
	Dar prioridade aos principais pilares tecnológicos do 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (PQID)
	Lançar iniciativas de investigação e implantação para eliminar os principais nós de estrangulamento, nomeadamente para a interoperabilidade, a segurança e a fiabilidade, a gestão da identidade e dos direitos, que exigem soluções simultaneamente tecnológicas e estruturais
	Definir medidas complementares destinadas a encorajar o investimento privado na investigação e inovação no domínio das TIC
	Elaborar propostas específicas com vista à implementação de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento para todos
	Definir políticas em matéria de comércio electrónico com vista a eliminar obstáculos tecnológicos, organizativos e jurídicos à adopção das TIC.
	Desenvolver ferramentas para incentivar novos padrões de trabalho que favoreçam a inovação e a adaptação às novas necessidades de competência
INCLUSÃO, MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS E QUALIDADE DE VIDA	Difundir as orientações políticas sobre a info-acessibilidade e a cobertura territorial de modo a proporcionar o acesso às TIC a um maior n.º de pessoas possível
	Propor uma iniciativa europeia sobre a info-inclusão
	Adoptar um plano de acção para a Administração Pública em linha e orientações estratégicas para promover a utilização das TIC pelos serviços públicos
	Colocar em marcha 3 iniciativas emblemáticas para a utilização das TIC: 1) Cuidados para as pessoas numa sociedade que envelhece 2) Transportes mais seguros e menos poluentes, nomeadamente, veículos inteligentes 3) Bibliotecas digitais para incentivar a diversidade cultural
GOVERNAÇÃO	Implica a fixação, por parte dos Estados Membros, das prioridades para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, devendo tomar medidas para: a) Transpor os novos quadros regulamentares que afectam a convergência digital b) Aumentar a parte consagrada à investigação e desenvolvimento no domínio das TIC na despesa nacional c) Incentivar a inovação no sector das TIC através de Investimentos d) Fazer avançar a Sociedade da Informação e do Conhecimento à escala nacional, fixando objectivos ambiciosos

Fonte: i2010: A Sociedade da Informação e os Media ao Serviço do Crescimento e do Emprego [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus>

iii. Outros Programas Comunitários para a Sociedade da Informação e do Conhecimento

Existem diversos programas específicos de apoio na União Europeia, criados de forma a encontrar soluções comuns para problemáticas que se manifestam em todo o território europeu. Alguns destes programas contemplam a Sociedade da Informação e do Conhecimento e o *e-Government*. A seguir apresentam-se-se dois desses programas.

Tabela 9 – Programa eContent Plus.

Descrição	Linhas de Acção
<p>Programa comunitário plurianual, de desenvolvimento de conteúdos digitais de qualidade, a promover entre 2005 e 2008, inserido no Plano de Acção eEurope 2005. Tem como objectivo incentivar a procura da Internet de banda larga e da 3.ª Geração de telemóveis, tornando os conteúdos digitais da União Europeia mais acessíveis, utilizáveis e exploráveis.</p>	<p>Melhorar o acesso à informação do sector público e alargar a sua utilização, através do estímulo da agregação de bases de dados nacionais existentes em conjuntos transfronteiriços, que servirão para desenvolver novos serviços de informação e novos produtos</p>
	<p>Reforçar a produção de conteúdos num ambiente multilingue e multicultural, mediante o apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas de informação adequadas e encorajar a utilização de fontes abertas para estimular o desenvolvimento de serviços de aprendizagem pan-europeus efectivos</p>
	<p>Aumentar o dinamismo do mercado de conteúdos digitais, nomeadamente, conteúdos culturais, informação científica e conteúdos académicos</p>

Fonte: eContentplus (2005-2008). [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus>

Tabela 10 – Programa IDABC – Intercâmbio de Informação entre as Administrações, as Empresas e os Cidadãos

Descrição	Objectivos específicos
<p>Programa governo electrónico estabelecido para o período 2005-2009, que pretende aproveitar as vantagens das Tecnologias da Informação e Comunicação para encorajar e apoiar o fornecimento transfronteiriço de serviços do sector público aos cidadãos e às empresas europeias.</p> <p>Tem como objectivo geral, apoiar e promover o desenvolvimento de serviços pan-europeus de administração em linha e das redes telemáticas interoperáveis que os sustentam.</p>	<p>Permitir o intercâmbio de informações entre administrações e as instituições comunitárias</p>
	<p>Facilitar a prestação de serviços pan-europeus às empresas e aos cidadãos, tendo em conta as suas necessidades</p>
	<p>Implementar níveis de interoperabilidade entre os diferentes domínios de actuação com base, nomeadamente, num quadro de referência de interoperabilidade europeu</p>
	<p>Promover a difusão das melhores práticas e incentivar o desenvolvimento de soluções telemáticas inovadoras nas administrações públicas</p>

Fonte: Programa IDABC (2005-2009). [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus>

O Programa de Intercâmbio de Informação entre as Administrações, as Empresas e os Cidadãos (IDABC), trata-se de um programa que tem a vertente de coordenação das políticas nacionais de governo electrónico bem vincada, uma vez que a Comissão de Gestão do Programa integra os decisores políticos dos sectores públicos nacionais.

iv. A Estratégia de Lisboa e a implementação de medidas nacionais para a Sociedade da Informação e do Conhecimento

A Estratégia de Lisboa, nascida em 2000, no âmbito da Presidência portuguesa da União Europeia, teve como ponto de partida a vontade da Europa em tornar-se num espaço competitivo à escala global sem por em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental. A estratégia de Lisboa pretendeu conceber uma resposta moderna a este objectivo, baseando a aposta no conhecimento e na inovação como factores de competitividade, coesão e emprego.

Durante os primeiros cinco anos, a Estratégia de Lisboa, que deveria ser implementada em cada um dos diversos Estados Membros, teve um tratamento desigual por parte dos mesmos. Alguns Países, como a Irlanda e a Finlândia, que se esforçaram para implementar os objectivos de Lisboa seguindo as linhas de acção específicas – como, entre outras, a melhoria da educação e da qualificação, o investimento em I&D (investigação e desenvolvimento) e inovação, a redução dos trâmites burocráticos para a criação de novos empreendimentos – obtiveram uma melhoria considerável nos seus índices sociais e económicos. Já em outros países (nos quais se inclui Portugal), onde a Estratégia concebida em 2000 não foi aplicada com empenho, os índices de emprego e de crescimento apresentaram resultados menos positivos. Dessa forma, os governos dos Países da União Europeia reunidos no Conselho Europeu de Junho de 2005, decidiram retomar a Estratégia de Lisboa, focalizando-a nos objectivos do Crescimento e do Emprego de modo a transformá-la num instrumento para recolocar a Europa na rota do desenvolvimento e da coesão.

Deste relançamento da estratégia de Lisboa, nasce *O Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE)*.

O PNACE é a resposta do governo de Portugal aos desafios propostos pela *Estratégia de Lisboa* relançada. Trata-se dum conjunto integrado de cento e vinte e cinco medidas foco de acção transformadora e reformista adaptadas à situação económica e social do país e com incidência em três domínios: o macroeconómico, o microeconómico e o da qualificação, emprego e coesão social.

O PNACE configura, assim, a implementação do objectivo europeu em território nacional incluindo diversas medidas, entre as quais: Cidades e Regiões Digitais, PRACE: Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, Simplificação e desburocratização da Administração Pública, Melhoria do Atendimento na Administração Pública, entre outras, as quais foram, na sua maior parte, incluídas no Plano Tecnológico Português.

2.5.O percurso da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal

A necessidade da existência de uma estratégia integrada para a Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal foi sentida nos anos 90. Em 1995, pela primeira vez, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia, com um orçamento que, em quatro anos, ultrapassou a duplicação, correspondendo a uma fatia de 2% do Orçamento do Estado em 1999.

Actualmente, é a UMIC – Agencia para a Sociedade do Conhecimento, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o organismo público português incumbido do planeamento, coordenação e desenvolvimento de projectos nas áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento e Governo Electrónico.

A seguir apresentam-se algumas das iniciativas que caracterizam o percurso da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.

❖ Os primeiros passos para a implementação da SIC em Portugal foram dados no início da década de 90, com a criação do portal INFOCID (Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão), em 1991. Tendo sido lançado ao público em 1993, este serviço permitia inicialmente o acesso fácil e gratuito a informação, acessível 24 horas por dia, através de quiosques orientados para a via pública. Entretanto, a partir de 30 de Agosto de 1995, o serviço INFOCID passou a estar acessível ao público através do endereço

electrónico www.infocid.pt, site através do qual qualquer cidadão tinha acesso a todo um conjunto de informações úteis.⁵

Através deste portal, era disponibilizada informação sobre um vasto conjunto de temas, desde Cidadão e Família, Saúde, Educação, Trabalho Emprego e Formação, até Direito e Tribunais, Economia e Empresa, passando por Vida Cívica, Juventude, entre outros.

Aos utentes deste site era permitido o acesso a serviços como a simulação do cálculo do IRS, o cálculo do Incentivo ao Arrendamento Jovem, Simulações de Crédito à Habitação, Informações sobre Turismo, Calendário Fiscal, etc.

Era, também, possível a encomenda de documentos *on-line*, como, por exemplo, certidões, mediante o respectivo envio à cobrança ou após pagamento Multibanco ou Visa.

O INFOCID foi considerado como “*uma abordagem electrónica que altera a lógica burocrático-administrativa instalada, modificando profundamente a cultura existente e originando novos conceitos de prestação de bens e serviços(...)*” (Costa: 2001).

Em Fevereiro de 2001, foi criado o Serviço Público Directo, acessível a partir do portal INFOCID, consubstanciando uma nova forma de atendimento segundo a qual a imagem que permanece é a do portal envolvido. Trata-se de um canal de disponibilização de serviços complementando as restantes formas de atendimento existentes até então.

Mais tarde, este portal extinguiu-se, tendo sido “substituído” pelo Portal do Cidadão, no qual estão disponíveis os serviços anteriormente acessíveis a partir do INFOCID.

❖ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/96, de 21 de Março, lançou a Equipa de Missão para a Sociedade da Informação, a qual foi criada na dependência directa do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objectivo de apoiar este Ministério na realização das tarefas relacionadas com a implementação da SIC, tais como:

☞ Promover um amplo debate nacional sobre a Sociedade de Informação e do Conhecimento, com vista à elaboração do Livro Verde para a Sociedade da Informação, que contivesse propostas de medidas a curto, médio e longo prazo.

⁵ Actualmente, já não se encontra disponível o site do INFOCID, estando gradualmente a ser substituído pelo Portal do Cidadão, disponível online em <http://portaldocidadao.pt>

- ☞ Preparar as medidas globais e sectoriais adequadas à concretização do Programa do Governo, no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento.
- ☞ Identificar eventuais cenários internacionais com impacto previsível nas condições de desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.
- ☞ Assegurar a coordenação da informação e a preparação das posições dos delegados nacionais na União Europeia relativamente a assuntos de políticas comuns relevantes para a Sociedade da Informação e do Conhecimento.⁶

O mandato da equipa de missão foi, inicialmente, de três anos, tendo sido prorrogado até 31 de Março de 2000 pelo Conselho de Ministros, altura em que lhe foram atribuídas novas competências, para além das que lhe estavam anteriormente cometidas, das quais se destacam:

- ☞ Acompanhar o problema informático do ano 2000.
- ☞ Acompanhar o Programa Cidades Digitais.
- ☞ Acompanhar as acções levadas a cabo no seio da Administração Pública para concretização dos Objectivos do Livro Verde da Sociedade da Informação.
- ☞ Proceder ao balanço das actividades governamentais no domínio da SIC.⁷

❖ Em 1996 foi criado o Programa Internet na Escola pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, tendo como objectivo equipar todas as escolas portuguesas com um computador multimédia e acesso RDIS (Rede Digital de Integração de Serviços) à Internet.

Este programa teve como principal objectivo assegurar a ligação à Internet das bibliotecas de todas as escolas públicas, privadas e profissionais, tendo inicialmente dado início a um concurso público para fornecimento de mil e seiscentos computadores pessoais multimédia para serem instalados nas escolas nos meses de Abril e Maio de 1997.

❖ O Livro Verde para a Sociedade da Informação, aprovado pelo Conselho de Ministros em 17 de Abril de 1997, e presente à Assembleia da República, em sessão plenária a 30 de

⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/96, publicada no Diário da República, II Série, de 21 de Março de 1996

⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/99, publicada no Diário da República, II Série, de 6 de Abril.

Abril do mesmo ano, surgiu na sequência de um amplo debate nacional sobre o tema Sociedade da Informação e do Conhecimento, promovido pela Missão para a Sociedade da Informação, em cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/96, de 21 de Março de 2006.

Este documento consagra uma reflexão estratégica que procura enquadrar o tema Sociedade da Informação e do Conhecimento nas suas diversas vertentes, apontando caminhos para a adaptação de Portugal às transformações em curso, que decorrem à escala global, no acesso à informação e ao conhecimento, de acordo com o que já havia sido realizado pela União Europeia.

Reconhece-se neste documento que a SIC possibilita a melhoria do bem estar dos cidadãos, conseguida através da construção de um Estado mais aberto, da inovação no ensino e formação profissional, no desenvolvimento de novas actividades económicas e na qualificação profissional mais elevada. Reconhece-se, também, que o acesso à SIC encontra algumas barreiras de natureza económica, educacional e cultural, correndo o risco de importantes camadas da população ficarem excluídas dos seus benefícios, criando-se portanto uma nova forma de exclusão social, a info-exclusão. Surge, então, a preocupação em criar condições para que todos os cidadãos tenham oportunidade de nela participar.

O risco de criação de iniquidade por esta nova realidade é, também, uma preocupação manifestada no Livro Verde. Diante desta realidade, são apresentadas estratégias julgadas eficazes no combate ao risco em questão, nomeadamente através da promoção de políticas de iniciativa pública ou de associações privadas que partilhem preocupações de equidade entre os cidadão, com o objectivo de evitar que o acesso às TIC reforce a posição dominante dos que são mais bem sucedidos em termos económicos, em detrimento dos que já se encontram em posição desfavorecida.

Para além dos cidadãos com menor poder de aquisição, também não foram esquecidos os cidadãos portadores de deficiência, considerados potenciais info-excluídos se nada for feito para o evitar.

Este documento orientador, inclui, também, a preocupação com a eficiência e a transparência na Administração Pública, presente no capítulo designado Estado Aberto. O Estado não pode estar alheio ao movimento de permanente procura de meios para melhorar a produtividade e aumentar a competitividade, em ordem a assegurar o bem-estar dos

cidadãos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade através da prestação de novos serviços e de um contínuo aumento de qualidade dos serviços já prestados. Para tal, deve existir uma consciencialização para o facto de que o acréscimo de eficiência da Administração Pública passa pela intensa utilização das TIC.

Neste ponto considera-se fundamental a aproximação do cidadão à Administração, transformando-se os métodos de consulta entre o cidadão e o Estado, para o que se considera essencial a comunicação electrónica. Através da sua utilização, diminui-se o tempo e os incómodos de acesso à informação arquivada em papel, contribuindo para o aumento da produtividade da própria Administração.

Um outro vector considerado neste Livro Verde designa-se “Saber Disponível”, e tem em consideração que na sociedade moderna, o conhecimento é um factor imprescindível ao sucesso e que o Saber é uma componente fundamental do desenvolvimento. A difusão deste saber passará por contributos das Universidades como entidades dinamizadores de uma infra-estrutura tecnológica de ligação entre diversas entidades detentores de conhecimento cultural, artístico, científico, arquitectónico, etc., que poderá ser disponibilizado a todos os cidadãos.

Como exigência da implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento encontra-se uma contínua consolidação e actualização dos conhecimentos dos cidadãos. Para tal, contribuiu o conceito de educação ao longo da vida. Pretende-se que este conceito seja valorizado pela comunidade, encarado como construção da pessoa, dos seus saberes, aptidões e da sua capacidade de discernir e agir. Surge, então o vector “Escola Informada”, no qual se destaca o importante papel da escola em todo o processo de formação de cidadãos aptos para a Sociedade da Informação e do Conhecimento. Este conceito de educação deverá evoluir no sentido de dar lugar a um processo de aprendizagem durante toda a vida, devendo cada indivíduo conduzir o seu destino num mundo em constante mudança inserido num contexto de globalização. Paralelamente, os professores deverão possuir formação para a SIC, ao mesmo tempo que deverão existir serviços e comunidades educacionais que possam responder às exigências de educação, tendo em consideração que as rápidas mutações da Sociedade da Informação e do Conhecimento implicam alterações nos modos tradicionais da interacção dos alunos, da escola e das famílias.

Não foi esquecido o facto da SIC ser uma sociedade de mercado, cujo cerne é uma economia baseada no conhecimento, suportada em meios digitais e em processos contínuos

de inovação com apelo à criatividade, na procura da diferenciação de novos produtos, processos e serviços.

Na Sociedade da Informação e do Conhecimento, exige-se uma maior amplitude de conhecimentos por parte dos titulares dos postos de trabalho, o que lhes permitirá uma utilização mais criativa das competências adquiridas. A criatividade é uma das características mais marcantes da SIC, tanto a nível individual como colectivo. Para desenvolver o mercado de trabalho de forma a evitar diferenças sociais e económicas, é importante que os trabalhadores se consciencializem da necessidade de promover uma cultura de flexibilidade, demonstrada na predisposição para a mobilidade, na aceitação da prática de formação/aprendizagem permanente e na integração de modelos variáveis de organização do trabalho. É necessária a implementação de medidas que tenham em conta critérios sociais na promoção das TIC.

Terá que se ter em consideração o facto de se verificar a diminuição do número de postos de trabalho, face aos progressos nos níveis de automação e de produtividade dos processos de produção. Em alguns países, esta redução tem sido compensada com a redução do tempo de laboração, de tal forma que cada posto de trabalho possa, pela repartição do tempo de execução das tarefas, gerar novos postos de trabalho.

Deverá ter-se em consideração o teletrabalho, como mais um modelo possível no contexto mais vasto da racionalização funcional dos processos de criação de valor e riqueza, que pode gerar a precarização do trabalho e potenciar também o isolamento dos indivíduos. No entanto, permite incluir no mercado de emprego os indivíduos com necessidades especiais, incluindo-se aqui, não apenas os indivíduos portadores de deficiências, para quem a deslocação ao local de emprego seria difícil ou mesmo impossível, bem assim as pessoas com doenças cujos tratamentos ou profilaxia aconselhem a permanência em casa.

Na SIC são exigidos novos conhecimentos e novas práticas, obrigando os trabalhadores a um esforço de actualização permanente, devendo portanto ser cada vez mais flexíveis e dinâmicos, dotados de abertura e receptividade à mudança. A aprendizagem estende-se cada vez mais ao longo da vida, e a necessidade de acompanhamento da evolução permanente por parte dos trabalhadores gera uma procura ávida de informação, colmatada apenas com o recurso às novas tecnologias.

Assim, as TIC assumem uma importância cada vez maior na área da educação, permitindo simultaneamente o alargamento do ensino a grupos populacionais afastados geograficamente das escolas e das Universidades, de outra forma impossibilitados do acesso ao ensino.

❖ Na sequência da aprovação do Livro Verde para a Sociedade da Informação, em 1997 foi lançada a Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação, contendo um conjunto articulado de medidas concretas, em torno de quatro grandes eixos de intervenção.

Tabela 11 – Medidas da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação

Eixo de intervenção	Objectivos
Estado Aberto	Implementar medidas no sentido de aumentar a produtividade e qualidade dos serviços públicos através da criação de condições para a construção de um estado mais aberto aos cidadãos e às empresas.
Saber Disponível	Implementar mecanismos que contribuam para a consolidação e difusão do conhecimento. Neste sentido, pretende garantir que o acesso à informação se faça de uma forma equitativa.
Escola Informada	Considerando que a educação se articula com a sociedade de informação, uma vez que se baseia na aquisição, actualização e utilização dos conhecimentos, pretende implementar formas de facultar a todos, através da educação, a possibilidade de terem ao seu dispor, recolherem, seleccionarem, ordenarem, gerirem e utilizarem informação.
Empresa Flexível	Implementar mecanismos que permitam a implementação de empresas com processos flexíveis e abertos de desenvolvimento organizacional que ofereça novas oportunidades de aprendizagem, inovação, melhoria e produção acrescida, sendo os locais de trabalho caracterizados pelo primado da confiança e da competência. Pretende-se que as organizações se tornem descentralizadas, e que os postos de trabalho se encontrem ligados em rede, exigindo-se aos trabalhadores qualificações elevadas e amplas e variadas competências, com o objectivo de aumentar a competitividade económica.

Fonte: Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal [em linha] Disponível em <http://www2.ufp.pt>

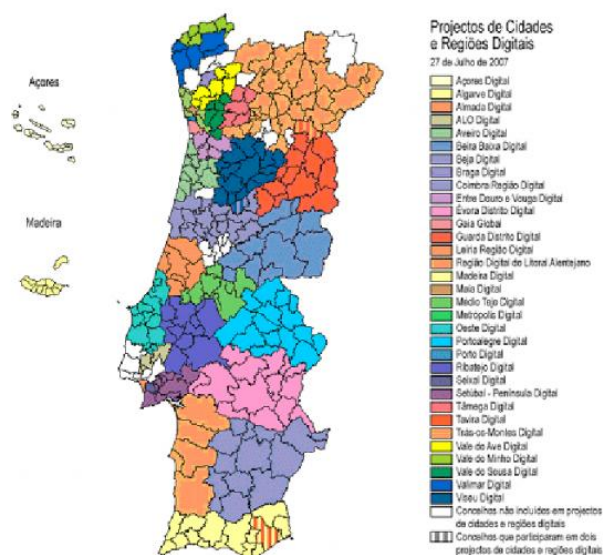
❖ A iniciativa Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), lançada em 1997, teve como objectivo a integração de todas as escolas na Rede de Investigação Científica e do Ensino Superior. Foi, então, efectuada a ligação à Internet de todas as escolas, públicas e privadas, do 5.º ao 12.º anos, assim como algumas centenas de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de bibliotecas públicas municipais e das bibliotecas da rede da Fundação Gulbenkian, em articulação com o reforço das ligações de Universidades, Politécnicos Instituições Científicas, já efectuadas no âmbito das actividades desenvolvidas pela

Fundação para a Ciência e Tecnologia, criada também em 1997, com o objectivo de promover continuamente o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal.

❖ Em Fevereiro de 1998, foi lançado o Programa Cidades Digitais pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que, numa primeira fase, integrou acções com um carácter piloto e de demonstração. Tendo sido lançado em Aveiro, o símbolo deste Programa e o seu exemplo mais evidente é Aveiro Digital.

Outros exemplos de sucesso deste programa são Gaia Global, Algarve Digital, ALO Digital, Évora Distrito Digital, ou Leiria Digital. Actualmente, o Programa Cidades e Regiões Digitais abarca trinta e três projectos, abrangendo duzentos e oitenta e sete dos trezentos e oito municípios do país, cobrindo cerca de 95% da área de todo o território nacional⁸.

Figura 3 – Localização dos Projectos Cidades e Regiões Digitais



Fonte: UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP., disponível em <http://www.unic.pt>

Os objectivos inicialmente propostos no Programa são: i)melhorar a qualidade de vida; ii) combater a interioridade através da utilização das TIC pelos cidadãos e entidades públicas e privadas em ordem a combater atrasos de desenvolvimento das regiões interiores; iii) reforçar a competitividade económica e o emprego; iv) apoiar a integração social de

⁸ <http://www.unic.pt>

populações imigradas e de minorias étnicas, através da introdução das TIC em Associações para a aprendizagem e valorização escolar e profissional de populações em risco de exclusão.

Em 2001 foi lançado o programa para a generalização das Cidades Digitais, no âmbito do POSI, na sequência do qual foi elaborado o Guia de Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais. Este documento veio estabelecer as normas de candidatura, organização, funcionamento e acompanhamento dos projectos a apresentar neste campo, determinando que os mesmos devem visar:

1. A realização de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento para todos;
2. O desenvolvimento de novas capacidades
3. A qualidade e eficiência dos Serviços Públicos;
4. Melhorar a cidadania;
5. Saúde ao alcance de todos;
6. Novas formas de criar valor económico;
7. Conteúdos atractivos

❖ Lançada em Setembro de 1998, a Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico surge após um amplo processo de consulta junto de entidade públicas e privadas com actuação relevante na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento, promovido pela Equipa de Missão da Sociedade de Informação, que havia elaborado um Documento Orientador da Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico.

Aquando da elaboração do Livro Verde para a Sociedade da Informação já se tinha identificado a necessidade de se viabilizar e dinamizar o comércio electrónico, como forma de protecção da competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME) portuguesas, competitividade essa que depende da sua capacidade de participação no mercado global. O Comércio Electrónico permite aceder aos benefícios do acesso ao um mercado cada vez mais alargado, impondo para tal exigências de reorganização dos sistemas de informação, sendo uma das vias que conduz à adopção de novas formas de organização do trabalho e dos negócios.

A Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico foi criada para atingir os objectivos que a seguir se descrevem:

1. Definição de um quadro legislativo e regulamentar que crie as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do Comércio Electrónico, devendo incluir o estabelecimento do Regime Jurídico aplicável aos documentos electrónicos, assinatura digital e factura electrónica.
2. Sensibilização dos diferentes agentes económicos para as potencialidades do comércio electrónico.
3. Definição de incentivos à utilização da Internet e de outros meios electrónicos no comércio.
4. Definição de um quadro de base de regras harmonizadas, no que concerne à segurança das transacções efectuadas por via electrónica, à protecção de informações de carácter pessoal e da vida privada, à defesa dos direitos dos consumidores e à protecção dos direitos de propriedade intelectual.
5. Promoção de um ambiente comercial que propicie condições para o desenvolvimento sustentado do comércio electrónico.
6. Promoção de adopção de práticas do comércio electrónico por parte da Administração Pública.
7. Criação de um programa de apoio ao desenvolvimento do comércio electrónico para as PME.
8. Implementação de medidas de educação e formação para a economia digital e para o comércio electrónico no contexto da globalização dos mercados, especialmente para os quadros das empresas.⁹

❖ Na sequência da identificação da responsabilidade social para com os cidadãos que requerem consideração especial, reconhecida no Livro Verde para a Sociedade da Informação, surge a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação. Esta medida foi elaborada com o objectivo genérico de contribuir para que os cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente, os portadores de deficiências físicas e mentais, os idosos e os acamados de longa duração, possam

⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/98, publicada no Diário da República, II Série, em 1 de Setembro.

usufruir de forma plena dos benefícios que as novas TIC lhes podem proporcionar como factor de integração social e de melhoria da respectiva qualidade de vida.

Neste sentido, foi elaborado um documento orientador da Iniciativa, o qual apresenta os princípios que deverão ser prosseguidos pela mesma, tendo em consideração o objectivo geral que lhe deu origem: contribuir para a concretização efectiva dos objectivos estabelecidos no Livro Verde para a Sociedade da Informação, relativamente aos indivíduos portadores de necessidades especiais.

❖ O Plano Tecnológico, nascido da Estratégia de Lisboa, tem como objectivo reforçar a competitividade do país, constituindo, também, o pilar para o Crescimento e a Competitividade do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego. Define-se como uma agenda de mudança para a sociedade portuguesa, que visa mobilizar as empresas, as famílias e as instituições para que, com o esforço conjugado de todos, possam ser vencidos os desafios de modernização que Portugal enfrenta. No quadro desta agenda, o Governo assume o Plano Tecnológico como uma prioridade para as políticas públicas.

Dentro de cada um dos eixos mencionados na Tabela 12, inserem-se alguns objectivos estratégicos, compostos por diversas medidas a implementar no âmbito do Plano Tecnológico português. A Rede Comum de Conhecimento (RCC), medida inserida no objectivo estratégico “Mobilizar os Portugueses para a Sociedade da Informação e do Conhecimento”, pretende ser um portal de conhecimento da Administração pública, onde constarão as iniciativas de modernização administrativa, iniciativas inovadoras tendencialmente replicáveis entre organismos, conhecimento já produzido pela e para a AP e contactos relevantes. Também pretende constituir uma área de partilha de conhecimento gerado por entidades externas, como sejam universidades ou empresas com interesse comum das áreas de conhecimento pelas quais a RCC será organizada. A Rede está aberta, presentemente nesta primeira fase, apenas aos organismos e instituições públicas credenciadas.

Tabela 12 - Eixos em que se baseia o Plano Tecnológico

Eixo	Descrição	Destinatários
1 - Conhecimento	Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os portugueses para a Sociedade de Informação.	Cidadãos
2 - Tecnologia	Vencer o atraso científico e tecnológico, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento (I & D).	Empresas
3 - Inovação	Imprimir um novo impulso à inovação, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.	Administração Pública

Fonte: Fonte: Plano Tecnológico, Portugal a Inovar [em linha] Disponível em www.planotecnologico.pt

A iniciativa “Estimular a Formação Profissional, a Certificação e a Investigação e Desenvolvimento em Tecnologias”, incluída no objectivo estratégico de formação ao longo da vida, visa estimular a formação profissional a todos os níveis e a I&D em TIC, em organizações, instituições de ensino e laboratórios de investigação, promovendo a concorrência, a emergência de mercados demonstradores e a colaboração internacional.

Nas tabelas seguintes apontam-se algumas medidas do Plano Tecnológico, direccionadas quer para os cidadãos, quer para a Administração Pública, tendo-se omitido o eixo em que se inserem as organizações, em virtude de não se abordar esse campo neste estudo.

Tabela 13 - Algumas Medidas do Plano Tecnológico para o Cidadão

Medidas	Exemplo de Iniciativas	Descrição
Educação e Formação	Ligação à Internet em Banda Larga de Todas as Escolas Públicas do País	O objectivo é integrar a utilização das TIC e da Internet, desde cedo, na vida dos cidadãos. Concluída em Janeiro de 2006. Todas as escolas públicas (básico e secundário) estão ligadas à Internet de banda larga
	Iniciativa Novas Oportunidades	Desenvolvida pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, esta iniciativa define uma estratégia abrangente de qualificação da população portuguesa assumindo como referencial de actuação o objectivo de generalizar o ensino secundário como patamar mínimo de escolarização. A estratégia desta iniciativa assenta em dois pilares fundamentais: -a elevação da formação de base de jovens, nomeadamente pela diversificação das ofertas de educação e formação, através do reforço das vias profissionalizantes; -a elevação da formação de base da população activa adulta, pela disponibilização de ofertas de qualificação flexíveis, e em particular estruturadas a partir das competências adquiridas e reconhecidas.
	Reconhecimento, Validação e certificação de competências	Inserido na Iniciativa Novas Oportunidades, permite a cada adulto, maior de 18 anos, aceder ao reconhecimento, validação e certificação das competências (escolares, profissionais e outras) que adquiriu em diferentes situações de aprendizagem (vida pessoal, social e profissional), para efeitos de atribuição de uma qualificação formal, escolar ou profissional. A certificação conferida por este Sistema pode ser escolar, de nível básico (mediante atribuição de certificado do 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico e diploma do ensino básico) ou de nível secundário (mediante atribuição de certificado do nível secundário de educação)
	Facilitar a utilização de computadores em casa por estudantes	Através da criação de uma dedução à colecta de 250€ na de aquisição de computadores, até um preço máximo de 500€, pelas famílias com estudantes a cargo e que não se encontrem nos escalões de rendimentos mais elevados e disponibilização progressiva de computadores aos estudantes mais carenciados, através dos serviços de acção social escolar.
Empreendedorismo e emprego	Criação de centros de competências em Investigação e Desenvolvimento na área TIC, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de software e gestão de redes	Esta medida visa promover a criação de centros de competências em I&D na área TIC, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de software e gestão de redes. Foram já aprovados 8 projectos “redes de competência” envolvendo empresas, centros de investigação, centros tecnológicos, universidades, politécnicos, organismos públicos e associações empresariais, desde a área da Agricultura às Telecomunicações. Estas redes têm por objectivo criar parcerias para inovação e conhecimento que contribuam para o desenvolvimento económico, promovendo uma economia mais competitiva baseada em novos ou melhores produtos e serviços.
	Promoção de actividades de estímulo à capacidade de inovar e empreender	Medida que pretende contribuir para minorar o problema de falta de competitividade nacional, atacando uma das frentes identificadas, designadamente a associada à indução de atitudes e comportamentos propícios ao desenvolvimento de uma cultura inovadora, tecnológica e empreendedora junto das populações das escolas secundárias e superiores

Serviços Públicos Online	Passaporte Electrónico Português (PEP)	A medida destina-se a apoiar: a concepção, o desenvolvimento e a implementação de um sistema de gestão e emissão de Passaportes electrónicos. Neste contexto implicou a definição e desenvolvimento dos seguintes componentes estruturais: - Software aplicacional ; - Uma estação de dos dados biométricos necessários à personalização do Passaporte Electrónico Português; - Uma nova caderneta que suporte não só as novas exigências de segurança bem como um chip de acesso por rádio frequência para armazenamento de dados.
	Criação da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas	Tem como objectivo promover a massificação do acesso público gratuito à Internet, em banda larga, nas bibliotecas públicas, mediante o fornecimento, a cada biblioteca, de dois computadores e de um ponto de ligação à Internet , em ambiente sem fios; disponibilização de conteúdos e serviços para o cidadão e para os profissionais das bibliotecas, através de um portal web.
	Esquadra Séc XXI - Projecto Piloto	Visa a optimização das infra-estruturas onde estão instaladas as Forças de Segurança, e o recurso intensivo às novas tecnologias no trabalho diário dos Agentes Policiais, como forma de racionalizar os custos, simplificar os processos e dotar os elementos das Forças de Segurança de ferramentas tecnológicas que lhes permitam uma capacidade de resposta acrescida. Nesta fase do projecto, privilegiou-se a criação de meios interactivos no relacionamento com os cidadãos e com as Instituições e o reforço da segurança dos Agentes Policiais em serviço no exterior, através da monitorização remota georeferenciada e de meios móveis de comunicação e navegação.
	Generalização da Utilização e Oferta da Banda Larga	Ação regulamentadora e reguladora, no quadro da Lei das Comunicações Electrónicas, para criar condições, essencialmente a nível grossista e de desenvolvimento de tecnologias alternativas de acesso, propícias ao desenvolvimento dos mercados de comunicações electrónicas, abrindo lugar à entrada de novos operadores eficientes que contribuam para uma maior concorrência, resultando em incentivos ao investimento e à inovação por parte dos operadores que se traduzam em benefícios - em termos de preços, acessibilidade, escolhas e qualidade - para os consumidores.

Fonte: Plano Tecnológico, Portugal a Inovar [em linha] Disponível em www.planotecnologico.pt

Tabela 14 - Algumas Medidas do Plano Tecnológico no âmbito da Administração Pública

Medida	Exemplo de Iniciativas Incluídas	Descrição
Simplificação, Desburocratização e Desmaterialização	Rede comum de conhecimento na Administração Pública	Portal de conhecimento da Administração Pública, onde residirão as iniciativas de modernização administrativa, iniciativas inovadoras tendencialmente replicáveis entre organismos, conhecimento já produzido pela e para a AP e contactos relevantes. Também constituirá uma área de partilha de conhecimento gerado por entidades externas, como sejam universidades ou empresas com interesse comum das áreas de conhecimento pelas quais a RCC será organizada. A Rede está aberta, presentemente nesta primeira fase, apenas aos organismos e instituições públicas credenciadas.

	Adopção de facturas electrónicas na Administração Pública	Generalização da utilização da facturação electrónica e de processos de compra com base em sistemas baseados em TIC, visando a eficiência das compras públicas e a dinamização do comércio electrónico em Portugal.
	Segurança Social Directa	Implementar um sistema de interacção directa através da Internet entre os cidadãos, empresas e a Segurança Social
	Documento Único Automóvel	A criação do documento único automóvel foi simultaneamente um projecto de documento único e de balcão único. De documento único com o nascimento do Certificado de Matrícula - a agregação, num só documento, da informação actualmente constante do livrete do veículo e do título de registo de propriedade. De balcão único pois agora os cidadãos resolvem as questões relativas ao certificado de matrícula num único balcão, a funcionar na Direcção-Geral de Viação (DGV) ou nas Conservatórias do Registo Automóvel. Para a concretização deste projecto foi necessário criar nomeadamente por via electrónica, os indispensáveis mecanismos de circulação de informação entre os serviços envolvidos e instituir balcões de serviços partilhados entre os organismos públicos intervenientes, de forma a melhorar a qualidade da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas.
Melhoria do Atendimento	Implementação e exploração de um centro de atendimento para o público do SNS	Contrato em regime de PPP, entre a DGS e um consórcio privado para instalação de um Centro de Atendimento para o público, a cobrir todos os residentes em território nacional.
	Rede Telemática de Informação ao Consumidor	Melhorar e actualizar a estrutura informativa, tecnológica e organizacional. Até Dezembro de 2007 encontravam-se realizadas algumas acções pela Direcção-Geral do Consumidor, nomeadamente: Informações sobre direitos dos Consumidores; Legislação (nacional e comunitária); Divulgação de base de dados de Segurança de bens e serviços; Divulgação de iniciativas na área de consumo; Informação sobre Centros de Informação Autárquica ao Consumidor, Instâncias de Resolução de Conflitos de Consumo, Organizações de Consumidores, Observatórios e Entidades Reguladoras etc.
	Portal do Emprego e Formação - NetEmprego	O IEFP NETemprego é um serviço online na área do emprego, impulsionador da procura e oferta de emprego, em território nacional e europeu, gerido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), com cobertura nacional e funcionando online, 24 horas por dia, através do qual se visa, essencialmente, aumentar a possibilidade de uma melhor adequação entre procura de emprego por parte dos candidatos e a oferta por parte das entidades empregadoras, atingindo um volume mais alargado de utilizadores em simultâneo e tornando o mercado de emprego mais transparente e eficaz.

Qualificação e Segurança	Estimular a democracia electrónica	Estimular a participação democrática dos cidadãos através da utilização das TIC (difusão da informação, procura de informação e participação no processo de decisão). Por exemplo, Foi realizado em 2006 um estudo sobre modelos de voto electrónico que identificou dificuldades que se têm manifestado em projectos de voto electrónico noutros países, estimou um custo excessivo para a votação electrónica universal e analisou situações votação electrónica de cidadãos que se encontrem longe do local de voto onde se encontram recenseados. Avançou-se com a constituição do caderno eleitoral electrónico e com o planeamento da sua relação com o processo de registo que resulta da modernização introduzida com o Cartão de Cidadão electrónico, estando previsto acabar com a necessidade de recenseamento eleitoral através da utilização do Cartão de Cidadão.
	Criação da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas	Massificação do acesso público gratuito à Internet, em banda larga, nas bibliotecas públicas, mediante o fornecimento, a cada biblioteca, de dois computadores e de um ponto de ligação à Internet, em ambiente sem fios; disponibilização de conteúdos e serviços para o cidadão e para os profissionais das bibliotecas, através de um portal web.
	Criação do Fórum para a Sociedade da Informação	Organização de uma reunião com ampla participação de empresas, instituições de investigação, instituições do ensino superior, organismos públicos, organizações não-governamentais e individualidades com interesse e/ou actividades na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento e das tecnologias da Informação e da Comunicação, para fazer um ponto de situação da evolução da área em Portugal com comparações internacionais, debater aspectos das políticas do seu desenvolvimento e explorar novas oportunidades de desenvolvimento, abrindo a formação e o escrutínio de políticas públicas na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento a uma ampla participação pública.

Fonte: Plano Tecnológico, Portugal a Inovar [em linha] Disponível em www.planotecnologico.pt

❖ O Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), foi aprovado pela União Europeia em 28/07/2000, tratando-se de um programa de investimento que define um conjunto de apoios financeiros, provenientes de fundos comunitários e fundos nacionais, para projectos no domínio da SIC, exercendo um papel de dinamização estratégica dos investimentos apoiados por outras intervenções operacionais com projectos nessa área.

O POSI é um programa de base para estimular a acessibilidade e a participação, assim como o desenvolvimento e a experimentação, estimulando ainda a coordenação estratégica das intervenções sectoriais e regionais de promoção do uso social das tecnologias da informação. Este programa base pressupõe a complementaridade com outros instrumentos e programas sectoriais (na economia, educação e formação, saúde, cultura, transportes,

administração pública, justiça, ambiente, etc.). As principais linhas de acção são as identificadas na Tabela 15.

Tabela 15 – Linhas de Acção do POSI

Linha de Acção	Medidas a implementar
Desenvolver Competências	Processo nacional de formação e certificação de competências básicas em tecnologias da informação e associar um diploma de competências básicas em tecnologias da informação à conclusão da escolaridade obrigatória, de modo a que nenhum aluno a termine sem certificação de competências nessas tecnologias
Aumentar a Acessibilidade e os Conteúdos em Formato Digital	Criação de condições para a generalização do uso de computadores e da Internet, a multiplicação dos conteúdos portugueses na Internet, a oferta maciça de produtos adaptados ao mercado familiar, a instalação de espaços públicos de acesso à Internet em todas as freguesias do País, a disponibilização livre de informação pública em formato digital, para uso de cidadania assim como para a produção de conteúdos de valor acrescentado
Promover a Utilização e Interconexão de Redes de Alto Débito	Lançamento e execução do primeiro Plano Nacional das Auto-estradas da Informação e do estímulo à oferta, à interconexão, ao uso e à regulação das redes de banda larga. É importante ainda o programa de disponibilização de uma rede de alto débito para fins científicos e educativos assim como para demonstração de serviços novos de grande utilidade social (RCTS-2) e sua articulação com os programas internacionais (Programa Internet 2, etc.).
Estender o Programa Cidades Digitais a Todo o País	Privilegiar os eixos da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação.
Criar a Universidade Telemática Portuguesa	Orientada internacionalmente e apoiada na capacidade de formação superior e de I&D de instituições científicas, tecnológicas e de ensino superior — e de organizações profissionais e empresas — para a concepção e produção de conteúdos, e sustentada num programa especial de I&D para a telemática educativa do qual constituirá o piloto experimental permanente

Fonte: Programa Operacional Sociedade da Informação [em linha] Disponível em www.posi.pcm.gov.pt

No sentido de desenvolver um conjunto de actividades que preparem e facilitem a articulação política entre os membros do governo, em ordem à eficaz concretização dos objectivos a prosseguir no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento, foi, em Agosto de 2000, criada a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação.

O objectivo da criação desta Comissão foi apoiar o Ministro da Ciência e Tecnologia, no exercício das funções que a este estariam cometidas em matéria de Sociedade da Informação e do Conhecimento, nomeadamente:

- ☞ Preparar, em articulação com todos os ministérios, as medidas globais e sectoriais adequadas à concretização do Programa do Governo no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento, bem como das iniciativas comunitárias;
- ☞ Promover a articulação das diferentes medidas e iniciativas do Governo na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento;

- ☞ Identificar hipotéticos cenários futuros no domínio internacional, ao nível tecnológico e social, com previsível impacte no desenvolvimento nacional da Sociedade da Informação e do Conhecimento.¹⁰

De forma a concretizar esta articulação desejada, foram criados em todos os Ministérios, Núcleos para a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

❖ A Iniciativa Internet, lançada pelo Conselho de Ministros em Julho de 2000, teve como objectivo alcançar o incremento acelerado do uso da Internet em Portugal, tendo sido, para tal, adoptado um conjunto de medidas conducentes a alcançar metas definidas no Plano de Acção adoptado.

De acordo com o definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2000, de 22 de Agosto, a Iniciativa Internet tem como objectivo fomentar o funcionamento em rede da sociedade, promovendo uma maior coesão social e o combate à info-exclusão, contribuindo desta forma para um país dotado de organizações mais abertas, de processos de decisão mais transparentes e responsáveis.

❖ Em 2002, com o objectivo de promover a dinamização, a coordenação bem como o acompanhamento da actuação governativa no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento, é criada, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de Novembro, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento.

Esta constituía uma estrutura de apoio ao desenvolvimento da política governamental a prosseguir ao nível da inovação, sociedade de informação, governo electrónico, competindo-lhe ainda agir nas áreas de economia digital, cidadãos com necessidades especiais na Sociedade da Informação e do Conhecimento e acesso generalizado à Internet.

Para esta estrutura foram definidas diversas atribuições, entre as quais:

- ☞ Propor e promover a aplicação de medidas nas áreas da sua competência, assegurando a sua coordenação com a execução do Programa do Governo;
- ☞ Dar parecer nas iniciativas legislativas com impacte nas áreas supra referidas;

¹⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2000, publicada no Diário da República, II Série, n.º 190, em 18 de Agosto de 2000.

- ☞ Propor a actualização e adaptação da estrutura organizacional da Administração Pública no âmbito das áreas apontadas;
- ☞ Dinamizar um fórum de reflexão com personalidades de reconhecido mérito e entidades privadas, designado de Partenariado para a Sociedade da Informação.

❖ Na sequência da criação da Unidade de Missão, estrutura de natureza precária que não reunia as condições necessárias para a realização dos projectos previstos, foi determinada a necessidade de implementação de um organismo que lhe sucedesse, como veículo institucional eficaz e facilitador dos procedimentos requeridos para fazer chegar aos cidadãos as mudanças pretendidas.

Assim, em Janeiro de 2005, pelo Decreto-lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro, foi criada a UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P., com o objectivo de planear, coordenar e desenvolver projectos nas áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento e *e-Government*.

Além de se reger pelo diploma que a criou, a UMIC também se rege pelos seus estatutos, aprovados em 21 de Fevereiro de 2005, exercendo a sua actividade sob a tutela e superintendência do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

É um Instituto Público dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, à qual o diploma supra citado consagrou, no seu art. 5.º, as seguintes atribuições:

- a) Promover projectos que contribuam para a massificação do acesso à Internet de banda larga em Portugal e sua utilização efectiva por todos os cidadãos;
- b) Participar na reformulação dos serviços públicos com recurso a tecnologias de informação e comunicação (TIC);
- c) Promover a utilização de TIC nos vários níveis de ensino;
- d) Promover a utilização de TIC pelas empresas nacionais;
- e) Promover iniciativas relacionadas com a inovação tecnológica por parte de entidades do sistema científico e tecnológico e pelas organizações;

- f) Aproveitar as potencialidades das TIC na modernização dos serviços da justiça, bem como para aumentar a participação dos cidadãos nos actos eleitorais e nos processos de tomada de decisão pública;
- g) Promover a articulação das iniciativas de natureza central, regional e local na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento e governo electrónico;
- h) Promover iniciativas relacionadas com a participação dos cidadãos com necessidades especiais na Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- i) Promover iniciativas que promovam a inclusão social através da utilização das TIC;
- j) Promover a participação pública mediante a utilização de novas ferramentas e de novos instrumentos que mobilizem a sociedade civil em torno das questões do desenvolvimento sustentado e que desenvolvam competências e capacidade de inovação e de investigação aplicadas à área do ambiente;
- l) Promover a realização de estudos, análises estatísticas e prospectivas no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento e do governo electrónico;
- m) Dar parecer sobre as iniciativas legislativas com impacte no desenvolvimento das áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento e governo electrónico;
- n) Coordenar o processo de decisão de projectos de investimento público central no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), em matéria de Sociedade da Informação e do Conhecimento e governo electrónico, e acompanhar a sua execução;
- o) Apoiar o Governo na definição das linhas estratégicas e das políticas gerais relacionadas com a Sociedade da Informação e do Conhecimento e o governo electrónico;
- p) Estabelecer relações de cooperação ou associação, no âmbito das suas atribuições, com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente no quadro da União Europeia e dos países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No seu *site*¹¹, temos acesso a notícias sobre as diversas iniciativas a realizar no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento e das novas Tecnologias da Informação e do

¹¹ <http://www.unic.pt>

Conhecimento (TIC), bem como aos projectos governamentais neste campo, com possibilidade de aceder a outros *sites* ligados ao mesmo.

❖ O Portal do Cidadão foi um projecto lançado pela UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP, em conjunto com todos os Ministérios do Governo, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2003, de 12 de Agosto, que aprova o Plano de Acção para a Sociedade da Informação e com a Resolução do Conselho de Ministros nº 108/2003, de 12 de Agosto, aprova o Plano de Acção para o Governo Electrónico.

A partir de 2007, com a criação da AMA - Agência para a Modernização Administrativa, IP, que assumiu as competências de Governo Electrónico da UMIC, o Portal do Cidadão passou a ser gerido pela nova agência.

i. O Programa Ligar Portugal

O Programa “Ligar Portugal”, que define a política nacional para a Sociedade da Informação e do Conhecimento e a promoção do acesso à Banda Larga é uma das medidas incluídas no Plano Tecnológico. Neste programa, o Governo reconhece que a generalização do acesso à Internet e às TIC é um factor crítico para a modernização e desenvolvimento da sociedade portuguesa.

De acordo com o mencionado no texto do programa, este “visa a ampla mobilização das pessoas e das organizações para o uso generalizado das TIC e para o desenvolvimento em Portugal da SI e da economia baseada no conhecimento”.

Um dos objectivos do Programa Ligar Portugal é promover o combate à info-exclusão, estimulando a percepção dos cidadãos sobre a utilidade das TIC, nomeadamente, através de:

- a) Reforço da capacidade das autoridades reguladoras, por forma a garantirem condições de concorrência efectiva entre operadores e assegurarem a defesa dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações;
- b) Garantia de mecanismos de consulta a todos os operadores e promoção da generalização do uso do serviço de voz sobre Internet;

- c) Promoção de condições de formação a todo o pessoal da administração pública, especialmente aqueles com mais baixo nível de qualificações, e promovendo a utilização crescente de sistemas operativos não proprietários por todos os serviços públicos¹²;
- d) Disponibilização, num local único da Internet, de todos os concursos da AP Central ou Local;
- e) Garantia da generalização da facturação electrónica;
- f) Apoio aos cidadãos com necessidades especiais na integração da SIC;
- g) Estimulo e criação de condições para o desenvolvimento do tele-trabalho e da tele-medicina.

ii. Panorama de difusão da Internet em Portugal

De acordo com Cardoso *et al* (2005: 113), “Portugal (...) é um país que se encontra num processo de transição de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional. A avaliação do desenvolvimento da sociedade em rede baseia-se na medição do número de utilizadores e do número de lares com ligação à Internet, bem como a velocidade de ligação verificada, considerando-se que este é o indicador apropriado, comparativamente ao indicador utilizado em relação ao crescimento da sociedade industrial desde o final do sec. XX, consubstanciado no número de *kilowats* produzidos e consumidos”.

De acordo com os dados para 2007, resultantes do inquérito sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal, constantes do Portal da UMIC, a seguir se apresentam os itens considerados mais importantes para o presente trabalho.

Tabela 16 – Dados sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal

Segmento	Resultados do inquérito
Câmaras Municipais	<ul style="list-style-type: none">• Todas as Câmaras Municipais dispõem de ligação à Internet, 78% com uma velocidade superior ou igual a 512 Kbps, sendo que 78% tem ligações superiores ou iguais a 2 Mbps tendo-se verificado neste tipo de ligações um crescimento de 22% em relação ao ano anterior.• A Internet é fundamentalmente utilizada para actividades de pesquisa e de comunicação: procura e recolha de informação/documentação (97%), correio electrónico (99%) e troca electrónica de ficheiros (94%). A actividade

¹² Este objectivo será de difícil aplicação na generalidade da administração local, já que, habitualmente, os recursos são canalizados para acções visíveis por parte dos eleitores, descurando-se, muitas vezes, a formação dos RH, não se reconhecendo que este investimento terá benefícios a médio e longo prazo, nomeadamente no aumento da qualidade do serviço prestado aos munícipes, o que melhoraria a imagem das autarquias locais.

	<p>com maior crescimento foi a de compras electrónicas que quase duplicou, passando a ocorrer em 29% das Câmaras Municipais.</p> <ul style="list-style-type: none"> 97% das Câmaras Municipais tem presença na Internet. Nos serviços disponibilizados em sítios das Câmaras Municipais na Internet prevalece o correio electrónico (78%), sendo que 77% das Câmaras Municipais com presença na Internet disponibiliza o <i>download</i> e a impressão de formulários, e 47% disponibiliza a subscrição de <i>newsletters</i> na Internet. Respectivamente 51%, 36% e 47% das Câmaras Municipais usa software de código aberto para os sistemas operativos, para os servidores de Internet e para outro tipo de aplicações. <p>25% das Câmaras Municipais efectua encomendas através da Internet</p>
Famílias	<ul style="list-style-type: none"> 90%, 81% e 24% das pessoas (de 16 a 74 anos) com, respectivamente, educação superior, secundária, e de 9º ano ou inferior, utilizam Internet. Portugal ocupa nestes indicadores, respectivamente o 7º, 5º e 21º lugar na UE, nos dois primeiros casos apenas junto aos países nórdicos, Holanda, Luxemburgo, França e Reino Unido. A utilização de computador nos indivíduos com nível de educação superior, secundária e de 9º ano ou inferior é, respectivamente, 94%, 88% e 30%. Estes valores em 2005 eram, respectivamente, 90%, 86% e 24%. Também aqui se verifica um maior crescimento (média anual de 12%) no grupo de nível educacional mais baixo, com os valores nos grupos de educação secundária e superior a crescerem moderadamente, mas tendo atingido já percentagens muito elevadas. Na verdade, em 2007 Portugal situou-se nestes dois grupos, respectivamente, na 4ª e na 6ª melhor posição entre os países da UE27, no primeiro grupo apenas abaixo da Holanda, Luxemburgo e Suécia, e no segundo apenas abaixo destes países e dos outros dois países nórdicos, ex-aequo com o Reino Unido. 97% e 99% dos estudantes usam, respectivamente, Internet e computador. Portugal ocupa nestes indicadores, respectivamente, o 8ª e o 4ª lugar na UE27, ex-aequo com Áustria, Dinamarca e Letónia na utilização da Internet, e com Alemanha, Áustria, Luxemburgo e Suécia na utilização de computador. São sinais de uma eficaz introdução da Internet e de computadores nas escolas, depois de Portugal ter sido em 2001 um dos países pioneiros na Europa na ligação de todas as escolas à Internet, assim como no início de 2006 foi um dos países pioneiros na Europa na ligação de todas as escolas públicas em banda larga. 77% dos agregados familiares com Internet estão ligados em banda larga. Os agregados familiares com banda larga cresceram 27% no último ano. As actividades realizadas na Internet indicadas por mais utilizadores são as actividades de comunicação, interacção e colocação de conteúdos – correio electrónico (84%), chats, messenger e semelhantes (57%), colocação de conteúdos em sítios como hi5, Myspace, Youtube ou SapoVídeo (53%) –, de pesquisa de informação sobre bens e serviços (83%), de consulta da Internet com o propósito de aprender (67%), de pesquisa de informação sobre saúde (45%), e de obtenção de informações de organismos da Administração Pública (42%). Os maiores aumentos de 2005 para 2007 observaram-se em telefonar/contactar por videoconferência (crescimento médio anual de 47%), no desenvolvimento de blogs (crescimento médio anual de 43%), na pesquisa de informações sobre a saúde (crescimento médio anual de 20%). 67% das pessoas utilizam o Multibanco (o inquérito incluiu pela primeira vez dados sobre a utilização de Multibanco para comércio electrónico). As transacções de comércio electrónico pelo Multibanco realizadas por estas pessoas incluíram: carregamentos de telemóvel com saldo (76%), pagamentos de serviços de fornecimento de água, luz, telefone, TVcabo, etc. (57%), pagamentos de outras encomendas realizadas por outro meio que não a Internet (ex. compras por catálogo (14%), pagamentos de compras efectuadas através da Internet (10%), compra de bilhetes para espectáculos (9%), compra de bilhetes para transportes (9%). A percentagem de indivíduos entre os 16 e os 74 anos que faz encomendas ou compras através de transacções

	<p>em páginas na Internet é apenas 6%, apesar de ter aumentado 50% desde 2005, e contrasta com 33% (83% dos utilizadores da Internet) pesquisarem informações sobre bens e serviços na Internet, e com as pessoas que utilizam o Multibanco para comércio electrónico (51% para carregamentos de telemóvel com saldo, 38% para pagamentos de serviços de fornecimentos de água, luz, telefone, TVcabo, etc., 9% para pagamentos de compras à distância não encomendadas pela Internet, 7% para pagamentos de compras efectuadas através da Internet, 6% para Compra de bilhetes para espectáculos, 6% Compra de bilhetes para transportes, que correspondem a, respectivamente, 76%, 57%, 34%, 14%, 10%, 9% e 9% dos utilizadores de Multibanco).</p> <ul style="list-style-type: none">• 22% das pessoas realizam pagamentos ao Estado pelo Multibanco (34% dos utilizadores de Multibanco).
--	---

Fonte: www.unic.pt

iii. O programa Simplex

O Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX) foi apresentado pelo Governo em 27 de Março de 2006, com o objectivo geral de “orientar a Administração para uma resposta pronta e eficaz às necessidades dos cidadãos e das empresas”, através da simplificação legislativa e administrativa. O controlo da execução do SIMPLEX 2006 estava cometido à UCMA(Unidade de Coordenação e Modernização Administrativa). O Programa Simplex 2006 inclui um conjunto de trezentas e trinta e três medidas inseridas em seis vertentes, sendo que, de acordo com o Balanço de Execução do Simplex 2006, foram cumpridas duzentas e oitenta do total das medidas previstas, correspondendo a um cumprimento do programa proposto na ordem dos 86,9%.

Exemplo de medidas contempladas pelo Programa Simplex 2006, concretizadas de acordo com o Balanço do Programa, disponível no Portal do Governo:

- Diário da República Electrónico e acesso gratuito aos cidadãos;
- Declaração Electrónica de início, alteração e cessação de actividade;
- Marca na Hora;
- Associação na Hora;
- Candidaturas ao Ensino Superior Público e matrículas electrónicas;
- Ponto único de contacto de oferta e procura de emprego;

No Programa Simplex 2007 constam duzentas e trinta e cinco medidas de simplificação, sendo que cento e quarenta e nove são orientadas para os cidadãos e oitenta e seis orientam-se para as empresas. No programa apresentado pelo Governo, refere-se que se pretende “contribuir para aumentar a confiança dos cidadãos nos serviços e nos

funcionários públicos, facilitando a sua vida quotidiana, o exercício dos seus direitos e o cumprimento das suas obrigações (...), facilitar a racionalização e a eficiência da própria Administração Pública, promovendo maior partilha de meios e informação entre os serviços públicos, maior colaboração nos processos que são transversais e a organização do trabalho em rede”. Segundo o Balanço do Programa, apresentado pelo Governo e constante do Portal do Governo, para 2007 o Programa Simplex atingiu uma execução global na ordem dos 83,3%. De realçar que, relativamente às medidas com aplicabilidade na qualidade de vida do cidadão, a concretização atingiu os 81,8% do total das medidas apresentadas no início do Programa, sendo que, nas dezassete vertentes voltadas para o cidadão, aquela que obteve menor número de medidas concretizadas foi a denominada “Promover a Transparência”. Das cinco medidas incluídas nesta vertente, as de âmbito municipal não foram concretizadas, o que, em nosso entender, está directamente relacionada com a “apreensão” relativa à transparência, manifestada, ainda, por muitos eleitos e dirigentes da AP Local.

Tabela 17 – Medidas incluídas na vertente XV (Promover a Transparência) do Programa Simplex 2007

Medida	Descrição	Observações
Relatórios das Inspeções e Inquéritos	Tornar público, por via da disponibilização no sítio Internet da Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT), os relatórios das inspeções e inquéritos realizados pela IGAT.	Medida concretizada, com informação disponível em www.igat.pt
Indicadores da Administração Local	Disponibilizar, <i>online</i> , indicadores relativos à Administração Local de natureza económica, financeira, conformidade legal, qualidade de vida, investimento, entre outros, e com comparação do desempenho entre municípios.	Medida concretizada, através da disponibilização <i>online</i> de estatísticas municipais, no <i>site</i> da DGAL.
Regulamentos Municipais	Publicar os regulamentos Municipais no sítio Internet de cada município, aproveitando as facilidades oferecidas pelas TIC, no sentido de melhorar o acesso aos cidadãos aos regimes aplicáveis.	Medida não concretizada
Actas dos Órgãos Municipais	Publicar as actas dos órgãos municipais no sítio Internet de cada município, aproveitando as facilidades oferecidas pelas TIC, no sentido de melhorar o acesso aos cidadãos aos regimes aplicáveis.	Medida não concretizada
Bolsa Municipal dos Procedimentos Concursais	Criar e publicitar uma bolsa municipal de procedimentos concursais, no sítio Internet de cada município, aproveitando as facilidades oferecidas pelas TIC, no sentido de melhorar o acesso aos cidadãos aos regimes aplicáveis.	Medida não concretizada

Fonte: Balanço de concretização do Simplex 2007. [em linha] Disponível em www.portugal.gov.pt

O Programa Simplex 2008 é composto por um conjunto de cento e oitenta e nove medidas, sendo que 47% das mesmas destinam-se a facilitar a vida aos cidadãos no seu

dia-a-dia, no relacionamento com os serviços públicos, 42% a eliminar e a diminuir a carga burocrática imposta à actividade das empresas e 11% são dedicadas à melhoria da eficiência dos serviços públicos a reduzir custos de funcionamento.

Das medidas direccionadas ao cidadão, destacamos o desenvolvimento de um sistema de pedido electrónico de prescrição não presencial para os doentes portadores de patologia crónica nos Cuidados de Saúde Primários, a possibilidade da utilização do Cartão do Cidadão para pedir a alteração de morada; disponibilizar a prática de alguns serviços de registo civil e de alguns serviços de registo predial através da Internet; possibilitar o pedido electrónico de revalidação e de emissão de segunda via da carta de condução, a comunicação de novo domicílio e o pagamento electrónico das taxas; criação do balcão sénior, que pretende disponibilizar informações relacionadas com a reforma, tempos livres, saúde e outros de importância para os idosos, tais como, transportes, apoio social, marcação de ambulâncias para transporte de doentes, marcação e pedido de apoio domiciliário, etc.

Capítulo III - O e-Government

As TIC proporcionam o acesso a poderosos instrumentos de pesquisa, de selecção e de integração a grandes volumes de informação detidas pela Administração Pública disponibilizados ao cidadão. Muitas vezes, a utilização da Internet como forma de acesso à informação detida pela Administração Pública é entendida como *e-government*, governo electrónico, ou governo digital.

De acordo com Christopher Corbett (Pavlichev e Carson, 2004: 344), os objectivos primários da estratégia de implementação do *e-Government* são:

- ✓ Facilitar aos cidadãos o acesso à obtenção de serviços governamentais, e a interacção com os centros decisórios do governo;
- ✓ Melhorar a eficiência e a eficácia do governo;
- ✓ Melhorar as respostas do governo aos cidadãos.

O conceito de governo electrónico é, no entanto, um conceito mais abrangente e com muitas outras implicações, sendo abordado de diversas maneiras, por diferentes autores.

Khosrow-Pour (2006: 203), refere que o conceito de governo digital refere-se ao uso das TIC no sentido de melhorar o relacionamento entre o governo e os seus trabalhadores, cidadãos, negócios, parceiros sem fins lucrativos e outras entidades, através do reforço do acesso e entrega das informações e serviços do governo.

Mota (2005: 76) entende que o *e-government*, ou governo electrónico, é a expressão de modernização das administrações locais, implicando o tratamento de dados locais, as ligações virtuais com outros serviços do sector público e a utilização de serviços Internet através dos quais a informação se torna acessível aos cidadãos e às organizações, permitindo-lhes também efectuar operações administrativas de rotina. Este conceito está intimamente ligado ao novo paradigma surgido no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento, designado por “Estado moldado pelas redes de Comunicações”, no qual as informações e ideias fluem livremente entre cidadãos, sociedade civil e organizações, esbatendo-se as linhas de fronteira entre os diversos protagonistas (Mota, 2005: 70). A comunicação electrónica e a utilização das TIC tem como objectivo favorecer uma oportunidade de incremento à participação pública no âmbito das políticas seguidas e a

implementar, bem como à comunicação horizontal entre os cidadãos, mediante o envolvimento dos governos regionais e locais.

De acordo com Gouveia (2004: 20), a frequente tradução de *e-government* por governo electrónico não corresponde totalmente à verdade. Para este autor, “o conceito de *e-government* engloba o recurso a novas formas de fazer o que o poder central e a Administração Pública produzem, mas adoptando práticas de base digital que permitem ganhos substanciais em termos de eficiência”, mas o que se pretende englobar com o este conceito é mais do que o governo, entendido como o poder central, mormente o poder político, “incluindo os serviços, regulação e demais órgãos da Administração Pública”. O *e-Government* corresponde, segundo o autor (2004: 23) à “utilização das tecnologias de informação e comunicação na Administração Pública, incluindo o impacto das transformações na organização e prestação de serviços ao cidadão e a quem com ele se relacione, de maior qualidade, que potencie a operacionalização de políticas públicas de um modo mais eficaz, eficiente a menor custo”. Dá-nos, ainda, o autor, no seu trabalho *Local e-Government – A Governação Digital na Autarquia*, uma outra definição, que denomina de “definição estendida de *e-government*”, “utilização de tecnologias da informação para suporte de operações do Governo e Administração Pública, envolvendo cidadão e promovendo serviços de base electrónica que relacionem o poder político e a Administração Pública com o cidadão e com as empresas “ (Gouveia, 2004: 23).

De acordo com a definição contida na Resolução do Conselho de Ministros número 18/2003, publicada em 12/08/2003, que aprova o Plano de Acção para o Governo Electrónico, trata-se de “um processo suportado no desenvolvimento das tecnologias de informação, que coloca o cidadão e as organizações no centro das atenções, melhora a qualidade e a comodidade dos serviços e reforça os meios de participação activa no exercício da cidadania. Simultaneamente, aumenta a eficiência, reduz custos e contribui para a modernização do Estado”. Neste diploma legal, é referido que o objectivo geral da implementação do *e-Government*, mediante as acções e projectos definidas, é “colocar o sector público entre os melhores prestadores de serviços” a nível nacional, devendo, para tal, as entidades públicas focarem a sua actuação no essencial, ou seja nos cidadãos e nas organizações, enquanto clientes dos serviços públicos. Estes, deverão, então, ter qualidade e ser centrados no cidadão.

Para alcançar aquele objectivo, são definidos objectivos específicos para o Plano de Acção, nomeadamente, o aumento da conveniência e satisfação dos cidadãos, a promoção da eficiência com menores custos, o aumento da transparência do aparelho do Estado e a promoção da participação democrática por parte dos cidadãos.

No âmbito do *e-Government*, o uso das TIC, combinado com mudanças organizacionais e novas competências, tem como fim a melhoria da prestação de serviços públicos, bem como do próprio exercício da democracia.

Facilita o desempenho da AP, proporcionando um sector público mais aberto e transparente, garantindo uma maior participação do cidadão, permite que o sector público se centre precisamente no cidadão, oferecendo serviços personalizados e incluindo todos os indivíduos, aumenta a produtividade, possibilitando um máximo retorno das receitas dos contribuintes.

Considera também o autor que o uso do digital proporciona novas vantagens, no sentido de que oferece a oportunidade para inovar e introduzir práticas diferentes cujos resultados estão para lá do previsível (Gouveia, 2004: 21). Portanto, serão os desafios da inovação, aqueles com que se depara o *e-Government*. É, também uma oportunidade para redefinir as relações do Governo e da Administração Pública com os restantes actores da sociedade, quer ao nível das relações de poder quer de responsabilidade.

De acordo com Graaflan-Essers & Ettedgui, referidos por Teixeira (2005: 44), Governo Electrónico designa qualquer transacção que envolva o governo e seja levada a cabo, mesmo que parcialmente, com o uso de meios electrónicos, tirando partido das TIC emergentes. O mesmo autor refere-se a Stephen Holden e à sua concepção de que o *e-Government* possui o potencial necessário para quebrar as barreiras disciplinares, organizacionais e geográficas e ser um catalizador da transformação organizacional e da reengenharia de processos de negócio. Tal poderá corresponder à realidade se o governo, entendido de forma global, for capaz de implementar um governo electrónico desburocratizado e inclusivo, em que todos os cidadãos poderão e possuirão as competências para aceder às plataformas electrónicas governamentais, as quais deverão permitir que todos os seus serviços possam ser fornecidos electronicamente, de uma forma acessível e com qualidade.

Vidigal (2005: 527), traduz *e-Government* por Administração Pública Electrónica, definindo este conceito como a “utilização de tecnologias da informação e comunicação para melhorar a informação e os serviços oferecidos aos cidadãos, aumentado a eficiência e a eficácia da gestão pública e incrementando substantivamente a transparência do sector público e a transparência do cidadão nas suas relações com o Estado”.

De acordo com o autor, o esforço de implementação da SIC não cabe apenas ao Estado, entendendo que esta deverá ser uma tarefa partilhada com os demais actores sociais, devendo, então, ser incentivada a prestação de serviços públicos por parte de entidades privadas, “desde que a sua intervenção não impeça ou desencoraje a simplificação dos processos administrativos e a melhoria do aparelho do Estado para melhor servir os cidadãos e agentes económicos” (Vidigal, 2005: 528). Denota-se aqui a preocupação manifestada pelo autor quanto ao risco de se criar uma “burocracia electrónica”. Esta é o resultado da complexidade progressiva das organizações, e não apenas da utilização dos papéis, estigma da burocracia como entendida até agora, sendo o significado geral de desburocratização a diminuição ou mesmo eliminação do uso dos papéis. No entanto, a burocracia tradicional deve ser reequacionada no novo contexto tecnológico, dado que, se cada serviço ou departamento do Estado entender caminhar sozinho nesta nova era passará a ser exigido ao cidadão que forneça informações em duplicado, ou seja, que forneça os mesmos dados em serviços diferentes, sendo desejável que o faça apenas num dos serviços públicos a que acede, o qual deverá partilhar essa informação, através da partilha de sistemas, e do encadeamento dos processos interdepartamentais, reutilizando informação de modo a que o cidadão beneficie das vantagens e oportunidades da SIC (Vidigal, 2005).

Estão, actualmente, a ser desenvolvidas algumas iniciativas no sentido de promover a interoperabilidade entre os diversos serviços da Administração Pública. Recentemente foi criado um portal¹³ na DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, através do qual serão introduzidos os processos de licenciamento dos particulares, que transitarão entre as Câmaras Municipais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e através do qual os próprios particulares poderão consultar o estado dos seus processos¹⁴. O

¹³ Disponível em <https://servicos.portalautarquico.pt/enterprise/>

¹⁴ A nível do funcionamento da Administração Pública, um processo define-se como o “conjunto de documentos em que se traduzem os actos e formalidades que integram o procedimento administrativo” (n.º 2 do art.º 1.º do CPA - Código do Procedimento Administrativo). O procedimento administrativo é definido como “a sucessão ordenada de actos e formalidades tendentes à formação e manifestação da vontade da Administração Pública ou à sua execução” (n.º 1 do art.º 1.º do CPA)

objectivo da existência deste portal será promover a desmaterialização e reengenharia dos processos administrativos de modo a poder compartilhar a informação com todos os organismos envolvidos no procedimento ligado ao urbanismo, bem como com todos os organismos que detenham interesse no conhecimento dessa informação, nomeadamente, as Conservatórias do Registo Predial e os Serviços de Finanças.

Vidigal (2005) enfatiza o papel da Administração Pública na implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento mediante a implementação de medidas de política que criem condições de universalidade e democraticidade, de modo a garantir o acesso fácil de todos, envolvendo activamente no processo os funcionários públicos, que deverão ter competências para “servir como mediadores entre os serviços electrónicos e os cidadãos mais excluídos das oportunidades do mundo digital”.

A Administração Pública Electrónica é então entendida por Vidigal (2005:527), como “um esforço colectivo caracterizado por determinadas características:

- ✓ Uma forte ênfase no fornecimento de informação de cidadania e na prestação de serviços úteis a toda a Sociedade;
- ✓ Uma profunda transformação da organização e funcionamento da administração pública;
- ✓ Diferentes soluções e formas de implementação;
- ✓ Uso intensivo das TIC, mas não só;
- ✓ Convergência, integração, sofisticação e maturidade dos processos centrados no cidadão;
- ✓ Passou a ser um fenómeno à escala global de implicações políticas, cívicas e económicas.”

Face a todas estas definições, no presente trabalho opta-se pela utilização da denominação de *e-Government*, pela sua maior abrangência, que pretende definir a utilização das TIC como suporte às diversas actividades desenvolvidas pelos determinados organismos da administração pública, quer internamente quer no seu relacionamento com os cidadãos e as organizações, considerando os organismos nacionais e locais, no sentido de melhorar a partilha de informações e a qualidade do serviço, numa perspectiva de aumento da eficiência e eficácia da gestão pública.

3.1. Tipos de e-Government

De acordo com o relatório das Nações Unidas sobre a adopção mundial do e-Government, conforme refere Gouveia (2004: 22), é proposta a existência de três tipos distintos de interacção de base electrónica, adicionando-lhe um quarto tipo, proposto por paralelismo ao conceito de *e-business*.

Tabela 18 – Tipos de e-Government

Tipo de interacção	Descrição
Governo-a-Governo (G2G):	Inclui a partilha de dados e a troca de informação electrónica entre actores do sector público, incluindo as diferentes instituições do sector público, Governo, Administração Pública Central e Administração Pública Local.
Governo-a-Negócio (G2B):	Inclui as transacções comerciais, as compras do Estado e as aquisições de serviços por via electrónica, bem como as interacções resultantes das obrigações legais a que estão sujeitas as organizações.
Governo-a-Cidadão (G2C)	Inclui as iniciativas desenvolvidas para facilitar a interacção dos indivíduos com os actores do sector público, enquanto consumidores de serviços públicos e na qualidade de cidadãos. Aqui incluem-se a participação do cidadão quer por consulta, quer no processo de tomada de decisão.
Governo-a-Empregado (G2E)	Tipo de interacção orientada para a comunicação interna com os recursos humanos, inclui as relações entre os funcionários públicos associados à Administração Pública e o suporte aos responsáveis de cargos políticos.

Fonte: Gouveia, Luis Borges. (2004). *Local e-government – a governação digital na autarquia*.

Estas interacções devem ser entendidas como estabelecendo-se em ambos os sentidos.

A estes é adicionada uma outra perspectiva de distinção de e-government por áreas de intervenção, destacando Gouveia (2004:22), três grupos:

1. *e-administração* - área de intervenção ao nível da melhoria dos processos associados ao funcionamento do poder político e da Administração Pública.
2. *e-cidadão e e-serviços* – área de intervenção ao nível da interligação entre cidadãos e organizações, por oferta de valor e serviços.
3. *e-sociedade* – área de intervenção ao nível do desenvolvimento e construção de interacções externas ao poder político e Administração Pública, normalmente associados a questões de participação pública e cidadania.

Esta última área é designada pelas Nações Unidas como *e-participação*, correspondendo a uma área de intervenção ao nível do processo da tomada de decisão, participado por parte dos cidadãos, inclusivo e consciente.

Os níveis de participação digital da sociedade podem ser incrementados recorrendo à utilização das TIC, através do aumento da informação útil a que os cidadãos têm acesso para o processo de consulta e para a tomada de decisão, da melhoria da capacidade individual de consulta de acesso à informação e mediante o suporte da tomada de decisão, por facilitar a participação dos cidadãos nas interações G2C (estabelecidas em ambos os sentidos).

De acordo com Gouveia (2004:23), a *e-participação* subdivide-se em três tipos distintos:

1. *e-informação*: refere-se à oferta de informação de base electrónica sobre políticas, programas, orçamentos, leis, regulamentos e outros assuntos de interesse público.
2. *e-acesso*: diz respeito ao conjunto de mecanismos e ferramentas para acesso à informação, que inclui a participação em discussões e a submissão voluntária de propostas, petições e defesa de pontos de vista.
3. *e-decisão*: aplica-se à aceitação por parte do poder político da opinião de participação dos cidadãos para a tomada de decisão e a obtenção da reacção pública a determinadas acções e assuntos.

Tendo em conta a importância da participação dos cidadãos e organizações em toda a actividade da função pública, face aos interesses públicos gerais e locais que devem ser prosseguidos no âmbito da actuação de todos os actores do sector público, todas as questões associadas com a *e-participação* destacam-se como uma das áreas de maior impacto no âmbito do *e-Government*, nomeadamente pelo potencial de participação pública e reinvenção da recolha de opinião e vontade popular, quer em tempo, quer em especificidade de tema. A participação dos cidadãos, para que seja válida e útil, implica que estes compreendam a informação que lhes é fornecida, bem como qual o tipo de informação ou participação que lhe é solicitada.

3.2. Implementação do e-Government e fases de maturidade

Na implementação do e-Government, podem ser identificadas quatro fases de maturidade, segundo o documento elaborado por analistas da Gartner Group¹⁵, conforme refere Vidigal (2005: 537):

- ✓ Fase 1 - Presença: fase caracterizada pela urgência que todos os órgãos da administração pública têm para ter uma página na Internet. O objectivo inicial é publicar informação, tal como a missão do organismo, endereços, horários e, possivelmente, alguns documentos oficiais de relevância para o público;
- ✓ Fase 2 - Interacção: Nesta fase já existem sítios da Web que disponibilizam capacidades de procura básica, formulários para *download* e ligações a outros sítios relevantes, bem como *e-mail* dos organismos e, nalguns casos, dos funcionários públicos. Nesta fase é fornecida informação crítica para o cidadão, assim como formulários, o que permite evitar a deslocação ao serviço;
- ✓ Fase 3 - Transacção: Nesta fase já é permitido algumas componentes para administrar e resolver tarefas completas *on-line*. O enfoque nesta fase encontra-se na construção de aplicações de auto-serviço que o público poderá aceder *on-line*, permitindo também usar a Web como um complemento para outros canais de entrega. Os serviços típicos que são migrados para esta fase de desenvolvimento incluem recolha de declarações e pagamento de impostos, renovação da carta de condução e pagamento de multas e licenças. Muitos governos disponibilizaram já anúncios e regulamentos *on-line* para concursos, como uma forma precursora de *e-Procurement*. Esta é a fase em que já se encontram alguns dos países mais evoluídos na Administração Pública Electrónica e é o fim mais imediato para a maioria dos países. Não só realça os benefícios da disponibilidade de serviços 24 horas por dia, 7 dias por semana, mas também cria oportunidades para desenvolver serviços partilhados de forma interdepartamental;
- ✓ Fase 4 - Transformação: Esta fase corresponde ao objectivo a longo prazo de quase todas as iniciativas de Administração Pública Electrónica, a nível nacional e local. É caracterizada através da redefinição dos processos de fornecimento de serviços

¹⁵ Trata-se de uma empresa de consultoria, fundada em 1979, sediada em Stamford, Connecticut, E.U.A., com 3.800 sócios, na qual trabalham 1.200 analistas de pesquisa e consultores, fornecendo serviços em 75 países

públicos, provendo um único ponto de contacto, tornando a organização da administração pública muito mais transparente para os cidadãos. Esta fase baseia-se em ferramentas robustas de relacionamento com o cidadão, bem como em métodos de fornecimento dos serviços, que melhoram significativamente as relações dos cidadãos e das organizações com a administração pública, ao mesmo tempo que proporcionam a participação mais directa dos cidadãos nas actividades do governo (por exemplo, através de referendos e votações electrónicas).

3.3. O e-Government Local

Tendo em atenção a maior proximidade territorial do poder decisório ao cidadão, em que este assume o papel de munícipe/ freguês, surge o conceito de *local e-government*, ou Governo Electrónico Local. Este conceito aplicar-se-á às estruturas locais de descentralização do governo: as autarquias locais (municípios e freguesias). Inspirado no conceito de *e-government*, sendo uma consequência natural deste, herda as suas características, mas consideradas no âmbito local, mais associado ao território e de maior proximidade das comunidades. O elemento diferenciador deste conceito face ao de *e-government* é, portanto, a proximidade territorial ao indivíduo, tendo em atenção que as comunidades têm extrema importância no desenvolvimento da SIC. É um conceito que passa pelos mesmos princípios que os enunciados para o *e-government*, tanto mais que o poder local, também é estado, embora que local. No entanto, as diferenças entre poder local e poder central terão de se reflectir no tipo e operacionalidade dos serviços prestados.

Tal como o conceito de *e-Government*, o conceito de *local e-government* não é um fim em si mesmo, referindo-se antes à utilização das TIC no sentido de proporcionar aos cidadãos e às organizações de um dado território serviços e condições para o fomento da democracia e da qualidade de vida, recorrendo à troca de informações de base electrónica.

De acordo com Gouveia (2004: 26), em diversos países, as iniciativas de *local e-government* são vistas como oportunidades de mudança e dinamização para a democracia local e para a transformação dos serviços prestados pela Administração Pública Local. As iniciativas tomadas a nível local, devem ser consideradas como um complemento das medidas tomadas a nível central, sendo que o *e-government* e o *local e-government* podem e devem, desejavelmente, estar associados, fazendo parte de uma mesma tendência em que o objectivo comum é o de prestar serviços de qualidade ao cidadão, de modo a conseguir-

se facilitar a sua relação com o poder decisório, no âmbito da participação pública, e da Administração Pública, enquanto cidadão que exerce direitos e deveres, incluindo os deveres contributivos. As iniciativas de *local e-government* são o complemento local, assegurando a participação da comunidade e a consencialização da mesma para as potencialidades da comunicação electrónica com a Administração Pública. Os cidadãos, e as organizações, poderão aceder a serviços que lhes permitem, não só proceder ao pagamento de impostos, mas também aceder a todos os serviços que necessitem no âmbito da sua actividade, permitindo-lhes, pelo menos, poupança de tempo no contacto com as entidades públicas. O *local e-government*, complemento do *e-government*, “facilita as actividades dos cidadãos e das organizações, na criação de riqueza, na oferta de valor e no desenvolvimento das iniciativas que promovam o território e a sociedade como um todo” (Gouveia, 2004: 26). Ambos têm o mesmo objectivo de assegurar maior proximidade ao cidadão, mas o *local e-government* propicia um enquadramento do cidadão e das organizações com o território local e a comunidade.

A responsabilidade no desenvolvimento do *local e-government* é de quem governa e gere o território da comunidade, ou seja, é da responsabilidade do poder local.

Logo, para um desenvolvimento estruturado do *local e-government* será necessário considerar a existência de *e-autarquia*, ou de autarquia digital, e da iniciativa cidades digitais (Gouveia, 2004: 24). Este é um conceito mais localizado e está intimamente ligado ao funcionamento da infraestrutura de decisão e acção do poder local.

Enquanto conceito de autarquia digital, deverá a preocupação centrar-se no funcionamento da infra-estrutura de decisão e acção do poder local e não numa lógica de integração da circulação de informação (Gouveia, 2003). A este nível, o papel do cidadão está mais associado aos equipamentos e às facilidades públicas, geridos localmente, sendo que o impacte da transparência de informação e do acesso à mesma e a potenciação da interacção do cidadão/município, mais que as ferramentas, muda fundamentalmente as atitudes para as quais o município deve estar preparado.

A Autarquia Digital presta, pois, no âmbito do poder local, a este e aos seus órgãos, facilidades associadas ao uso das TIC, as quais permitem mediar com base digital as relações entre o cidadão, ao nível da região (Gouveia, 2004: 24).

O conceito de Cidade Digital, para além da autarquia, envolve todas as outras instituições do território, associadas de modo a partilharem informação e envolvendo todos os agentes numa prática que permite a livre circulação e criação de informação de suporte à interacção (Gouveia, 2003).

As cidades digitais são, então, entendidas como “suporte e estratégia para estruturas sociais cujos membros artilham necessidades, interesses, experiências ou hábitos, e recorrem ao digital para suportar a interacção” (Gouveia, 2004: 29).

De acordo com Serrano, Gonçalves e Neto (2005: 79), “a expressão cidade digital é frequentemente utilizada para representar diversas formas de intervenção num dado território com particular ênfase em dois aspectos específicos: a interacção entre os diversos agentes e actores locais e o recurso às TIC como facilitadoras e propiciadoras dessa mesma interacção”.

O objectivo último das cidades digitais é agregar a informação dos diferentes “*stackholders*” do território, de forma a partilhar serviços e funcionalidades.

De acordo com o discurso do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior numa cerimónia relativa ao 7º aniversário do projecto «Cidades Digitais», em 1 de Julho de 2005, as cidades digitais são “iniciativas cujo objectivo é mobilizar pessoas e organizações para se articularem e comunicarem, para agirem em rede, para se abrirem para fora do espaço restrito das suas práticas tradicionais. As cidades ou as regiões digitais olham, escutam e falam para fora, reconstroem-se num espaço alargado de experiências, chamam os outros. O que as tecnologias permitem e estimulam só se realiza na motivação e nas práticas das pessoas e na mudança social concreta. (...) Uma Cidade Digital com sucesso terá conseguido que os mais velhos, os mais pobres, os que tiveram menos instrução escolar sejam chamados à motivação e ao uso efectivo dos meios de informação e comunicação apropriados. Mas esse objectivo é apenas um indicador para o resultado mais exigente de ter conseguido que esses mesmos tenham decidido voltar a estudar, que a cidade tenha sabido refazer a escola e as estruturas de formação para acolher essa vontade.”

A cidade digital têm, então, objectivos comuns ao *local e-government*, existindo uma complementaridade entre ambos. Tal como refere Gouveia (2003), os projectos de cidades digitais têm como objectivos fomentar uma maior aproximação entre a administração local,

os munícipes e os demais utilizadores dos serviços autárquicos, as instituições de desenvolvimento regional e de promoção de actividades culturais e desportivas, bem como os estabelecimentos de ensino do território, as organizações de todos os sectores de actividade, os prestadores e utilizadores de serviços de saúde, turistas e visitantes do território, em geral, todos os que possam ser utilizadores da informação, ao mesmo tempo que fomentam o uso das TIC.

Com a criação do Programa Cidades Digitais, pretendeu-se obter um grande impacto territorial, de forma a contribuir para a modernização das regiões e do governo local, da actividade económica e de todos os parceiros envolvidos.

3.4. Potencialidades e estrangulamentos do e-Government

O e-Government apresenta vantagens para o desempenho da Função Pública, potenciando apoio na manutenção e reforço na governação efectiva da SIC, proporcionando um sector público mais aberto e transparente, mais produtivo e mais inclusivo (Gouveia, 2004).

Por outro lado, um dos problemas com que a Administração Pública se depara na implementação do governo electrónico é a burocracia. De acordo com Vidigal (2005:533), a burocracia é o resultado da complexidade progressiva das organizações caracterizada pela departamentalização e pela divisão funcional, em que cada organismo, trabalhando cada um para si, tem apenas em conta os serviços que presta isoladamente. A burocracia não está apenas ligada ao uso do papel, já que na era digital também se pode verificar a sua existência, através da criação de redundâncias e da exigência de trabalho em duplicado, em que os serviços concorrem uns com os outros e se exige aos cidadãos na mesma informação várias vezes, já que os vários serviços não a partilham. No entanto, numa visão de Administração Pública Electrónica, “os departamentos têm que trabalhar uns para os outros, numa perspectiva horizontal e sabendo apagar o seu protagonismo em favor dos actores principais que entram em cada cena” (Vidigal, 2005:532).

Os organismos públicos não podem pensar que apenas a aquisição de TIC's e a implementação de informação digital disponibilizada *online* é o caminho para a implementação da visão de e-government. Essa informação não pode ser compartimentada por serviço ou organismo público, acessível apenas para os cidadãos que possuam determinadas ferramentas, mas antes ser uma informação disponível para todos, incluindo

restantes serviços públicos, mediante a utilização de ferramentas que permitam que qualquer pessoa possa aceder à mesma.

É, portanto, de extrema importância a interoperabilidade e integração entre os inúmeros Sistemas de Informação presentes nos diversos serviços da Administração Pública. Será importante que os responsáveis estejam consciencializados para a necessidade dessa interoperabilidade, e para a eliminação das “ilhas isoladas de informação”, até agora existentes.

De acordo com Cunha (2005: 25), a integração dos sistemas de informação deverá respeitar a autonomia legítima de cada organismo, devendo interferir o menos possível nas soluções operacionais locais. Segundo o autor, a solução passa por garantir a integração de sistemas federados, que poderão ser, eles próprios federações de outros sistemas. Como exemplo aponta algumas situações já existentes, e outras soluções que poderiam vir a ser utilizadas na mesma lógica. Assim, o caso de um sistema apontado como exemplo para a existência da interoperabilidade é o de funcionamento das redes Multibanco, em que existe um sistema integrador que utiliza uma mesma função, a qual, embora os bancos possuam sistemas internos muitos diferentes entre si, é concretizada com soluções várias pelas diferentes instituições bancárias.

Tem sido preocupação da Administração Pública, tanto ao nível central como local, melhorar a qualidade, a eficiência e a acessibilidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e às organizações, mediante a adopção de novas TIC.

Mas, apesar de na Administração Pública serem utilizados sistemas de informação como suporte das actividades e processos produtivos já há algum tempo, a conectividade, interoperabilidade e a partilha de dados era dispendiosa para a maioria das organizações.

Conforme refere Delgado (2005: 89), actualmente verifica-se que cada entidade pública gere as comunicações de forma separada com base em critérios estratégicos, táticos e operacionais próprios, suportados em equipas técnicas com competências e capacidades de intervenção também diferentes.

A interoperabilidade deve ser tratada a diversos níveis (Pina, 2005), apresentados na tabela 19.

Tabela 19 – Níveis de interoperabilidade

Tipo de interoperabilidade	Descrição
Interoperabilidade organizacional	No contexto do Governo Electrónico, este nível refere-se à coordenação e alinhamento entre os processos de negócio e a arquitectura da informação que envolve toda a organização. A este nível, os benefícios só serão verificados se todas as partes envolvidas na troca de informação puderem utilizá-la nos seus próprios processos, procedimentos e estruturas organizacionais, numa perspectiva de prestação de serviços de forma agregada para o cliente final (cidadão). O objectivo final será, então, acrescentar valor ao serviço público prestado, ao mesmo tempo que permite reduzir o custo, eliminar a redundância, aumentar a produtividade e aumentar a qualidade do serviço prestado ao seu destinatário final.
Interoperabilidade semântica	Este nível refere-se à percepção e utilização da informação que é trocada pela pessoa ou aplicação receptora. Para tal, é preciso estabelecer medidas que permitam normalizar os significados, os formatos e os contextos em que os dados são criados e trocados.
Interoperabilidade técnica	Consiste na capacidade de interligar os sistemas informáticos com o objectivo de trocar informação ou utilizar uma funcionalidade. A sua ausência faz com que muitos serviços públicos online se tornem impossíveis, tal como acontece, por exemplo, na alteração de morada. Sem a interoperabilidade técnica, o cidadão terá de se deslocar aos vários serviços para que cada um, no seu sistema informático, promova a alteração pretendida. A este nível de interoperabilidade, através da definição de normas comuns, o cidadão solicitaria apenas num local aquela alteração, que seria integrada em todos os serviços e processo ao nível dos organismos da Administração Pública que se encontram interligados.

Fonte: Pina, António João Pires. (2005). Interoperabilidade de Plataformas para a Administração Pública Electrónica.

O actual modelo de organização e funcionamento da Administração Pública caracteriza-se por ser centralizador, estruturado em sectores, funcionando de forma compartimentada em que não existe articulação entre os mesmos, em que coexistem várias gerações de tecnologias e arquitecturas de sistemas. Existem custos e ineficiências graves geradas pela existência de redundância de funções, processos e actividades, estruturas, equipamentos, pessoas e informação (Pina, 2005: 53).

Para a resolução da situação, será necessário o acordo sobre e criação de normas e especificações de interoperabilidade comuns aos diversos serviços dos diferentes organismos, que permitam promover a integração nas três vertentes de operacionalidade referidas.

Os vários serviços dos vários sectores da Administração Pública necessitam de saber fazer e manter actualizadas e alinhadas as arquitecturas de sistemas e tecnologias de informação,

necessitando cada vez mais de adquirir competências para conceber e mapear bem os sistemas de informação assim como os respectivos processos, bem como promover a existência de repositórios únicos e fiáveis de informação, bem como a sua correspondente e adequada administração de dados a nível nacional e sectorial.

Numa visão futurista do *e-government*, Vidigal (2005: 528) refere que os funcionários públicos deixarão de usar canetas no desempenho das suas funções, por implementação da assinatura electrónica. O ambiente de trabalho dos recursos humanos da administração pública será maioritariamente o seu Portal, ambiente electrónico, onde desenvolvem tarefas administrativas virtuais em processos virtuais, integrados numa dinâmica de funcionamento em linha, no qual os órgãos e demais serviços da Administração Pública, central e local, partilham informações. Desta forma, permitirá ao cidadão que se dirija a qualquer um dos portais ter acesso à informação pretendida, sendo sempre que necessário automaticamente encaminhado ao organismo que deverá satisfazer as necessidades específicas por aquele manifestadas.

Através do *e-government* é expectável que se criem infra-estruturas partilhadas capazes de transformar cada local de atendimento num centro único de formalidades multifuncional, totalmente baseado me TIC's, que pode ser ou não mediado por funcionários (Vidigal, 2005: 544). Como referido anteriormente, verifica-se a implementação de medidas no sentido de promover a interoperabilidade nos organismos da Administração Pública, nomeadamente, no sector do urbanismo, com a criação, pela Direcção-Geral das Autarquias Locais, do portal do urbanismo

Os funcionários a exercer funções de atendimento terão de possuir novas competências bem como novas atitudes e conhecimentos mais abrangentes sobre todas novas manifestações de serviços disponibilizados electronicamente.

Os portais do Governo e das próprias comunidades proporcionam o acesso a valiosos recursos para todos os que pretendam manter-se ao corrente e em contacto com todos os acontecimentos, comícios e encontros dos mais diversos tipos que ocorrem na sua cidade, freguesia, concelho, distrito, região ou país. Quanto maior for o volume de informação a que cada cidadão tem ao seu dispor, maior a possibilidade e participar a nível político, promovendo uma escolha dos governantes mais consciente. (Groper *in* Pavlichev e Carson, 2004: 291).

Capítulo IV - A relação do Sector Público com a Sociedade da Informação e do Conhecimento

Tal como refere António Pina (2005, *in* Pereira *et al*, 2005:47), a maior parte dos organismos da AP possui as suas actividades e processos produtivos suportados em sistemas de informação e tecnologias desde há alguns anos, sendo que algumas dessas instituições governamentais foram, até, pioneiras nesta área.

A A.P. não é apenas Administração Central; abrange também a administração regional e local. E, embora sejam independentes e possuem atribuições e competências distintas, em algumas situações é necessário que a actuação de diversos organismos, de diferentes níveis da AP, actuem de forma concertada, para o que necessitam de trocar informação entre si.

No entanto, a situação actual das comunicações é caracterizada por um nível significativo de ineficiência, explicado por Luís Delgado (2005, *in* Pereira *et al*, 2005:90) devido aos seguintes aspectos fundamentais:

- ☞ Gestão dispersa por muitas entidades, existindo, nalguns ministérios, ausência de coordenação e articulação entre entidades diferentes, no domínio das comunicações;
- ☞ Ausência generalizada de planos estratégicos, políticas e normas de comunicações;
- ☞ Inexistência, em muitos casos, de acordos globais de tarifário ao nível ministerial e desactualização das condições contratuais;
- ☞ Interligações de âmbito interministerial efectuadas de forma casuística, tendo por base as necessidades específicas de cada projecto;
- ☞ Ocorrência de redes paralelas independentes nalguns ministérios, multiplicação de acessos à Internet e obsolescência de algumas infra-estruturas;
- ☞ Fraco controlo dos perfis de utilização das infra-estruturas de comunicações;
- ☞ Escassez de informação estruturada e actualizada sobre as comunicações das entidades.

Em suma, apesar de existir um grande nível de informatização dos serviços da Administração Pública, existe um problema relacionado com a falta de interoperabilidade dos sistemas informáticos entre os diversos organismos, de forma a partilhar a informação existente em cada um. A existência de uma rede na Administração Pública permitiria promover a colaboração entre organismos, deixando de existir a necessidade de, de cada

vez que um cidadão se dirija a uma instituição da AP, lhe seja solicitada a prestação de informação que já existe numa outra instituição.

Tal como refere Maria Manuel Leitão Marques (*in* Coelho, 2007: 647), os cidadãos estão cada vez mais “educados, informados e exigentes quanto à qualidade dos serviços públicos”, pelo que a administração pública deveria orientar “a sua actividade para processos, organizados em função das expectativas e necessidades dos seus utentes, de modo a facilitar o cumprimento das respectivas obrigações”. Para tal, seria necessário a A.P. “transversalizar a sua organização, criar pontos únicos de contacto, formas de atendimento integrado”, o que não será possível alcançar “sem partilha de informação, sem gestão conjunta de projectos, sem uma cultura de trabalho em rede”¹⁶.

4.1. As Autarquias Locais e a Sociedade da Informação e do Conhecimento

O desenvolvimento do *local e-government* não se pode dissociar das atribuições e competências das Autarquias Locais. Estas regem-se por determinados parâmetros legais, sendo importante referir que, em termos de actuação pública, todos os organismos se regem pelo Direito Público. Tal significa que, ao contrário do que acontece no sector privado, em que as normas legais impõem limites à sua actuação, para os organismos públicos as regras legislativas determinam a forma de actuação dos mesmos. Ou seja, a lei determina quais as atribuições e competências de cada organismo e define, especificamente, as formas de actuação das entidades públicas. No direito privado a lei baliza a actuação privada mediante a imposição dos limites da legalidade, enquanto que no direito público a legalidade da actuação das entidades públicas é a que a lei expressamente define. Se, de alguma forma, desempenharem funções que não lhes sejam reconhecidas legalmente, incorrem no que se designa de usurpação de poder. Esta confere a ilegalidade da actuação da Autarquia, tal como acontece no caso de, no desempenho das suas funções, não forem cumpridos os requisitos definidos para o procedimento administrativo.

Como refere Gouveia (2004:27), a Administração pública Local tem a oportunidade de :

¹⁶ A partilha de informação entre organismos da AP, está presente, por exemplo, no espírito da alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, que implementa um sistema informático para entrega dos projectos de construção a apresentar nas autarquias locais, e que permitirá a interacção digital entre a Câmara Municipal e as demais entidades públicas intervenientes num processo de licenciamento de obras particulares. Este objectivo será realizado através do novo portal do urbanismo criado pela DGAL, já mencionado neste trabalho.

- ✓ Transformar serviços: através do fomento de iniciativas que melhorem a interacção do indivíduo com o poder local, tornando os serviços mais acessíveis e adaptados às necessidades da comunidade, assegurando a partilha de informação com todos os que o pretendem, que se trate do cidadão/município, quer se tratem de organizações locais ou exteriores ao território, turistas, ou mesmo outros órgãos de poder local ou central.
- ✓ Renovar a democracia local: através da criação de mecanismos que permitam e fomentam a participação dos cidadãos na tomada de decisão, permitindo que o poder local seja mais aberto à comunidade, incrementando a sua responsabilização e a sua capacidade de liderar a própria comunidade.
- ✓ Promover a capacidade económica local: ao fomentar uma relação digital com os seus municípios, terá de se equipar e oferecer melhores infra-estruturas tecnológicas, fomentando paralelamente o desenvolvimento de competências nesta área do digital. Estas infraestruturas terão de ser permanentemente mantidas e desenvolvidas, tendo em conta toda a rápida evolução que se vai operando ao nível do digital, que fomenta o investimento nesta área, quer pela fixação de prestadores deste tipo de serviços quer pela melhoria da capacidade local para a oferta de serviços. “Cria-se um ambiente de maior conhecimento e disponibilidade para a existência de um mercado de serviços relacionado com o digital, de que o próprio poder local também é cliente.”

O *local e-government* pode também ser visto como a possibilidade de modernização do *back-office*, reiventando o papel da administração pública local, face ao território que esta serve. A Administração Local tem de ter também a preocupação de possuir recursos humanos, destacados, não apenas no *front-office*, mas também no *back-office*, com capacidade e competência para dar resposta às solicitações do serviço em que se integram, para o que deverão dispor, nomeadamente, de uma conta de correio electrónico a que acessem frequentemente e dos conhecimentos necessários à sua utilização e da forma de actuar face a uma solicitação recebida por este meio. Será necessário que os recursos humanos passem a interagir digitalmente com os municípios no âmbito da actividade desenvolvida no serviço, da mesma forma que o fariam se o contacto fosse efectuado de forma tradicional (em suporte papel). Para tal, torna-se importante a instalação de novos hábitos e comportamentos nos recursos humanos, bem como a implementação de medidas de investimento em equipamentos e formação profissional, assim como a definição clara dos procedimentos a seguir pelos funcionários, perante este contacto digital.

4.2. A evolução histórica das Freguesias na Administração Pública Portuguesa

Evoluindo desde o conceito de igreja enquanto assembleia ou comunidade, diocese, no sentido originário de governo ou administração, a freguesia, ligada aos termos referidos na época medieval, com um sentido de cariz sócioinstitucional sempre ligado ao clero, desde sempre que assumiu funções locais de extrema importância no quotidiano da vivência das respectivas comunidades (Santos, 1995: 41).

A origem das actuais freguesias remonta às paróquias eclesiásticas, unidades de base da Igreja, estabelecidas em torno de pequenos núcleos populacionais a partir dos quais aquela entidade estruturava a sua acção.

Como não existiam níveis de organização da administração do Estado disseminados pelo território, às paróquias eclesiásticas foi cometida a realização de um conjunto de acções de natureza administrativa, relacionadas com o estado civil dos cidadãos: registos de nascimento, registos de óbito, assentos de casamento, administração de cemitérios, etc. (Correia, 1989: 91).

Esta actividade administrativa manteve-se no foro da Igreja até que, em 1830, são constituídas as juntas de paróquia, como instituições civis às quais se atribuíram funções de administração pública, mantendo-se a existência das paróquias eclesiásticas. Esta estrutura de base do poder local foi configurada no decreto de 26 de Novembro de 1830, que entendeu ser “necessário para o bom regimento e policia dos povos que haja em todas as paróquias alguma autoridade local que possua a inteira confiança dos vizinhos e que seja especialmente encarregada de prover e administrar os negócios e interesses particulares dos mesmos” (Santos, 1995: 42).

Mas a existência destas juntas de paróquia não foi pacífica. Não lhe foi imediatamente atribuída a natureza de autarquia local, sendo que, em 1832, Mouzinho da Silveira as suprimiu da organização da Administração Pública, dado que apenas reconheceu como unidades territoriais com funções administrativas as províncias, as comarcas e os concelhos.

Em 1835 foram novamente cometidas funções administrativas às juntas de paróquia, que mais uma vez lhe foram retiradas pelo Código Administrativo de 1842. Apenas em 1878, com o Código Administrativo de Rodrigues Sampaio, entraram as já então denominadas de

freguesias no sistema de administração autárquica portuguesa, com a natureza de autarquias locais.

Durante o Estado Novo a estabilidade legislativa referente às freguesias foi marcada, contudo, pela travagem à autonomia local das autarquias locais face ao Governo. As Câmaras Municipais eram controladas através do Ministro do Interior e dos governadores civis, sendo o Presidente da Câmara um delegado do Governo, que, por sua vez, controlava a Freguesia. Este controlo era promovido, nomeadamente, mediante a inspecção da actividade desta, quer directamente quer através do regedor, cabendo-lhe declarar a exclusão e a perda de mandato dos membros da Junta de Freguesia. Os regedores eram delegados do Presidente da Câmara Municipal, por este directamente nomeados, sendo que lhes competia zelar pelo cumprimento das posturas municipais, participar ao Presidente as irregularidades das Juntas de Freguesia e exercer outras funções que lhe fossem cometidas pelo Presidente da Câmara. Como refere Freitas do Amaral (1989: 39), ao longo do tempo as freguesias foram perdendo muitas das competências que inicialmente lhe eram atribuídas, sendo que, durante o Estado Novo, funções como de assistência social, passaram para o Ministério da Saúde, funções no campo da agricultura, passaram para o Ministério da Agricultura, num processo de centralização de poder, no qual algumas das funções das freguesias passaram para o Estado e outras para os Municípios.

No plano financeiro, enquanto que às Câmaras Municipais cabiam subsídios fornecidos pelo Estado, as Freguesias recebiam módicos subsídios municipais.

Em 1976, as freguesias são finalmente reconhecidas como autarquias locais pelo direito constitucional português, passando, então, no nosso sistema administrativo, o nível autárquico de base a ser preenchido pela freguesia, tornando-se uma das particularidades da nossa organização local no quadro europeu. Na generalidade dos países a autarquia de base é o município, salvo raras excepções, como, por exemplo, na Inglaterra, onde existem freguesias, mas apenas nas zonas rurais (Santos, 1995: 76).

Amaral (1989: 39) refere que não existem freguesias, tal como as conhecemos em Portugal, na maioria dos países democráticos ocidentais. Ao nível da CEE, apenas em certas zonas rurais da Inglaterra é possível encontrar freguesias. O que frequentemente se encontra são municípios grandes e municípios pequenos, sendo que os nossos municípios se assemelham aos municípios grandes, sendo as freguesias parecidas com os municípios pequenos.

4.3. As Freguesias: definição, estrutura e competências

De acordo com o descrito no artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa, “*as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas*”, discriminando as autarquias locais no seu art.º 236.º, nas quais se incluem as freguesias.

Como autarquias locais, as Freguesias possuem património e finanças próprios, bem como poder regulamentar próprio, sendo que devem sempre respeitar os limites impostos pela Constituição, pelas leis e pelos regulamentos emanados pelas autarquias de grau superior ou pelas autoridades com poder de tutelar (art.º 238.º e seguintes da Constituição da República Portuguesa).

De acordo o definido no art.º 14.º da Lei 159/99, de 14 de Setembro¹⁷, as freguesias dispõem de atribuições em diversos domínios, entre os quais, Educação, Cultura, Acção Social, Desenvolvimento e Protecção da Comunidade. É nestes domínios que podemos incluir a implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento, porquanto a mesma pretende promover a cultura da informação na comunidade, educando os fregueses na utilização das TIC, evitando a nova forma de exclusão social que surge nesta área, e promovendo, consequentemente, o desenvolvimento da comunidade da área de actuação da freguesia.

Para a concretização das suas atribuições, aos órgãos da freguesia são cometidas competências. Se entendermos as atribuições da freguesia como os fins da sua actuação enquanto autarquia, as competências serão os meios que estão legalmente ao seu alcance para concretizar esses mesmos fins.

Esses meios serão utilizados pelos seus órgãos, a junta de freguesia, órgão executivo colegial da freguesia e assembleia de freguesia, órgão deliberativo da mesma. São ainda atribuídos determinados meios de actuação ao Presidente da Junta de Freguesia, que, apesar de não ser reconhecido como um órgão da freguesia, tal como definido no art.º 2.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro¹⁸, poderá ser assim subentendido, na medida em que lhe são atribuídas competências próprias, nomeadamente no art.º 38.º do referido diploma legal, possibilitando ,ainda, que determinadas competência da junta de freguesia possam ser delegadas no seu presidente (art.º 35.º). Quanto à evolução das competências cometidas

¹⁷ Lei que define o quadro de transferências de atribuições e competências para as Autarquias Locais

¹⁸ Lei que define o quadro de competências e funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.

à freguesia, desde o início que se verifica que é reconhecido o papel das freguesias enquanto entidade que possui um relacionamento de proximidade com os seus fregueses, na medida em que, desde a Lei das Autarquias Locais de 1977, aprovada pela Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, compete à Junta de Freguesia, órgão executivo da Autarquia, entre outras tarefas:

1. Atestar a residência, vida e situação económica dos cidadãos da freguesia;
2. Lavrar termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa e passar atestados de comportamento moral e civil;
3. Executar operações de recenseamento eleitoral;
4. Colaborar com outras entidades públicas, quando solicitado, em matéria de estatística, fomento, saúde, acção social, cultura e bem-estar das populações.

Desde esta altura, ao órgão deliberativo da Freguesia é consagrada a competência para, eventualmente, proceder à constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho, com o objectivo de elaborarem estudos relacionados com a inventariação dos problemas sentidos pela população respectiva, competência que se mantém até aos dias de hoje.

Em 1984 esta legislação é revogada, entrando em vigor o definido pelo Decreto-Lei n.º 100/84, de 28 de Março. Neste diploma, mantêm-se as competências anteriormente cometidas aos órgãos da freguesia. No entanto, as atribuições das autarquias locais, que tanto neste diploma legal como no anterior estão definidas para as autarquias locais, sem distinção entre atribuições da Freguesia e atribuições do Município (subentendendo-se que são atribuições comuns a ambas), estão agora mais alargadas e definidas.

Com efeito, neste novo diploma legal, para além das atribuições anteriormente definidas, são imputadas às autarquias locais atribuições ao nível da saúde, educação e ensino, defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional.

As competências definidas em 1977 encontram-se praticamente inalteradas nos dias de hoje, em que se encontra em vigor a Lei das Autarquias Locais aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Como inovações surgem expressamente descritas as competências delegáveis nas freguesias pelos municípios, sendo que essa competência pode ser acompanhada do destacamento de funcionários afectos às áreas correspondentes às competências delegadas. Tal delegação de competências, definida no art.º 66.º da

L.A.L., incide sobre as respectivas actividades e inclui a realização de investimentos nas áreas delegadas.

Para darem cumprimento às suas atribuições e competências, as freguesias dispõem de uma autonomia financeira, baseada na gestão pelos seus órgãos das suas finanças e património próprios. De acordo com o definido no art.º 3.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a autonomia financeira das freguesias assenta, entre outros, na sua capacidade de elaborar documentos contabilísticos, nomeadamente os previsionais, como o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, de exercer os seus poderes tributários, de arrecadar e dispor de receitas que lhe sejam legalmente destinadas, de ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas, bem como de gestão do seu próprio património.

É também definido no art.º 6.º do mencionado diploma legal, que o regime financeiro das autarquias locais deve contribuir para o bem-estar social.

No que concerne à evolução do plano financeiro, de acordo com o previsto na LFL (Lei das Finanças Locais) de 1987, para além de determinadas receitas próprias, definidas no art.º 18.º da Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro, estabelecia o art.º 20.º deste diploma legal que as freguesias tinham direito a uma participação nas receitas municipais.

Esta participação não poderia ser inferior a 10% das verbas proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as despesas correntes do município, sendo que este fundo correspondia a uma transferência do Orçamento de Estado para cada município, com base no montante de cobrança do imposto sobre o valor acrescentado.

Com a LFL de 1998, deixa de existir esta participação nas receitas do município, cabendo agora às freguesias uma participação nos impostos do Estado, e transferida directamente do Orçamento de Estado, de um montante equivalente a 2,5% da receita proveniente dos impostos I.R.S. (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), I.R.C. (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas) e I.V.A. (Imposto sobre o Valor Acrescentado), constituindo esta verba o F.F.F. (Fundo de Financiamento da Freguesia), conforme consta no n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

As receitas a que, legalmente, e na actualidade, as freguesias têm direito, estão definidas no art.º 17.º da LFL, sendo o produto das mesmas composto por:

- a) 50% do produto da receita do I.M.I. (Imposto Municipal sobre Imóveis) que incida sobre prédios rústicos;
- b) o produto de cobrança de taxas, nos termos do definido no respectivo regime legal;
- c) rendimento de mercados e cemitérios;
- d) produto de multas e coimas que caibam, legalmente, à freguesia;
- e) rendimento de bens próprios, quer móveis, quer imóveis, bem como o produto da respectiva alienação;
- f) o produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor da freguesia;
- g) o produto de empréstimos de curto prazo.

As freguesias mantêm, ainda, direito a uma participação nos impostos do Estado, equivalente a 2,5% da média aritmética simples da receita do I.R.S., I.R.C. e do I.V.A., a que corresponde o F.F.F., tal como definido no art.º 30º da actual L.F.L.

Nesta nova L.F.L., existe algo que se pode designar de “discriminação positiva” na repartição das verbas correspondentes ao F.F.F., que beneficia as freguesias inseridas em zonas rurais, porquanto nos critérios de distribuição do fundo, é inserido o critério de tipologia, a que corresponde 50% do total da verba a transferir, sendo que daqui resulta que 25% do total do fundo deve ser distribuído igualmente por todas as freguesias integradas em áreas predominantemente rurais.

Esta discriminação positiva vem ao encontro das conclusões retiradas da observação directa da realidade vivida pelas freguesias, realizada por Freitas do Amaral, e referida na sua participação na publicação da ANAFRE de 1989.

De facto, Amaral (1989:39) refere que teve oportunidade de verificar que, ao contrário do que inicialmente pensava em virtude das parcas funções cometidas às freguesias, que, na realidade, estas e os seus órgãos eleitos apresentavam uma enorme importância social. Verificou o papel fundamental exercido pelas freguesias enquanto elo de ligação entre a população e as Câmaras Municipais, mormente nas zonas rurais mais distantes das sedes do município.

Constatou que, no pós-25 de Abril, foi possibilitado a estas Autarquias de menor grau, construir sedes próprias, mediante ajuda financeira do Estado e dos próprios Municípios.

Pode comprovar que, mais uma vez nas zonas rurais, a Freguesia promovia iniciativas culturais para a sua comunidade, e que, em alguns casos, junto às suas sedes existiam postos de saúde prestando cuidados à população.

Conclui este autor que o papel e a função da Junta de Freguesia no sistema português das Autarquias Locais teve uma positiva evolução desde o 25 de Abril, pelo que, ao contrário do que inicialmente defendia, crê agora que a Freguesia deve continuar a ser Autarquia Local enquanto entidade cujos órgãos são eleitos democraticamente pela população.

Considera que o papel desta autarquia deveria ser reforçado, aproveitando as suas potencialidades enquanto entidade capaz de prestar um grande número de serviços à comunidade que serve. Esta mudança, refere o autor, deveria passar por um reforço das suas competências e recursos financeiros, que não deve depender da boa vontade dos Presidentes da Câmara que, salvo raras exceções, descaram os problemas das populações das populações das Freguesias por razões político-partidárias.

4.4. As Freguesias na Sociedade da Informação e do Conhecimento

Já em 1989 a ANAFRE vislumbrava a necessidade de uma mudança no olhar sobre as Freguesias e o seu papel na sociedade. Francisco Pinto Balsemão referia que existia uma revolução acelerada da sociedade, consequência da crescente importância das novas tecnologias, e que a sociedade estava à beira de uma nova revolução, a Revolução da Informação. E refere o autor: *“se a sociedade muda, a organização do Estado também tem que mudar.”*

Considera, Balsemão, que “a freguesia é um microcosmos político e sócio-cultural”, que terá um papel de crescente importância a desempenhar na comunidade em mudança, para o que necessita de um acréscimo do seu poder de acção e dos correspondentes meios para execução desse mesmo poder.

Para tal, será também importante que as freguesias compreendam que terão de se adaptar à mudança, à nova sociedade, lutando contra a centralização do poder, impondo-se como unidade territorial/administrativa mais próxima do cidadão, numa visão da sociedade global, compreendendo a “importância do periférico, do inorgânico, do inarticulado, como resposta ao pós-modernismo”.

Refere o Prof. Doutor Sérvulo Correia (1989: 21) que a Constituição reconhece que os órgãos autárquicos, do município e da freguesia, “constituem emanação das populações locais e não do estado, porquanto estes são representativos das populações e existem em função da prossecução dos interesses e necessidades por elas manifestados”

É este mesmo sistema constitucional que confere às autarquias uma margem mínima de decisão própria, que deverá ser garantia do cumprimento da sua missão na satisfação das necessidades manifestadas, respeitando as atribuições conferidas pela lei. Essa autonomia não exclui, porém, uma articulação quer entre as freguesias, quer entre estas e o município em cujo território se insere, numa perspectiva de cooperação no âmbito da prossecução dos interesses das populações.

Considera, ainda, o jurista que “a par da ideia de autonomia, o posicionamento da freguesia em face do município (e deste último perante aquela) tem, pois, de assentar num conceito de complementaridade” (1989: 23). A freguesia, enquanto autarquia mais próxima da comunidade, pode mais facilmente aferir as necessidades da mesma, os interesses das populações e as necessidades prioritárias de investimento local numa perspectiva de desenvolvimento global. Porém, quase nunca lhe é permitido ir ao encontro dessas necessidades, por escassez de recursos financeiros e materiais.

A L.A.L. (Lei das Autarquias Locais) de 1977, no seu art.º 27.º, compreendia a proximidade das freguesias com a comunidade, dado que conferia ao seu órgão executivo, a competência para atestar a residência e a situação económica dos membros da sua área de circunscrição, ou a de proceder ao recenseamento eleitoral, sendo que estas competências não constam das conferidas a qualquer órgão do município. Compreende, assim, o legislador, que às freguesias é atribuído um conhecimento real da vida dos seus cidadãos, na medida da sua proximidade com a comunidade.

Estas mesmas competências de âmbito mais restrito e que implicam um conhecimento mais próximo da comunidade mantêm-se definidas no novo quadro de competências instituído pela L.F.L. de 1999. Mais uma prova de que o legislador compreende essa relação de proximidade e o papel da freguesia na política global do próprio município, nomeadamente, ao conferir ao Presidente de Junta a competência para informar o município sobre a existência de edificações degradadas ou que ameacem desmoronar-se, solicitando a realização da respectiva vistoria. Tal actividade servirá para que o município

dê seguimento ao procedimento administrativo competente, que conduzirá a uma eventual demolição das edificações que coloquem em causa a segurança de pessoas e bens.

Numa ideia de subsidiariedade, a estreita articulação entre a freguesia e o município proporcionará a realização por parte deste de tarefas e investimentos que colmatem os interesses e necessidades das freguesias cuja prossecução, em termos satisfatórios, não seria possível à escala da entidade territorialmente mais próxima, por via de todas as dificuldades sentidas pelas mesmas.

Da mesma forma, numa perspectiva de descentralização, poderá o município, lançando mão da figura de delegação de competências, incumbir à freguesia a realização de tarefas, acompanhada da transferência das verbas necessárias, podendo mesmo afectar recursos humanos do quadro do município para a realização dessas tarefas na freguesia, para dar cumprimento à satisfação de necessidades sentidas pela população local¹⁹.

¹⁹ Esta descentralização do poder municipal acontece já a outros níveis em alguns municípios. Por exemplo, na Câmara Municipal da Amadora, são transferidas para as freguesias tarefas relacionadas com a higiene e limpeza, nomeadamente ao nível da manutenção das vias municipais. A Câmara, para além da delegação da sua competência, faz um estudo do número de cantoneiros que será necessário que cada freguesia contrate para a realização dos trabalhos, transferindo as verbas necessárias para que a freguesia remunere os funcionários.

Capítulo V - O caso de estudo – as freguesias da área do município da Figueira da Foz

De modo a chegar a uma conclusão sobre a visão geral dos Presidentes de Junta no que concerne à importância das Autarquias Locais que presidem na implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal, por via da integração das noções de novas tecnologias nos meios locais, bem como a respectiva adaptação ao seu uso pela população local, para um benefício geral, foi estudado o caso das Juntas de Freguesia da área do Município Figueira da Foz.

5.1. Caracterização do meio

O Concelho da Figueira da Foz, é um dos 17 concelhos que integra o Distrito de Coimbra, o qual está localizado na Região da Beira Litoral, repartindo-se por uma área de 3.974,9 km². Trata-se de um distrito de contrastes onde a vizinhança do mar e a zona montanhosa cria grandes diferenças de clima, havendo zonas de clima temperado, muito próximo do clima mediterrâneo, e zonas muito frias, no interior, onde é frequente a precipitação de neve. O território é atravessado pelo rio Mondego, o maior rio que nasce em Portugal, que em muito condiciona a vida de todo o distrito, tanto no aspecto económico quer no aspecto social.

Este distrito reveste-se de uma importância turística que resulta da sua situação geográfica, a qual lhe oferece praias (Figueira da Foz e Mira), termas (Amieira, Arrifana, Bicanho, Caldas de S. Geraldo, Caldas de S. Paulo, Caldas de Várzea Negra, e Fonte do Brulho em Verride); paisagem alpestre visitável, de grandes tradições (Serra de S. Pedro de Açor ou de Arganil, a do Calcorinho, a da Lousã, etc.).

Apesar de ser um distrito com fortes tradições agrícolas, onde a produção vinícola é merecedora de destaque, Coimbra tem-se notabilizado pela proliferação da sua indústria, sendo que o sector secundário ocupa actualmente 26,4% da sua população, afirmando-se como um sector em expansão. O sector terciário constitui a principal ocupação da população activa, sendo o turismo o grande impulsionador da economia local. Esta

A área mais elevada corresponde à Serra da Boa Viagem, com uma altitude da ordem dos 250 metros, sobre o nível do mar. A orientação geral desta Serra é Leste – Oeste e as mais altas cotas situam-se no Alto da Bandeira (253 metros), na Vela (198 metros), em Monte Redondo (215 metros), na Cumieira (184 metros), na Boa Viagem (183 metros) e em São Bento (122 metros).

Fonte: www.viajar.clix.pt

Concelho no seu todo, está profundamente marcado por este troço terminal do Rio Mondego que lhe condicionou durante séculos as actividades económicas e o povoamento. Hoje constitui um património natural de incalculável valor.

90

5.2. O Concelho e as freguesias

O Município da Figueira da Foz, com a área de 379,10 km², e com uma população de 62.601 habitantes (segundo dados de 2001), reparte-se por 18 Freguesias: Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Borda do Campo, Brenha, Buarcos, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Marinha das Ondas, Moinhos da Gândara, Paião, Quiaios, S. Julião, S. Pedro, Santana, Tavarede e Vila Verde. É limitado a norte pelo município de Cantanhede, a leste pelos municípios de Montemor-o-Velho e Soure, a sul por Pombal e a oeste tem litoral no Oceano Atlântico.

A cidade da Figueira da Foz, sede do concelho, situa-se junto à foz do Rio Mondego, no centro de Portugal (Beira Litoral) distando cerca de 180 Kms de Lisboa, 120 Kms do Porto e 40 Kms de Coimbra.

Tal como referido anteriormente, o território do concelho é atravessado pelo rio, o que, ao longo do tempo, condicionou o seu desenvolvimento, orientado sempre pela intensa actividade marítima, decorrente do porto comercial, o que ainda acontece. Actualmente vão surgindo outros factores de atracção e desenvolvimento do concelho.

O concelho da Figueira da Foz, para além da sua famosa praia e do Casino, referência única em toda a região das Beiras, possui muitos outros atractivos, desde as salinas da Morraceira, às bateiras da Gala e Lavos, dedicadas à pesca da enguia e do peixe do rio, ao património histórico valioso, que marca um povo e uma região.

E é ali que se pode admirar a colecção de azulejos de Delft na Casa do Paço, Convento e Igreja de Santo António, Palácio de Sotto Mayor, Forte de Santa Catarina, Museu Municipal Dr. Santos Rocha.

Fora do perímetro urbano, e mais precisamente na freguesia de Maiorca, o Paço de Maiorca é um espaço a descobrir, assim como as lagoas da freguesia de Bom Sucesso.

A Figueira da Foz está dotada de boas vias rodoviárias e de uma bela ponte sobre o rio Mondego, encontrando-se também servida por caminho-de-ferro que a liga às linhas do Norte, da Beira Alta e do Oeste.

O Concelho no seu todo, está profundamente marcado por este troço terminal do Rio Mondego que lhe condicionou durante séculos as actividades económicas e o povoamento.

Hoje constitui um património natural de incalculável valor, essencial à vida da cidade. (Gomes, 2002: 7).

Das 18 Freguesias que integram a área do município da Figueira da Foz: Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Borda do Campo, Brenha, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Marinha das Ondas, Moinhos da Gândara, Paião, Quiaios, constituem as freguesias rurais, sendo as restantes cinco Buarcos S. Julião, S. Pedro, Santana, Tavarede e Vila Verde, freguesias urbanas.

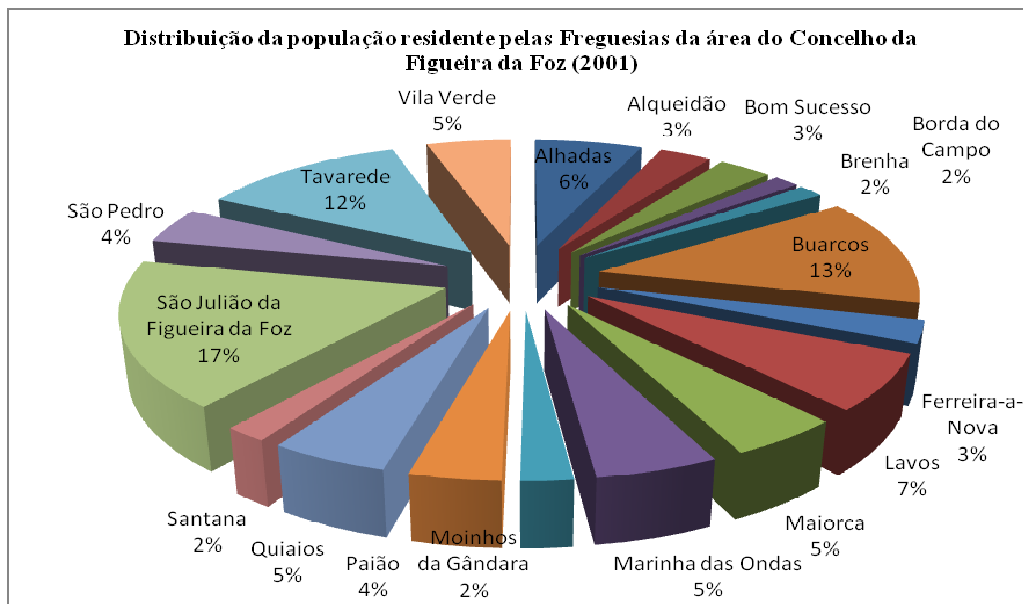
Figura 5 - Distribuição geográfica das Freguesias pelo território concelhio



Fonte: <http://antoniocruz.net/mostrar/concelho/>

Para a caracterização do concelho e de cada uma das freguesias foram utilizados os dados dos Censos de 2001. Apesar de existirem algumas estatísticas demográficas para 2006, apenas para o ano de 2001 o Instituto Nacional de Estatística (INE), dispõe dos dados estatísticos para todas as categorias abordadas.

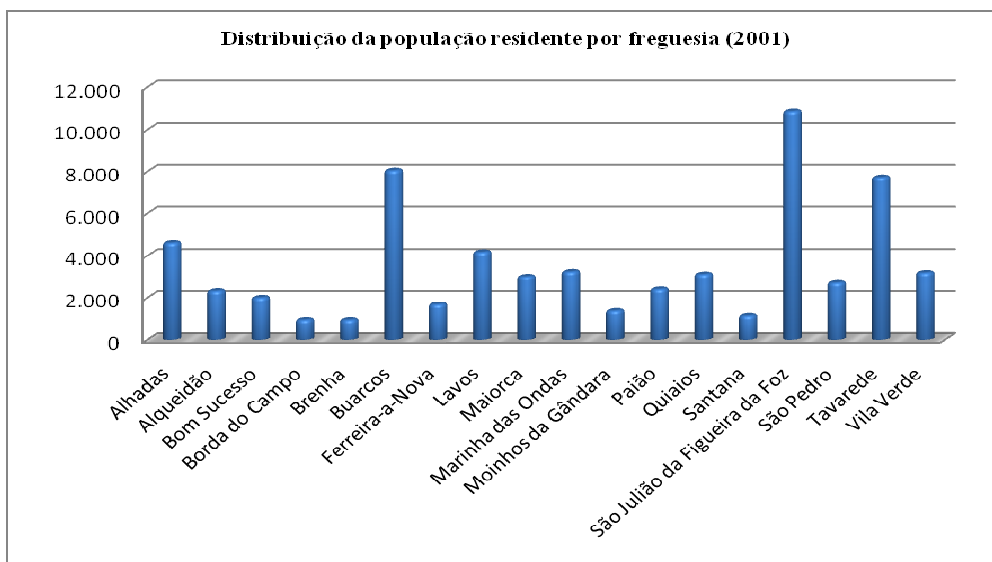
Gráfico 1 - Distribuição da população residente pelas freguesias do concelho (2001)



Fonte: INE, Censos de 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt.

Analisando a distribuição da população residente pelas freguesias da área do concelho da Figueira da Foz, verificamos que a maior fatia da população reside em três das freguesias urbanas do concelho: São Julião, com 17% do total da população residente, Buarcos com 13% e Tavarede que abrange 12%. Estas freguesias encontram-se no centro urbano, sendo São Julião a freguesia que abrange a maior percentagem da população do concelho.

Gráfico 2 – Distribuição da população residente por freguesia (2001)



Fonte: INE, Censos de 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

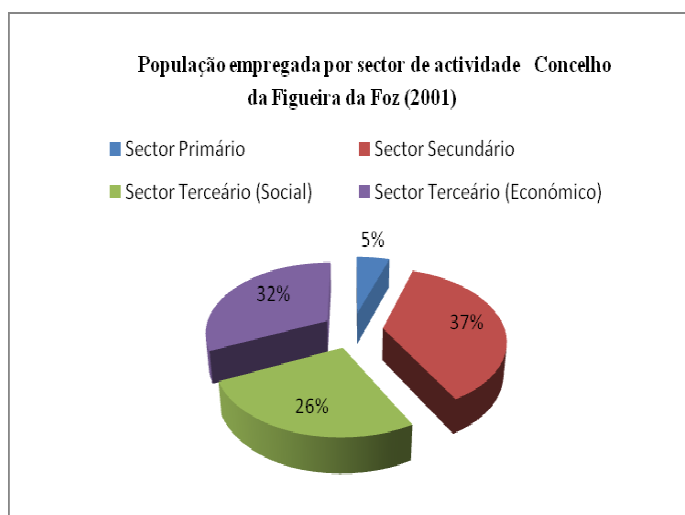
i - Os sectores de actividade:

A população activa reparte-se entre as várias actividades económicas da região, com destaque para a pesca, indústria vidreira, actividades ligadas ao turismo, construção naval, produção de celulose, indústria de sal e, como não podia deixar de ser, a agricultura.

De acordo com os dados dos censos de 2001, a população activa ascendia a 28.582 indivíduos, correspondendo a 45,65% do total da população do concelho, sendo que apenas 26.455 indivíduos se encontravam empregados, correspondendo a 42,26% do total da população residente. O diferencial entre estes valores corresponde à taxa de desemprego verificada na área do concelho neste ano, ou seja, uma taxa de desemprego de cerca de 3,4%.

De acordo com estes mesmos dados, cerca de 5% da população empregada do concelho da Figueira da Foz encontra-se empregada no Sector Primário. É o Sector Terciário (económico e social) que emprega maior número de activos do concelho, ascendendo a um total de 58%, repartidos pelo sector terciário Social (26%) e pelo Sector Terciário Económico (32%).

Gráfico3 – distribuição da população empregada por sector de actividade



Fonte: INE, Censos de 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt.

Os ramos comerciais com maior visibilidade no concelho, são o comércio a retalho de alimentação e bebidas e o comércio a retalho de têxteis, vestuário e calçado. Predomina a

pequena dimensão e a estrutura familiar, embora no primeiro caso daqueles ramos haja casos de dimensão média.

O sector da restauração e similares ocupa uma importante posição na estrutura comercial do concelho, sendo a sua estrutura, maioritariamente, de pequena dimensão. Com alguma importância relativa surgem os ramos da venda a retalho de móveis e artigos de mobiliário, a venda a retalho de produtos químicos e farmacêuticos, os cafés, e as pastelarias. No ramo do comércio por grosso, destaca-se o comércio da alimentação e bebida.

Como seria de esperar, a actividade comercial está implantada principalmente na Freguesia de São Julião (Cidade da Figueira da Foz) e nos núcleos envolventes que são os prolongamentos urbanos da cidade (Buarcos e São Pedro).

O pólo Marinha das Ondas - Paião aproxima-se um pouco da situação comercial da cidade, sendo que, nos restantes núcleos populacionais, a cobertura comercial é menor e menos especializada, desenvolvendo-se um outro tipo de actividade comercial, como é o caso das feiras que se tomam mais frequentes e mais frequentadas, na razão inversa da implantação doutros tipos de comércio.

Em termos gerais, as actividades comerciais no concelho da Figueira da Foz, são de longe aqueles que se apresentam com maior dinamismo dentro do tecido económico concelhio. (Gomes, 2002: 111).

O Concelho da Figueira da Foz integra a denominada Costa da Prata e é um Pólo de Desenvolvimento turístico tanto a nível regional como nacional, pelo menos desde o século XIX, altura em que a praia da Figueira da Foz era procurada pelas suas propriedades.

O concelho oferece a maior capacidade hoteleira da Região Centro, no entanto, apresenta uma relativamente baixa taxa de ocupação turística que é, certamente provocada pela sazonalidade do turismo no concelho. Trata-se de um turismo essencialmente balnear, apesar dos esforços que se vem fazendo através da promoção de actividades e eventos fora do período do Verão, nomeadamente em festivais e em congressos. (Gomes, 2002: 112).

A área total de explorações agrícolas no Concelho da Figueira da Foz era, à data de 1988, de aproximadamente 22.784 hectares o que representava para esse ano, uma área média de 3 hectares por cada exploração registada. A estrutura agrícola assentava “grosso modo” nas zonas seguintes:

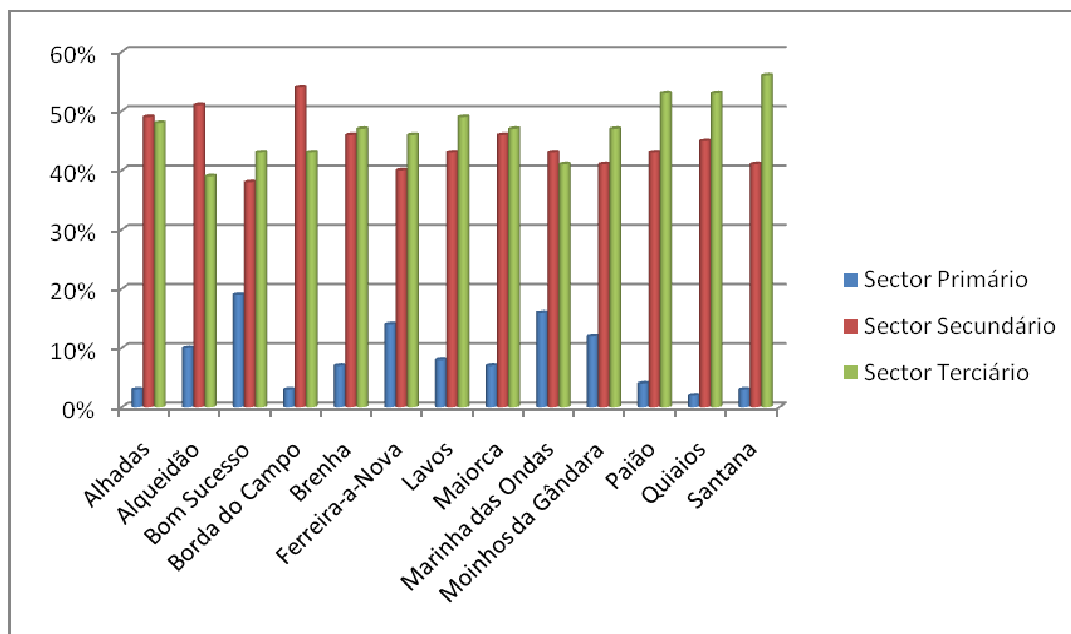
- Uma zona de campo (ou de aluviões), quase exclusivamente destinada ao cultivo do arroz.
- Uma zona da Gândara Norte, onde predominava de forma absoluta a criação de bovinos leiteiros, seguida da produção de um milho – grão e de pequenos pomares de laranjeiras.
- Uma zona de serra (ou calcárea), onde se registava o predomínio de bovinos para a produção de leite, seguido de uma produção de milho – grão e de alguma vinha.
- Uma zona de monte (ou Gândara Sul), onde predominava a cultura do milho, da vinha, das hortícolas ao ar livre, em estufas, de bovinos para carne e outros para leite, por ordem decrescente de importância.

Para além destas zonas e em espaços distribuídos por cada uma delas, existe a zona de floresta que representa o uso do solo mais importante, ocupando cerca de 25.000 hectares no Concelho da Figueira da Foz. Cerca de 9.000 hectares de floresta estão sob a exploração do Estado e os restantes 16.000 hectares são de exploração particular. Numa e noutra predomina o pinheiro bravo, seguido do eucalipto. Na zona da serra, a floresta é maioritariamente estável; na zona de campo, quase não há florestas; a zona da Gândara Norte tem bastante mais floresta privada que zona da Gândara Sul e desempenha ali a função de compartimentação entre aglomerados urbanos. (Gomes, 2002: 112)

A cultura do arroz é provavelmente aquela que melhor caracteriza o Concelho da Figueira da Foz, muito embora esteja restrita à zona de campo onde a sua cultura está particularmente bem adaptada, devido aos solos pesados, baixos e insuficientemente drenados que ali são predominantes. O seu predomínio é absoluto, uma vez que é praticamente impossível isolar qualquer área para uma eventual cultura alternativa. As parcelas submetidas à cultura do arroz são propriedade das famílias e por isso são de explorações pequenas. A, quase única, exceção são os arrozais pertencentes à Quinta do Fôja que atingem os 600 hectares, bem como os que pertencem à Quinta do Canal. Os pequenos agricultores adquiriram o hábito de cultivarem em conjunto a área correspondente a um canteiro maior, mediante um “entendimento” parecido com a exploração agrícola comunitária. As sementeiras e os tratamentos são feitos em conjunto, com recurso a trabalhadores contratados, a rega e a monda são igualmente feitos em conjunto. Só a colheita é individualizada. Como a cultura do arroz só traz ingressos financeiros uma vez em cada ano, embora quando tudo corre bem, traga ingressos substanciais, a subsistência das famílias, no resto do ano depende da produção diária de

leite. Esta complementaridade não é só financeira, mas é também em termos de mão-de-obra, já que os picos do trabalho do arroz não colidem com os das culturas forrageiras nem com o ritmo diário de trabalho associado à exploração pecuária, além de que o arroz fornece boa palha para a composição das rações dos animais. (Gomes, 2002: 113).

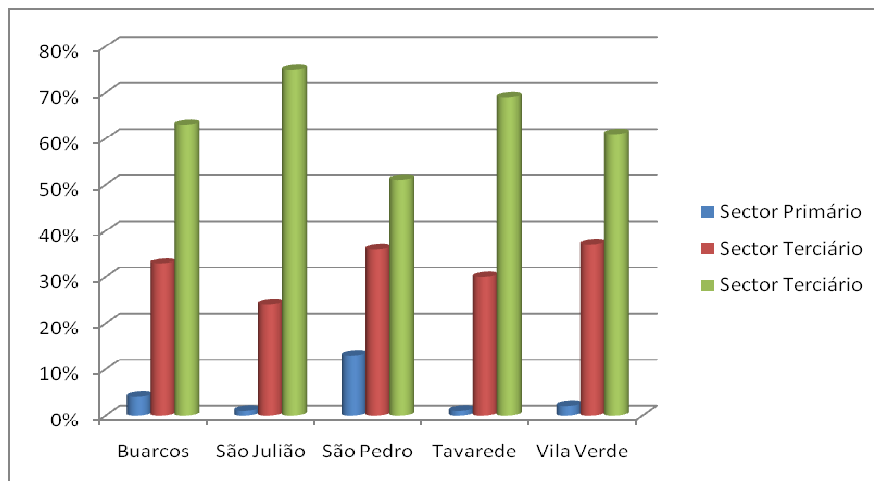
Gráfico 4 – Distribuição da população empregada das freguesias rurais por sector de actividade



Fonte: INE, Censos de 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt.

Nas freguesias rurais ainda existe uma grande percentagem de população empregada no sector primário, verificando-se que na freguesia de Bom Sucesso cerca de 19% da população desenvolve a sua actividade neste sector. Na freguesia de Marinha das Ondas a percentagem de cidadãos empregados no sector primário ascende a 16% e na freguesia de Ferreira-a-Nova a percentagem de empregados neste sector é de 14%.

Gráfico 5 – Distribuição da população empregada das freguesias urbanas por sector de actividade



Fonte: INE, Censos de 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

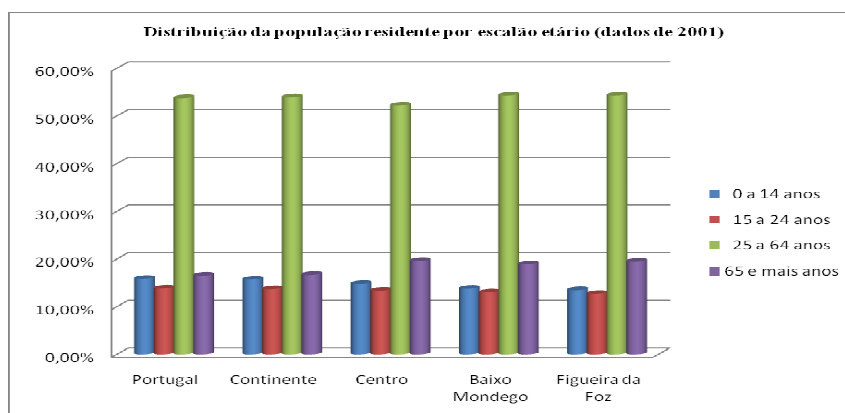
Quanto às freguesias urbanas, em todas se verifica que a maior parte da população desenvolve a sua actividade profissional no sector terciário.

ii - A estrutura etária

De acordo com os dados dos censos de 2001, a estrutura etária da área do Concelho da Figueira da Foz é envelhecida, existindo cerca de 19% de população residente com mais de 65 anos, e apenas 13,5% de jovens até aos 14 anos.

Esta tendência verifica-se, aliás em toda a região do Baixo Mondego, bem como na região centro do país.

Gráfico 6 – População residente por unidade territorial (2001)



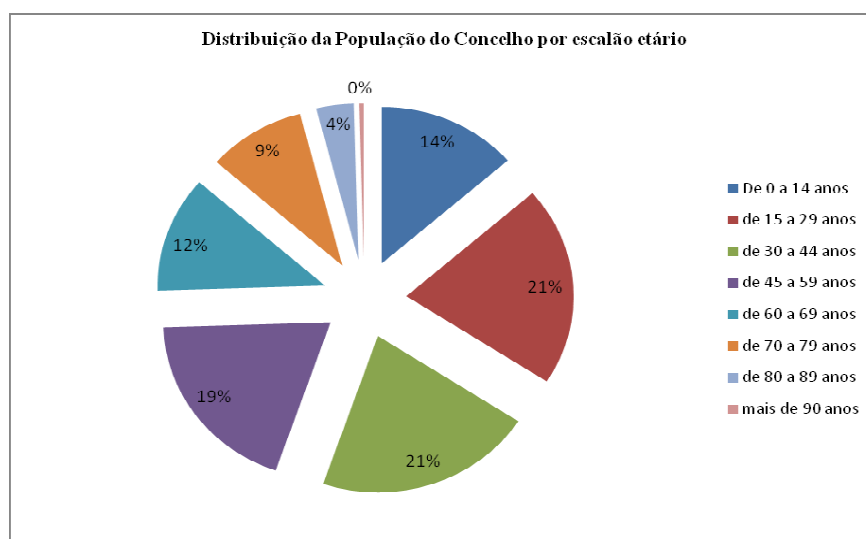
Fonte: INE, Censos, 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

Quando verificados os dados do Continente, verifica-se que a percentagem de população com mais de 65 anos está praticamente ao mesmo nível da população mais jovem.

A população está cada vez mais envelhecida e existem cada vez menos jovens, o que deverá pesar nas políticas seguidas pelas autarquias locais, que terão de ter cada vez mais um papel social no apoio à crescente população idosa.

À população do concelho, que, de acordo com os dados dos censos de 2001, compreende 62.601 habitantes, como já referido, corresponde uma densidade populacional de 165,14 hab/km², sendo que 19,51% da população da área do concelho tem mais de 65 anos, e apenas 13,57 % de população se encontra no escalão até 14 anos. A população activa, de acordo com os dados do INE (Censos de 2001), atinge uma percentagem de 40, 86%, do total da população do concelho.

Gráfico 7 – Distribuição da população residente por escalão etário (2001)



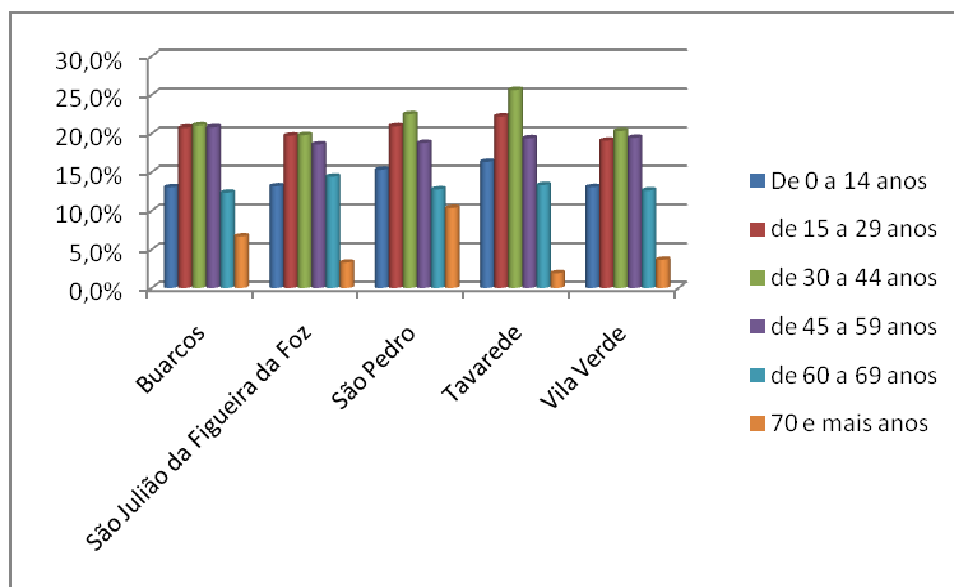
Fonte: INE, Censos, 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

Nas freguesias urbanas, a população idosa ocupa uma fatia superior à correspondente à população mais jovem, que inclui os indivíduos até aos 14 anos. Existem também, uma enorme percentagem de população que poderá ser denominada de “média idade”, no escalão de 45 a 59 anos.

Tabela 20 – Distribuição estaria da população residente nas freguesias urbanas

Freguesias Urbanas	Distribuição por escalão etário					
	De 0 a 14 anos	de 15 a 29 anos	de 30 a 44 anos	de 45 a 59 anos	de 60 a 69 anos	70 e mais anos
Buarcos	13,0%	20,7%	21,1%	20,8%	12,3%	6,7%
São Julião da Figueira da Foz	13,2%	19,7%	19,8%	18,6%	14,4%	3,3%
São Pedro	15,3%	20,9%	22,5%	18,8%	12,8%	10,4%
Tavarede	16,3%	22,2%	25,6%	19,4%	13,3%	1,9%
Vila Verde	13,1%	19,1%	20,3%	19,4%	12,6%	3,7%

Fonte: INE, Censos, 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

Gráfico 8 – Distribuição etária da população residente nas freguesias urbanas


Fonte: INE, Censos, 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

No que diz respeito à população residente nas freguesias rurais da área do concelho da Figueira da Foz, verifica-se que a população idosa, com mais de 60 anos, ultrapassa em 100% a percentagem de população mais jovem (até aos 14 anos), pelo que estas freguesias se mostram extremamente envelhecidas.

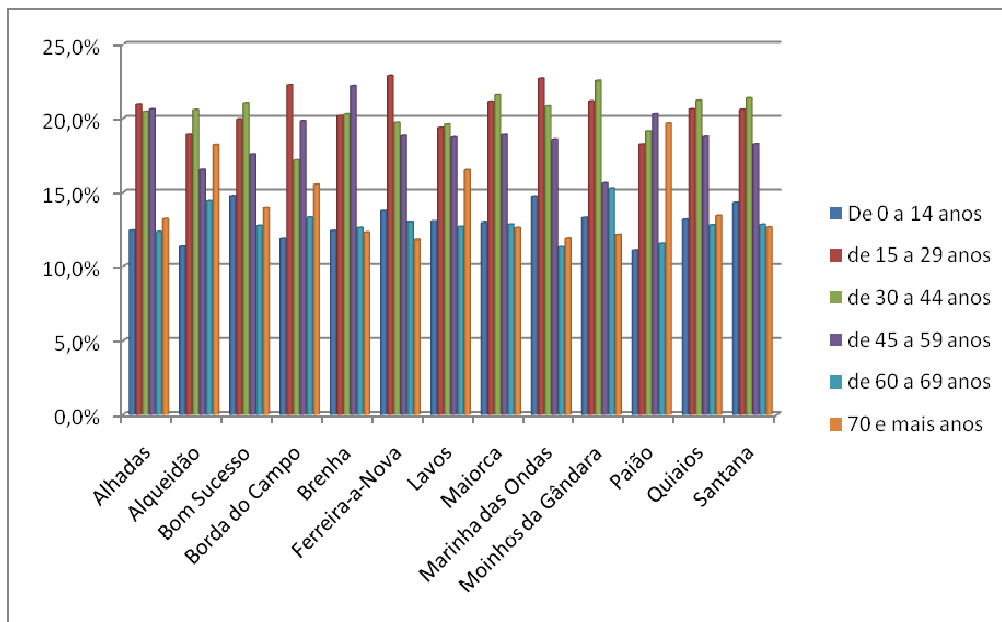
Tabela 21 – Distribuição etária da população residente nas freguesias rurais

Freguesias Rurais	População Total	Distribuição por escalão etário					
		De 0 a 14 anos	de 15 a 29 anos	de 30 a 44 anos	de 45 a 59 anos	de 60 a 69 anos	70 e mais anos
Alhadas	4.069	12,4%	20,9%	20,4%	20,6%	12,3%	13,2%
Alqueidão	1.963	11,4%	18,9%	20,6%	16,6%	14,4%	18,2%
Bom Sucesso	2.006	14,8%	19,9%	21,0%	17,5%	12,8%	14,0%
Borda do Campo	953	11,9%	22,2%	17,2%	19,8%	13,3%	15,5%
Brenha	951	12,4%	20,2%	20,3%	22,2%	12,6%	12,3%
Ferreira-a-Nova	1.678	13,8%	22,9%	19,7%	18,8%	13,0%	11,8%
Lavos	4.171	13,1%	19,4%	19,6%	18,7%	12,7%	16,5%
Maiorca	3.006	12,9%	21,1%	21,6%	18,9%	12,8%	12,6%
Marinha das Ondas	3.241	14,7%	22,7%	20,8%	18,6%	11,3%	11,9%
Moinhos da Gândara	1.376	13,3%	21,1%	22,5%	15,6%	15,3%	12,1%
Paião	2.404	11,1%	18,2%	19,1%	20,3%	11,6%	19,7%
Quiaios	3.118	13,2%	20,6%	21,2%	18,8%	12,8%	13,4%
Santana	1.146	14,3%	20,6%	21,4%	18,2%	12,8%	12,7%

Fonte: INE, Censos, 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

A fatia de população com idades compreendidas entre os 45 e os 59 anos é também considerável, pelo que se prevê que estas populações evoluam para níveis de envelhecimento cada vez maiores.

Gráfico 10 – Distribuição etária da população residente nas freguesias rurais

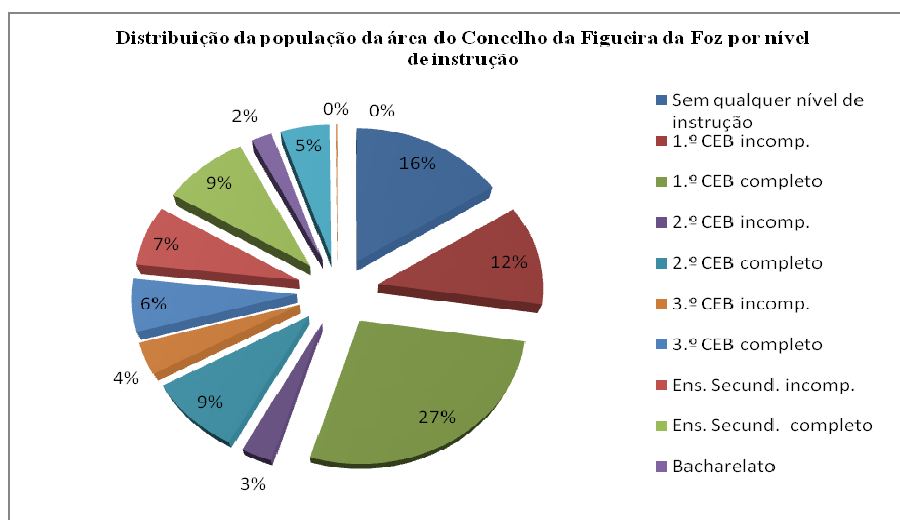


Fonte: INE, Censos, 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

iii - O nível de escolaridade

A população do concelho da Figueira da Foz apresenta uma enorme percentagem de indivíduos com baixa escolaridade, existindo cerca de 16% do total da população concelhia sem qualquer nível de instrução.

Gráfico 11 – Nível de instrução da população concelhia



Fonte: INE, Censos, 2001 [em linha] disponível em www.ine.pt

O facto da população concelhia apresentar um baixo nível de escolaridade aliado com a enorme percentagem de população com mais de 60 anos, apresenta-se como um factor de dificuldade de implementação da SIC. Face a estas características, deveria existir uma maior preocupação do sector público no sentido de consciencializar esta população para os benefícios dessa integração, bem como para direccionar algumas das políticas locais para este vector, por forma a minimizar o risco de info-exclusão.

iv - Caracterização geral de cada uma das freguesias

Na tabela seguinte apresenta-se uma breve descrição de cada uma das freguesias do concelho da Figueira da Foz, em estudo.

Tabela 22 – Caracterização geral de cada uma das freguesias da área do Concelho da Figueira da Foz

Freguesia	Descrição
Alhadas	<p>Elevada a vila a 30 de Junho de 1989, Alhadas está situada na serra homónima, distando cerca de 8 quilómetros da sede do concelho. É de povoamento muito antigo. A atestá-lo, conserva vestígios de Dólmenes do Neolítico, com especial referência para o Dólmen das Carniçosas que é Monumento Nacional. Confina com as freguesias e Brenha, Quiaios, Moinhos da Gândara, Santana, Maiorca e Vila Verde (Henriques, 2005:61).</p> <p>Trata-se de uma Freguesia eminentemente rural, na qual se desenvolvem as seguintes actividades económicas: indústria de madeiras, metalomecânica, construção civil, comércio tradicional, extracção de areias, panificação, cerâmica, pirotecnia e agricultura. Destacam-se, também, a produção e comércio de produtos como o pão e a broa de fabrico artesanal, fornecidos especialmente à cidade da Figueira. Estes são considerados o <i>ex-libris</i> de Alhadas, mantendo uma excelente qualidade devido à qualidade dos cereais produzidos na zona, à pureza das suas águas e ao seu modo de fabrico</p> <p>As relações de sociabilidade dos habitantes de Alhadas têm maior destaque no que diz respeito ao Associativismo local. São três as principais colectividades de Alhadas. A “Boa União Alhadense” é a mais antiga, possuindo quase um século e meio de actividades culturais. Foi pioneira das sessões cinematográficas na região de Gândara. Um pouco, mas muito pouco mais nova, é a Filarmónica Boa União Alhadense criada no seio da Colectividade e que hoje em dia, mantém uma grande actividade musical e artística. Por seu turno, o “Ateneu Alhadense” tem no seu historial um grande contributo para a divulgação do Teatro Popular. Acompanha-o, no âmbito das actividades recreativas e desportivas, o Clube Recreativo Instrução Alhadense (C.R.I.A.). Alhadas é terra de gente amante da liberdade cívica e da cultura. (Gomes, 2002:119)</p> <p>No que diz respeito às habilitações literárias da população desta freguesia, verifica-se que existe uma grande percentagem de população sem qualquer nível de instrução, atingindo os 18%. Da população residente nesta freguesia, encontramos 32% de sujeitos que possuem como nível de instrução o 1.º CEB, existindo, ainda, uma percentagem de 13% de indivíduos que apenas possuem o 1.º CEB incompleto. Apenas 7% de sujeitos possuem habilitações ao nível do ensino secundário completo, 0,45% com habilitações ao nível superior de bacharelato e 1,45% ao nível de licenciatura.</p>

Alqueidão	<p>A freguesia de Alqueidão dista cerca de quinze quilómetros da sede do concelho e é acessível através das estradas municipais que fazem ligação ao I.C.I. É limitada a Norte pela freguesia de Vila Verde, Sul pelo Paião e Borda do Campo, a Oeste por Lavas e a Este pelo concelho e Soure. (Henriques, 2005:105).</p> <p>Situada a sul do concelho, foi criada pelo Decreto n.º 15.287, de 30 de Março de 1928, por desanexação da Freguesia de Paião.</p> <p>As actividades económicas predominantes são a agropecuária, a construção civil, e, especialmente, a agricultura, nomeadamente com a vitivinicultura, favorecida pela proximidade dos rios (para além do Mondego, a freguesia é também banhada pelo rio Pranto, um seu afluente), e, principalmente, a enorme produção de arroz, favorecida pelo Mondego que, com as suas águas, regou e fertilizou os campos de arroz. No que diz respeito ao nível de instrução da população residente na freguesia de Alqueidão, à semelhança do que acontece na freguesia de Alhadas, verifica-se que existem ainda cerca de 18% de residentes sem qualquer nível de instrução 17% com o 1.º CEB incompleto, bem como cerca de 32% de indivíduos com nível de instrução ao nível do 1.º CEB completo. Apenas 6% da população possui habilitações ao nível do ensino secundário completo. Com habilitações de nível superior encontramos 1% de sujeitos com Bacharelato e 1% de indivíduos com habilitação ao nível de licenciatura</p>
Bom Sucesso	<p>A Freguesia de Bom Sucesso, situada a norte da freguesia de Quiaios, a cerca de sessenta e sete quilómetros da sede do concelho, destaca-se pela cultura de um povo típico e que ainda conserva algumas das suas arcaicas características, como por exemplo o vestuário. Confinava com as freguesias de Moinhos da Gândara e Ferreira-a-Nova e com o concelho de Cantanhede. (Henriques, 2005:67)</p> <p>A sua actividade económica principal é a agropecuária (criação de gado e produção de leite), já que a mesma encontra condições ecológicas favoráveis nesta Freguesia, constituindo um importante recurso para a população. Da sua actividade económica fazem, também, parte a pequena indústria, o comércio, a hotelaria e os serviços. Bom Sucesso é uma freguesia tipicamente gandra, tanto nas suas gentes, como nos seus costumes e nas tradições carregadas de ruralidade. Quando analisados dos dados dos censos de 2001 relativamente ao nível de instrução da população desta freguesia, verifica-se que existem cerca de 25% de sujeitos sem qualquer nível de instrução e 17% de indivíduos com habilitações ao nível do 1.º CEB incompleto. Com o 1.º CEB completo surgem 26% de residentes. Apenas 3% da população possui habilitações ao nível do ensino secundário completo, e 2% possuem habilitação de nível superior (licenciatura).</p>
Borda do Campo	<p>Distando cerca de dezoito quilómetros da sede do concelho, Borda do Campo confina com as freguesias de Paião e Alqueidão e com os concelhos de Soure e Pombal. Criada em 1989, é uma das freguesias mais recentes do concelho da Figueira da Foz. É constituída por um aglomerado de sete povoações, rodeadas por campos de arroz, que anteriormente faziam parte da vizinha freguesia de Paião. Pensa-se que a denominação “Borda do Campo” teve origem na associação de moradores com o mesmo nome.</p> <p>No sector primário, a cultura do arroz permanece como principal actividade e, alguns aspectos, mantêm ainda resquícios de antigas tradições. Hoje como ontem, ainda possível ver homens e mulheres percorrendo os campos alagados, ombreando sacos do cereal que se há-de lançar à água, acompanhados de barças (ou em sua substituição por laranjeiras de ar de pneus de tractores) utilizadas para o transporte dos sacos de cereal. (Henriques, 2005:111). Quanto ao nível de instrução da população residente nesta freguesia, verifica-se, de acordo com os dados dos censos de 2001, que cerca de 17% dos indivíduos aqui residentes não possuem qualquer nível de instrução. Cerca de 18% não completou o 1.º CEB, e 37% possuem o 1.º CEB completo como nível de instrução. Apenas 4% possuem habilitações ao nível do ensino secundário completo, existindo 2% de indivíduos com habilitação de nível superior (1% com Bacharelato e 1% com Licenciatura).</p>
Brenha	<p>Situada cerca de seis quilómetros a norte da cidade da Figueira da Foz, junto à estrada nacional 109, Brenha é a mais pequena freguesia do concelho. Confinava com as freguesias de Quiaios, Alhadas e Vila</p>

	<p>Brenha é a mais pequena freguesia do concelho. Confina com as freguesias de Quiaios, Alhadas e Vila Verde Até 1934 pertenceu à freguesia vizinha de Quiaios e integrou o concelho de Maiorca até Janeiro de 1854, data em que este foi anexado ao da Figueira. Ganhou autonomia eclesiástica e paróquia própria apenas em 1934, desanexando-se da Matriz de Quiaios. Entre a metade do séc. XIX e meados do séc. XX povoou-se de lavradores e jornaleiros, oriundos de zonas mais pobres da Gândara, que aqui buscaram trabalho nas vastas propriedades agrícolas. (Henriques, 2005:71).</p> <p>Brenha foi uma terra que sempre viveu da agricultura que tem o vinho como a sua principal riqueza agrícola, sendo ainda famosa pelo fabrico de broa de milho. É hoje uma localidade muito procurada em termos habitacionais e onde a produção significativa do milho e do vinho deu há muito lugar a uma actividade comercial onde os serviços ligados ao ramo automóvel assumem algum destaque.</p> <p>Analisando os dados do portal do INE referentes à distribuição da população residente por nível de instrução, mais uma vez se verifica a existência de uma grande percentagem de indivíduos sem qualquer nível de instrução (12%), bem como de indivíduos que se deixaram ficar pela instrução ao nível do 1.º CEB (33%). Com instrução ao nível do ensino secundário completo encontramos cerca de 9% da população residente. No que diz respeito a habilitações de nível superior, encontramos cerca de 4% da população residente (1% com habilitação ao nível do Bacharelato e 3% ao nível da Licenciatura).</p>
Buarcos	<p>A Freguesia de Buarcos dista da sede concelhia cerca de três quilómetros, sendo que a Vila de Buarcos resulta da fusão das duas antigas povoações de Redondos e Buarcos. Situada no sopé da serra da Boa Viagem e incluída na área urbana do concelho da Figueira da Foz, a freguesia faz fronteira com Quiaios, São Julião, Brenha e Tavarede. Buarcos foi em tempos um porto de mar, tendo a sua importância sido durante muito tempo superior à da própria Figueira da Foz, actual sede de concelho. Actualmente, a freguesia de Buarcos encontra-se completamente absorvida pelo tecido urbano da Figueira da Foz, não deixando porém de manter as suas características particulares, nomeadamente ao nível da traça dos edifícios, onde predomina uma arquitectura tipicamente piscatória. As actividades económicas predominantes são o turismo, a indústria hoteleira e a pesca. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística referentes aos Censos de 2001, cerca de 63% da população empregada desta Freguesia de Buarcos desenvolve a sua actividade no sector terciário, distribuindo-se quase equitativamente pelo sector terciário económico e pelo sector terciário social.</p>
Ferreira-a-Nova	<p>Ferreira-a-Nova, localizando-se a cerca de dezoito quilómetros da sede concelhia, confina com as freguesias de Santana, Moinhos da Gândara e Bom Sucesso e com o concelho de Montemor-o-Velho. (Henriques, 2005:77).</p> <p>Quando analisados os dados referentes ao nível de instrução da população residente nesta freguesia, verifica-se que existem cerca de 20% de indivíduos sem qualquer nível de instrução, ao que acresce uma percentagem de indivíduos que apenas possuem instrução ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico de cerca de 30% de sujeitos. Para além disso, existem cerca de 18% de residentes que apenas possuem o 1.º CEB incompleto. Esta freguesia, de acordo com os dados dos censos de 2001, disponíveis no portal do INE, tem uma taxa de analfabetismo de 14,56%.</p>
Lavos	<p>Freguesia do sul do concelho, na margem esquerda do rio Mondego, Lavos fica situada na orla atlântica, entre as suas congéneres de São Pedro e Marinha das Ondas, distando da sede concelhia cerca de sete quilómetros</p> <p>A nível económico, Lavos está intimamente ligada à extracção de sal, embora esta actividade esteja em declarado declínio. As actividades económicas actualmente predominantes são: indústria de celulose, pequenas indústrias de têxtil, carpintaria e metalurgia, e na Costa de Lavos, o turismo No que concerne às actividades económicas Lavos é ainda uma freguesia com características rurais apesar do desenvolvimento urbano efectivado ao longo das vias principais e periféricas, nomeadamente, a E.N. 109</p>

	<p>que é o principal eixo viário que atravessa a freguesia, embora hoje em dia esteja reduzida a uma via secundária em relação ao itinerário Complementar que passa, a poente da freguesia. Tal como refere Gomes (2002:128) a agricultura, tendo perdido a expressão que já teve, continua a dar trabalho a uma boa parte dos activos e a contribuir para quase todas as famílias como uma fonte complementar de rendimento.</p> <p>Quanto aos dados referentes ao nível de instrução da população residente nesta freguesia, de acordo com os dados referentes a 2001, existe cerca de 18% de indivíduos sem qualquer nível de instrução, bem como cerca de 14% de indivíduos que possuem grau de instrução ao nível 1.º CEB incompleto. Para além destes, cerca de 30% da população residente possui formação ao nível do 1.º Ciclo de Ensino Básico completo. Lavos atinge uma taxa de analfabetismo de 12,85%, de acordo com os dados dos Censos de 2001.</p> <p>Com o ensino secundário completo encontramos cerca de 7% da população residente nesta Freguesia de Lavos, existindo, ainda, cerca de 2% de residentes com habilitação ao nível de Bacharelato e mais 2% com habilitações ao nível de Licenciatura.</p>
Maiores	<p>Intimamente ligada ao cultivo do arroz e situada no centro do concelho, a freguesia de Maiores dista cerca de dez quilómetros da Figueira da Foz, fazendo fronteira com Alhadas, Santana e Vila Verde. Maiores é uma povoação muito antiga, de acordo com a tradição. Tal se pode também verificar através de documentos que provam a doação que destas terras foi feita por D. Dulce, esposa de D. Sancho I, ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (onde se encontra sepultado). Sabe-se ainda que Maiores recebeu foral em 1194, concedido pelo Prior do mesmo mosteiro, D. João Frois. Foi sede de concelho até 1853.</p> <p>A agricultura, comércio e pequena e média indústria são as actividades económicas mais relevantes desta freguesia. Para além disso, ao longo do último quarto de século, o Festimaiores tem sido palco de uma demonstração socio-cultural prestigiante não só para a freguesia, mas para todo o país, divulgando a cultura popular nacional e internacional, através de representações folclóricas e etnográficas.</p> <p>Quanto ao nível de instrução da população residente nesta freguesia rural da área do Concelho da Figueira da Foz, verifica-se que, à semelhança da generalidade das freguesias aqui referidas, existe um grande número de cidadãos sem qualquer nível de instrução, correspondendo a cerca de 21% da população residente na área da Freguesia de Alhadas.</p> <p>Cerca de 14% da população residente sabe ler e escrever sem, no entanto, ter completado o 1.º Ciclo do Ensino Básico, existindo, ainda, uma percentagem de 25% do total da população residente nesta freguesia que apenas possui instrução ao nível do 1.º CEB completo. Quanto ao ensino secundário completo, apenas cerca de 7% da população possui este nível de instrução. Segundo os dados constantes do portal do INE, referentes aos Censos de 2001, a taxa de analfabetismo nesta freguesia atinge os 16,18%.</p>
Marinha das Ondas	<p>Freguesia situada no extremo sul do concelho, a cerca de quinze quilómetros da sede do concelho, Marinha das Ondas confina com a orla atlântica fazendo ainda fronteira com Lavos e Paão. Desanexada da freguesia de Lavos em 1927, o desenvolvimento da Marinha das Ondas esteve outrora relacionado com a função do Mosteiro de Seça, uma vez que foram os seus monges que implementaram o comércio e a agricultura e fizeram desta região uma próspera produtora de vinhos. O escoamento desse produto era feito em barcos que navegavam pela Ribeira de Seça, até à Foz do Rio Mondego, Coimbra e Montemor-o-Velho.</p> <p>A indústria de celulose e pequena e média indústria são as actividades económicas predominantes na freguesia.</p> <p>Mais uma vez, encontramos-nos perante uma situação de elevado número de população sem qualquer nível de instrução, sendo que, de acordo com os dados do INE, a taxa de analfabetismo desta Freguesia</p>

	atinge os 13,22%. Ainda assim, verifica-se que existe cerca de 2% de licenciados na freguesia e 1% de Bacharéis.
Moinhos da Gândara	<p>Moinhos da Gândara é a décima oitava freguesia do concelho da Figueira da Foz, desagregada da freguesia de Alhadas, cuja criação foi aprovada por unanimidade pela Assembleia da República, em sessão plenária de 20 de Junho de 1997 e consignada na Lei n.º 25/97, publicada no Diário da República de 12 de Julho desse mesmo ano.</p> <p>A nova área administrativa, para além da freguesia de Alhadas, de que provém, faz ainda fronteira com Quiaios, Santana, Ferreira-a-Nova e Bom Sucesso. O nome da nova freguesia é consensual e justificado pelo facto de existirem na zona, desde princípios do século XIX, muitas dezenas de moinhos de água ou do vento, alguns ainda em laboração, ao longo de várias linhas de água ou noutros pontos estratégicos e que são indiscutivelmente verdadeiros "ex-libris" desta fértil região gandaréza e tornaram conhecidos os nossos populares moleiros por muitas terras da região, até à Figueira da Foz. Conforme refere Henriques (2005:87), se a agricultura pouco mais dá que para a subsistência familiar, é na pecuária, na indústria de transformação de carnes, na floricultura, na construção civil e pequeno comércio e serviços que se emprega a maior parte da mão-de-obra local. Mais uma vez, estamos perante uma freguesia com enorme <i>deficit</i> de instrução da população residente. Cerca de 22% da população não possui qualquer nível de instrução, cerca de 18% possui instrução ao nível do 1.º CEB incompleto e 29% possuem um nível de instrução ao nível do 1.º CEB completo.</p>
Paião	<p>Criada no início do século XVII, Paião albergou uma ordem de vigários ligada ao Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Com Lavos formou um concelho pertencente a Montemor-o-Velho, o qual viria a ser extinto em 1853. Entretanto, em 1900, foi constituída freguesia. A 30 de Junho de 1989, a povoação foi elevada a vila.</p> <p>Conhecida como "Terra dos Alfaíates", devido a uma actividade predominante em tempos remotos, Paião situa-se aproximadamente a treze quilómetros da sede de concelho, na parte sul do mesmo, entre as freguesias de Lavos, Marinha das Ondas, Borda do Campo e Alqueidão. Hoje em dia, a alfaíataria praticamente desapareceu, devido à preferência pelo pronto-a-vestir.</p> <p>As principais actividades económicas são ainda derivadas da agricultura e pecuária, a confecção e o pequeno comércio. (Gomes, 2002:133).</p> <p>Nesta freguesia verifica-se que cerca de 16% da população não possui qualquer nível de instrução, existindo cerca de 13% de indivíduos que sabem ler e escrever sem, no entanto, possuir o 1.º CEB completo, sendo que cerca de 28% da população possui apenas instrução ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Esta é uma freguesia que, de acordo com dados dos Censos de 2001, possui uma taxa de analfabetismo de 10,9%.</p>
Quiaios	<p>Situada a cerca de oito quilómetros da sede de concelho, Quiaios confina a sul com a freguesia de Buarcos e a norte com a de Bom Sucesso. Possui praias extensas, sendo as mais conhecidas aquela que herda o nome da freguesia a par com a da Murtinheira. A Quiaios pertencem, ainda, parte da Serra da Boa Viagem e a Lagoa das Braças, vizinha das suas congéneres da Vela e Salgueiro, estas já na freguesia de Bom Sucesso.</p> <p>Quanto ao grau de instrução da população residente nesta freguesia de Quiaios, verifica-se que, de acordo com os dados dos Censos de 2001, cerca de 14% dos indivíduos não possuem qualquer nível de instrução e 29% possuem instrução ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Esta freguesia apresenta uma taxa de analfabetismo de 11,55%, tendo apenas uma percentagem de 7% de indivíduos com habilitações ao nível do ensino secundário completo. Existem 2% de indivíduos com habilitação superior, ao nível de Licenciatura e 1% ao nível de Bacharelato.</p>

Santana	<p>Fica situada a cerca de quinze quilómetros a noroeste da Figueira da Foz, fazendo fronteira com as suas congéneres de Alhadas, Ferreira-a-Nova, Moinhos da Gândara e Maiorca. A área ocupada pela freguesia de Santana, criada em Fevereiro de 1988, pertencia anteriormente a Ferreira-a-Nova.</p> <p>Nas imediações de Santana situa-se a Quinta de Fôja. Propriedade privada, que alcança uma extensa área de cerca de mil hectares, dos quais setecentos e cinquenta são aproveitados na cultura do arroz. Pratica-se a criação de gado bovino e cavalar.</p> <p>Em Fôja também se pode salientar a Mata, propriedade nacional e que ocupa uma área de cerca de 3640 hectares e é limitada pela nascente do rio Fôja, que nasce na Lagoa da Vela e vai desaguar ao Mondego junto a Sanfins. É uma sumptuosa floresta de pinheiros, mimosas, sobreiros, eucaliptos, etc. Esta quinta também é rica em fauna, sendo que, entre as espécies animais ali existentes, evidenciam-se o coelho, a lebre, o pato bravo, a rola, a garça, a perdiz, etc.</p> <p>Quanto ao nível de instrução da população residente nesta freguesia, verifica-se que cerca de 16% dos indivíduos não possui qualquer nível de instrução, sendo que, de acordo com os dados constantes no portal do INE, referentes aos censos de 2001, a freguesia de Santana apresenta uma taxa de analfabetismo de 9,68%.</p>
São Julião	<p>A cidade da Figueira da Foz estende-se por uma única freguesia, de que é padroeiro São Julião. Segundo reza a lenda, o santo, conhecido pela sua hospitalidade, recebia numa estalagem de sua propriedade pescadores pobres, tendo posteriormente erguido nesse local uma capela, ao redor da qual se terá desenvolvido a freguesia. Situada na foz do rio Mondego, na margem direita deste, São Julião faz fronteira com as outras freguesias da área urbana - Buarcos, Tavadre e São Pedro – e ainda Vila Verde.</p> <p>Em 1771, a Figueira da Foz foi elevada à categoria de vila e em 1882 foi elevada à categoria de cidade.</p> <p>Como actividades económicas predominantes nesta freguesia destacam-se o turismo, a hotelaria, a restauração e o comércio.</p> <p>Quanto ao grau de instrução da população residente nesta freguesia, ainda existem aqui muitos indivíduos com baixo nível de instrução, existindo, inclusive, cerca de 11% de indivíduos sem qualquer nível de instrução. Esta é a freguesia com maior número de indivíduos com habilitação ao nível do ensino superior, existindo cerca de 10% de população com habilitação ao nível de licenciatura.</p>
São Pedro	<p>A freguesia de São Pedro insere-se na área urbana da Figueira da Foz, estando situada na margem esquerda do Rio Mondego, distando cerca de cinco quilómetros do centro da cidade da Figueira da Foz, dividindo com a sede de concelho a foz do Mondego. Constituída pelas povoações da Cova e da Gala, a freguesia de São Pedro foi criada em 1985 por decreto emanado da Assembleia da República. Até essa data, aquelas localidades estavam sob jurisdição da vizinha freguesia de Lavos. As origens desta zona urbana são de raízes predominantemente piscatórias e remontam ao século XVIII. Trata-se, hoje, de uma freguesia marcadamente industrial e portuária. E pelas suas potencialidades naturais apresenta excelentes condições para a prática de turismo balnear proporcionada pelos cinco quilómetros de praias de areia branca e fina, pelo mar límpido de água de muito boa qualidade e também pelas condições que o braço sul do rio Mondego, que a ladeia a nascente, permite: prática de pesca desportiva, de vários desportos náuticos, assim como outros motivos lúdicos e de lazer. As actividades económicas que aqui predominam são a pesca e toda a indústria suplementar existente na Zona Industrial, implantada na área desta freguesia.</p> <p>A freguesia de S. Pedro possui cerca de 15% de população sem qualquer nível de instrução, 13% com instrução ao nível do 1.º CEB incompleto e 29% de indivíduos com nível de instrução ao nível do 1.º CEB.</p>

Tavarede	<p>Localizada a cerca de dois quilómetros da sede concelhia, a freguesia de Tavarede, juntamente com São Julião, Buarcos e São Pedro, está incluída na área urbana do concelho da Figueira da Foz. O povoamento de Tavarede, iniciou-se antes do século XII pensando-se mesmo que remonta à Pré-história. No início do século XI, D. Sancho e D. Dulce doaram as suas terras à Sé de Coimbra recebendo foral, em Maio de 1516.</p> <p>A casa de Tavarede foi fundada por António Fernandes de Quadros, senhor de Buarcos e Vila Verde. Este, em 1640, instituiu o morgadio e mandou construir o palácio. A família Quadros foi titular da casa de Tavarede até ao terceiro conde de Tavarede, extinguindo-se o título com o seu falecimento em 1903.</p> <p>Em 1771, com a elevação da Figueira a vila, a Câmara de Tavarede foi extinta. Apelidada de terra dos cavadores, Tavarede tem uma estátua que lembra essa importante actividade.</p> <p>As actividades económicas predominantes nesta freguesia são comércio a grosso, agricultura e indústria de plásticos.</p> <p>Apesar de existir uma elevada percentagem de indivíduos sem qualquer nível de instrução, ascendendo a 13%, sendo que cerca de 22% de sujeitos apenas possuem instrução ao nível do 1.º CEB completo.</p>
Vila Verde	<p>Localizada na margem direita do rio Mondego, a freguesia de Vila Verde dista da sede concelhia cerca de cinco quilómetros. A primeira referência ao território de Vila Verde data de Fevereiro de 1096, quando D. Abade Pedro elaborou um documento no qual doava à Sé Episcopal de Coimbra os terrenos da Fontela e S. Veríssimo (actualmente Vila Verde), pertencentes à Igreja de S. Julião.</p> <p>Na freguesia de Vila Verde, uma das actividades industriais com mais peso é, sem dúvida, a do vidro. Para além daquela, destacam-se as actividades económicas de indústria cerâmica e agricultura. De acordo com os dados dos Censos de 2001, cerca de 37% da população exerce a sua actividade no sector secundário, 2 no sector primário e os restantes no sector terciário.</p> <p>No que concerne ao nível de instrução da população da Freguesia de Vila Verde, de acordo com os censos de 2001, existe ainda uma taxa de analfabetismo de cerca de 11,26%. Existem cerca de 2% de indivíduos com habilitação ao nível de licenciatura.</p>

5.3. Análise dos dados recolhidos com o questionário

A aplicação do questionário aos Presidentes das Juntas de Freguesia teve como objectivo averiguar qual o grau de implementação do *e-Government* naquelas autarquias locais, bem como avaliar se os Presidentes estão sensibilizados para a importância da implementação da SIC junto das comunidades locais, bem como para o problema social associado à info-exclusão.

Foram entregues questionários a todos os Presidentes de Junta das 18 Freguesias da área do Município da Figueira da Foz. Porém, apenas foram nos forma remetidos 14 questionários preenchidos, sendo, ainda, que alguns deles se apresentavam incompletos, pelo que, ao

longo da análise efectuada, se referem quais os itens que se encontram por responder em cada ponto específico.

Assim sendo, os dados aqui tratados referem-se apenas a 77,78% das autarquias locais de menor grau da área do concelho da Figueira da Foz, constituindo-se a nossa amostra analisada por 14 freguesias da área do referido concelho.

Entendemos esta não-resposta por parte de 22,22% dos Presidentes de Junta inquiridos, como indicador de uma falta de sensibilidade e de preocupação para com o tema em estudo. Tal facto também se reflecte nas respostas dadas às questões sobre o *e-Government*, bem como nas respostas obtidas nas questões abertas formuladas no questionário, que se abordarão mais à frente.

A seguir, apresentam-se os dados recolhidos através do inquérito, tratados com a ajuda do programa SPSS²¹ (Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais), bem como do programa Excel²², com a correspondente análise sintética de cada um dos quadros apresentados, concluindo-se com uma análise crítica global dos resultados obtidos.

i - Análise das habilitações literárias dos membros do executivo das Juntas de Freguesia

Neste campo, uma das Juntas de Freguesia constituintes da amostra em análise, devolveu o questionário sem preencher a resposta a esta questão. Assim, apenas 92,9% das autarquias respondentes preencheram estes campos.

De acordo com os dados recolhidos, na sua maioria, os Presidentes das Juntas de Freguesia possuem habilitações ao nível do 9.º Ano de Escolaridade, com 6 respostas das treze obtidas, a que corresponde 46,2% do total das respostas obtidas.

²¹ SPSS versão 14.0 for Windows, LEAD Technologies, Inc.

²² Microsoft Office Excel 2007

Tabela 23 - Habilitação Literária do Presidente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	6.º Ano	1	7,1	7,7	7,7
	9.º Ano	6	42,9	46,2	53,8
	12.º Ano	2	14,3	15,4	69,2
	Outro	4	28,6	30,8	100,0
	Total	13	92,9	100,0	
Missing	Sem Resposta	1	7,1		
Total		14	100,0		

* - Dentro das habilitações referidas na hipótese de escolha “outro”, encontram-se: 1 Presidente de Junta com Habilitação de nível secundário (11.ºano) (7,7%), 2 Presidentes de Junta com Habilitações de nível superior (Bacharelato) (15,4%) e 1 Presidente de Junta com frequência de 4.º ano de Licenciatura em Engenharia (7,7%).

Existe, ainda, um Presidente de Junta com formação a nível do 6.º ano de escolaridade, não se verificando a existência de nenhum eleito nesta categoria com habilitação de nível superior.

Tabela 24 – Habilitações Literárias do Secretário

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4.ª Classe	1	7,1	7,7	7,7
	9.º Ano	2	14,3	15,4	23,1
	12.º Ano	4	28,6	30,8	53,8
	Licenciatura	4	28,6	30,8	84,6
	Outro*	2	14,3	15,4	100,0
	Total	13	92,9	100,0	
Missing	Sem resposta	1	7,1		
Total		14	100,0		

* - Dentro das habilitações aqui referidas como inseridas no item “Outro”, encontram-se: 1 Secretário com habilitação de nível secundário (antigo 7.º ano) e 1 secretário com habilitação de nível superior (Bacharelato), correspondente a um valor percentual de 7,7% do total, para cada género de habilitação.

Em relação aos Secretários das Juntas de Freguesia, verifica-se que o grau de instrução é mais elevado do que acontece com os Presidentes do órgão executivo, sendo que as respostas mais frequentes apontam habilitações ao nível do 12.º Ano de escolaridade, a par com habilitação de nível superior (Licenciatura). Porém, um dos inquiridos afirmou que o secretário da sua Junta de Freguesia possui o 4.º ano de escolaridade.

Tabela 25 – Habilitações Literárias do Tesoureiro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4.ª Classe	2	14,3	15,4	15,4
	6.º Ano	3	21,4	23,1	38,5
	9.º Ano	2	14,3	15,4	53,8
	12.º Ano	1	7,1	7,7	61,5
	Licenciatura	1	7,1	7,7	69,2
	Outro	4	28,6	30,8	100,0
	Total	13	92,9	100,0	
Missing	Sem Resposta	1	7,1		
Total		14	100,0		

* - Dentro das habilitações mencionadas no ponto “outro”, encontram-se: 1 Tesoureiro com habilitação de nível secundário (antigo 7.º ano), (perfazendo 7,7% do total dos inquiridos, dois Tesoureiros com Habilitação de nível secundário (11.ºano), (correspondendo a um valor percentual de 15,4%), e um Tesoureiro com habilitações de nível superior (Bacharelato) (7,7% do valor total dos resultados obtidos).

Dentre as licenciaturas referidas como habilitação detida pelos Secretários, as áreas são tão diversificadas como Desporto, Direito ou Cerâmica Artística.

No que diz respeito à habilitação dos Tesoureiros das Juntas de Freguesia respondentes, verifica-se que a maior parte dos Tesoureiros dos órgãos executivos das Junta de Freguesia respondentes possui habilitação ao nível do 6.º ano de escolaridade. Com a mesma percentagem de resposta encontram-se secretários com habilitação ao nível do 4.º ano de escolaridade, do 9.º ano de escolaridade e 11.º ano de escolaridade. Encontramos, ainda, dois secretários com habilitação de nível superior, um com habilitação ao nível de Licenciatura e um com habilitação ao nível do Bacharelato.

Apesar de, na generalidade, as habilitações literárias variarem dentro do mesmo órgão executivo, curiosamente, na Junta de Freguesia de Paião todos os membros possuem habilitações ao nível do Bacharelato.

ii - Estrutura etária dos membros do executivo das Juntas de Freguesia

No que concerne a este ponto, foram duas as Juntas de Freguesia que deixaram esta questão por responder. O estudo representa, então, o resultado das respostas de 85,7% do total das autarquias respondentes.

Na maioria dos casos, os eleitos das Juntas de Freguesia da área do concelho da Figueira da Foz que responderam ao inquérito em apreciação, enquadram-se no escalão etário acima dos 51 anos, existindo também uma grande parte que se enquadra no escalão de 41 a 40 anos. Poucas são as Juntas de Freguesia que possuem membros do seu órgão executivo com idade entre 31 e 40 anos. Curiosamente, uma das Juntas de Freguesia tem como membro do seu órgão executivo, um secretário com menos de 30 anos.

Tabela 26 – Escalão Etário do Presidente de Junta

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	De 31 a 40 anos	1	7,1	8,3	8,3
	de 41 a 50 anos	3	21,4	25,0	33,3
	Mais de 51 anos	8	57,1	66,7	100,0
	Total	12	85,7	100,0	
Missing	Sem resposta	2	14,3		
Total		14	100,0		

No que concerne aos Presidentes das Juntas de Freguesia, a maior percentagem de respostas obtidas aponta para o escalão etário acima dos 50 anos, com oito respostas nesta opção, a que corresponde 57,1% das mesmas.

Tabela 27 – Escalão Etário do Secretário

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Até 30 anos	1	7,1	8,3	8,3
	De 31 a 40 anos	1	7,1	8,3	16,7
	de 41 a 50 anos	3	21,4	25,0	41,7
	mais de 51 anos	7	50,0	58,3	100,0
	Total	12	85,7	100,0	
Missing	Sem resposta	2	14,3		
Total		14	100,0		

Quando analisados os dados respeitantes ao escalão etário dos Secretários dos órgãos executivos das Juntas de Freguesia, verifica-se que a maior percentagem das respostas também apontam para Secretários com mais de 50 anos. Encontramos, porém, uma Junta de Freguesia com um secretário com menos de 30 anos.

Tabela 28 – Escalão Etário do Tesoureiro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	De 31 a 40 anos	3	21,4	25,0	25,0
	De 41 a 50 anos	5	35,7	41,7	66,7
	Mais de 51 anos	4	28,6	33,3	100,0
	Total	12	85,7	100,0	
Missing	Sem resposta	2	14,3		
Total		14	100,0		

No que concerne ao escalão etário dos Tesoureiros das Juntas de Freguesia respondentes, verifica-se que a maior parte se enquadram no escalão de 41 a 50 anos, sendo que o escalão etário correspondente aos eleitos com mais de 51 anos obteve quase tantas respostas como o anterior.

iii - Caracterização dos Recursos Humanos

Das catorze juntas de freguesia que responderam ao questionário, duas optaram por não responder às questões relativas à caracterização dos Recursos Humanos ao seu dispor. Das doze respostas obtidas, em quatro questionários se afirma que as respectivas Juntas de Freguesia possuem funcionários com habilitação²³ ao nível de informática, o que corresponde a 33,33% do total das respostas dadas.

Quanto à existência de funcionários com habilitações ao nível de ensino superior, das Juntas de Freguesia que responderam a este inquérito, duas afirmam que têm funcionários com este tipo de habilitações (Bom Sucesso e São Pedro).

Da análise comparativa do número de funcionários de cada Junta de Freguesia com o número de funcionários que pertencem ao respectivo quadro de pessoal, verifica-se que

²³ Conhecimentos obtidos quer durante a formação escolar quer através de formação profissional

quatro Juntas de Freguesia não têm funcionários no quadro, correspondendo a 33,33% das Juntas que responderam ao ponto em apreço do questionário em estudo.

Tabela 29 – Análise estatística dos RH das Juntas de Freguesia

	N	Minimum	Maximum	Média	Desvio Padrão
Número Total de Trabalhadores	12	1	11	5,42	3,605
Número de Funcionários do Quadro	12	0	4	1,50	1,382
Número de Funcionários Administrativos	11	1	3	1,73	,905
Número de Funcionários com Habilitação de Nível Superior	12	0	1	,17	,389
Número de Funcionários com Habilitação na área da informática	12	0	3	,58	,900
Valid N (listwise)	11				

Da análise estatística dos dados obtidos com o questionário em análise, referente aos RH das Juntas de Freguesia verifica-se que o número mínimo correspondente ao total de trabalhadores das Juntas de Freguesia é de 1, enquanto que o número máximo é de 11, sendo que a média do número de trabalhadores das Juntas de Freguesia é de 5,42.

Existem autarquias que não possuem funcionários no seu quadro de pessoal, sendo que todos os seus trabalhadores laboram em regime de contrato de trabalho.

Quanto aos trabalhadores com habilitação de nível superior, apenas a Junta de Freguesia de Paião afirma possuir a laborar na Junta de Freguesia um trabalhador com estas características.

No que diz respeito à existência de trabalhadores com habilitação na área da informática, constata-se que cinco das Juntas de Freguesia possuem nos seus RH disponíveis trabalhadores com essas características, sendo que a Junta de Freguesia de São Julião refere que três dos seus trabalhadores possuem este tipo de formação.

Os dados referentes às respostas dadas pelas Juntas de Freguesia respondentes, são os que se descrevem na tabela que a seguir se apresenta.

Tabela 30 – Caracterização do Recursos Humanos disponíveis nas Juntas de Freguesia

Freguesias	Caracterização dos RH				
	N.º total de Funcionários	N.º de Funcionários do quadro	Funcionários Administrativos	Func. c/ Habil. Liter. de nível Superior	Func. c/ hab. na área informática
Bom Sucesso	4	2	2	1	0
Borda do Campo	1	1	0	0	0
Brenha	2	2	1	0	1
Ferreira-a-Nova	10	0	1	0	1
Lavos	5	1	3	0	0
Maiorca	8	0	1	0	1
Moinhos da Gândara	1	0	1	0	1
Paião	8	0	2	1	0
São Julião	3	2	3	0	3
São Pedro	9	3	1	0	0
Tavarede	11	4	3	0	0
Vila Verde	3	3	1	0	0

iv - Actividade das Juntas de Freguesia

No que concerne aos serviços mais solicitados pelos fregueses nas Juntas da área do Concelho da Figueira da Foz, que responderam ao questionário apresentado, destacam-se os pedidos de atestado de residência, que surgem classificados em primeiro lugar na

ordenação dos serviços solicitados pelos fregueses em 64,29% dos questionários. Em segundo lugar surgem os requerimentos de declaração de prova de vida, serviço classificado nesta ordem por 50% dos Presidentes. O licenciamento de canídeos e gatídeos surge classificado em terceiro lugar em 42,86% dos questionários, surgindo em quarto lugar o recenseamento eleitoral, desta forma classificado por 42,86% dos inquiridos.

Tabela 31 – Instituições geridas pelas Juntas de Freguesia

Instituições geridas pela JF	Ocorrências	%
Cemitério Local	13	92,86%
Centro de dia	0	0,00%
Lar 3. ^a Idade	0	0,00%
Infantário	0	0,00%
Centro de Acolhimento C.J.	0	0,00%
Centro Tempos Livres	2	14,29%
Outro ²⁴	3	21,43%

A concessão de terrenos nos cemitérios das Juntas de Freguesia aparece inicialmente classificado em quinto lugar, por 21,43% dos inquiridos, mas 42,86% daqueles referem que este serviço se classifica em sexto lugar na ordenação dos serviços mais procurados pela população. A maioria classifica em quinto lugar o recenseamento eleitoral, elegido nesta ordem por 35,71% dos inquiridos.

São Julião apresenta-se como uma junta de freguesia com vincadas preocupações sociais. Esta autarquia apresenta como serviços de apoio aos cidadãos, a prestação de apoio domiciliário a idosos, desenvolvimento de lazer e tempos livres para idosos, prestação de serviços de apoio psicológico e social a idosos, e ainda prestação de apoio social a famílias carenciadas.

Também no que diz respeito ao apoio social prestado aos seus fregueses, Bom Sucesso refere que presta serviços de consultoria ao nível de segurança social, finanças, entre outros.

²⁴ Dentro da categoria “Outro” encontram-se a gestão da piscina e do gimnodesportivo pela Autarquia do Paião, a gestão do refeitório pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico por parte da Junta de Freguesia de São Pedro a gestão da feira de Maiorca pela respectiva Junta de Freguesia. Maiorca e Ferreira-a-Nova gerem o respectivo Centro de Tempos Livres local

Tabela 32 – Serviços prestados aos cidadãos residentes na freguesia

Serviços de apoio ao cidadão	Ocorrências	%
Apoio domiciliário a idosos	1	7,14%
Ocupação tempos livres para crianças	3	21,43%
Lazer e Tempos Livres p/idosos	2	14,29%
Enfermagem	0	0,00%
Informação/orientação para idosos	0	0,00%
Apoio psicológico a idosos	0	0,00%
Apoio Social idosos	3	21,43%
Apoio social a famílias carenciadas	4	28,57%
Sala de informática/Internet	1	7,14%
Outro	1	7,14%

Curiosamente, a Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara refere que tem disponível para os seus fregueses uma sala de informática e de acesso à Internet.

Das Juntas de Freguesia que responderam ao inquérito, 50% referem que possuem um horário de funcionamento alargado, que permite aos seus fregueses contactarem com os serviços das Juntas de Freguesia em horário pós-laboral. No entanto, estes horários alargados apenas ocorrem um dia por semana. Com excepção, encontramos a Junta de Freguesia de Borda do Campo, que durante três dias por semana tem as suas portas abertas das 18h00 às 19h00. Porém, este é o seu único horário de funcionamento, já que esta Junta não labora em outro horário.

No que diz respeito ao desenvolvimento de actividades em articulação com outras entidades, no geral, as Juntas de Freguesia desenvolvem parcerias com as associações e colectividades locais. Para além destas, algumas Juntas de Freguesia desenvolvem actividades em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, recebendo os desempregados quinzenalmente. As Juntas de Freguesia de Bom Sucesso, Lavos e Tavadre prestam, ainda, aos seus fregueses serviços de correio, mediante o desenvolvimento de actividades em parceria com os CTT – Correios de Portugal, S.A..

Quanto ao número médio de atendimentos semanais realizados pelas Juntas de Freguesia, as autarquias da zona urbana realizam cerca de 300 atendimentos, à excepção da Junta de Freguesia de Vila Verde que realiza cerca de 30 atendimentos semanais.

Nesta média encontram-se as Juntas de Freguesia de Alqueidão, Moinhos da Gândara e Paião, sendo que, das Juntas de Freguesia das zonas rurais, a que tem maior número de atendimentos é a de Bom Sucesso, com uma média de 160 atendimentos semanais, e a com menor número de atendimentos é a de Borda do Campo, com um número médio de seis atendimentos semanais.

v - O Orçamento das Juntas de Freguesia

No que concerne à questão em que se solicitava que os Presidentes de Junta preenchessem o quadro relativamente às rubricas orçamentais que nos interessam a este estudo, com o montante que dedicavam a cada uma delas, duas das Juntas de Freguesia respondentes optaram por não preencher estes dados. Em nosso entender, essas Juntas de Freguesia não possuem um espírito de transparência necessário à implementação do *e-Government* na sua autarquia.

Da análise da distribuição do valor total do orçamento das Freguesias pelas rubricas orçamentais relacionadas com as Tecnologias da Informação e da Comunicação, verifica-se que é dada pouca importância à formação dos RH em áreas relacionadas com a informática. Conjugando estes dados com o facto de os RH não possuírem conhecimentos na área da informática, sendo que em algumas das Juntas de Freguesia os RH nem sequer têm acesso à Internet, ficando esta permissão pelos órgãos do executivo, depreende-se que, no caso de um cidadão se dirigir a uma destas Juntas de Freguesia com o intuito de ser ajudado por um dos funcionários, este, na maioria dos casos, não possui ele próprio capacidade para prestar a ajuda necessária.

Tabela 33 - Distribuição do Orçamento das Freguesias pelas rubricas relacionadas com a SIC

Freguesias	Rubricas Orçamentais											
	Custos com Pessoal			Aquisição Computadores e Outro Hardware			Aquisição de Software			Formação Informática		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Alhadas	25,36%	23,52%	28,27%	0,35%	2,43%	0,80%	0,40%	1,07%	0,80%	0,00%	0,00%	0,00%
Alqueidão	13,13%	19,16%	21,45%	1,08%	1,64%	2,81%	0,36%	0,33%	0,94%	0,09%	0,08%	0,09%
Bom Sucesso	9,71%	13,22%	16,93%	0,10%	0,17%	2,28%	0,00%	0,00%	0,07%	0,00%	0,00%	0,00%
Borda do Campo	8,03%	11,05%	9,91%	0,38%	0,50%	0,86%	0,38%	0,90%	0,86%	0,00%	0,00%	0,00%
Brenha	3,82%	13,73%	11,56%	0,53%	0,00%	0,00%	0,58%	0,00%	0,00%	0,13%	0,11%	0,09%
Ferreira-a-Nova	21,98%	26,66%	26,06%	0,26%	2,05%	0,27%	0,26%	0,88%	0,27%	0,13%	0,15%	0,03%
Maiorca	49,76%	36,96%	53,47%	0,22%	0,24%	0,13%	0,22%	0,24%	0,13%	0,00%	0,00%	0,00%
Paião	29,58%	43,84%	42,87%	0,50%	0,70%	0,13%	0,36%	1,17%	0,13%	0,00%	0,00%	0,00%
São Julião	28,09%	37,03%	35,19%	1,49%	1,04%	1,37%	0,37%	0,59%	0,55%	0,37%	0,30%	0,27%
São Pedro	12,18%	13,45%	12,44%	0,84%	0,52%	0,31%	0,84%	0,27%	0,31%	0,05%	0,06%	0,31%
Tavarede	23,27%	23,33%	23,50%	0,30%	0,46%	0,40%	0,37%	0,23%	0,20%	0,07%	0,69%	0,61%
Vila Verde	8,13%	16,02%	9,23%	0,63%	0,72%	0,53%	0,03%	0,21%	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%

Em muitos casos, ainda há uma cultura de centralização do poder decisório e do próprio conhecimento, o que contraria o espírito da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

vi - Utilização de TIC pelas Juntas de Freguesia

No geral, as Juntas de Freguesia foram adquirindo equipamento informático (computadores) ao longo dos últimos anos.

Tabela 34 – Evolução da aquisição de equipamento informático

Freguesias	N.º comp 2001	N.º comp 2005	N.º comp 2007	Evolução 2001-2005	Evolução 2005/2007
Bom Sucesso	2	2	2	0%	0%
Borda do Campo	1	2	2	100%	0%
Brenha	1	3	3	200%	0%
Ferreira-a-Nova	1	1	6	0%	600%
Lavos	3	5	5	67%	0%
Maiorca	2	3	3	50%	0%
Moinhos da Gândara	1	3	5	200%	67%
Paião	0	5	6	500%	20%
São Julião	4	4	6	0%	50%
São Pedro	2	3	5	50%	67%
Tavarede	4	11	11	175%	0%
Vila Verde	2	5	8	150%	60%

Essa aquisição, na maior parte dos casos, foi comparticipada pelo Programa de Modernização Administrativa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro. Ainda assim, em quatro das Juntas de Freguesia afirma-se que não beneficiaram de qualquer comparticipação na aquisição dos computadores da Junta de Freguesia, o que denota uma verdadeira preocupação do executivo na informatização dos serviços.

No que concerne a ligação em rede dos computadores, a nível interno nas freguesias, verifica-se que em três delas, apenas se encontram em rede os computadores do executivo, com a respectiva secretária de apoio, sendo apontada como razão para tal facto, a política interna seguida pela autarquia. Existe, também, o caso da Junta de Freguesia de Maiorca, em que não existe ligação em rede dos três computadores da autarquia. Como motivo para tal facto, foi apontada a insuficiência de recursos.

Regra geral, todos os computadores disponíveis na autarquia possuem ligação à Internet, no entanto, existem três casos em que tal não acontece, mais uma vez por motivo da política interna seguida pelo executivo, que opta por permitir a ligação em apenas alguns terminais.

No que concerne ao tipo de ligação à Internet escolhida, a maioria das Autarquias utiliza a ligação ADSL, à excepção das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Borda do Campo, freguesias rurais que possuem ligação RDIS.

Em geral, em todas as Juntas de Freguesia que têm acesso à Internet, os funcionários administrativos possuem computador com acesso à Internet, possuindo todos aqueles, acesso a correio electrónico.

No que diz respeito à existência de computadores com ligação da Autarquia com outras entidades, apenas a Junta de Freguesia de S. Julião possui ligação com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional. As autarquias que mais cedo tiveram os seus computadores ligados à Internet foram as Juntas de Freguesia de Borda do Campo e S. Julião, ambas com ligação à *Web* desde 2000. Em 2002 outras cinco autarquias aderem à ligação à Internet, mais quatro em 2004, outras duas em 2005, sendo que a Junta que mais recentemente aderiu à Internet foi a Junta de Freguesia de Alqueidão, com ligação desde 2006.

Quanto à utilização de aplicações informáticas para gestão do seu funcionamento interno, a pioneira no concelho da Figueira da Foz (dentre as respostas obtidas ao questionário), foi a Junta de Freguesia de S. Julião, que utiliza os programas de Gestão de Pessoal e Contabilidade desde 1993. Em 1994 esta mesma autarquia informatizou os processos de atendimento e de emissão de atestados e certidões, em 1998 a Gestão do Processo Eleitoral, em simultâneo com a Gestão de canídeos e gatídeos. Desde 2000 que possui informatizados os processos de Gestão do Património e Inventário e de Gestão de Tesouraria.

Em 1995, Lavos inicia a informatização da emissão de atestados e certidões, sendo que as Juntas de Freguesia de Alqueidão (desde 1997), Bom Sucesso e Tavarede (desde 1998) aderiram em primeiro lugar à Gestão do Processo Eleitoral. O programa de Gestão do Processo Eleitoral foi uma das aplicações mais antigas a que acederam a maior parte das Juntas de Freguesia, ainda que se verifique um desfasamento temporal acentuado entre a adesão à utilização de programas informáticos para a gestão da actividade das diversas Juntas de Freguesia. A que mais tarde aderiu à utilização de aplicações informáticas para apoio à sua actividade foi a Junta de Freguesia de Alhadas, que apenas desde 2003 possui alguns processos informatizados, nomeadamente, Contabilidade e Gestão de Tesouraria.

O processo de Gestão de canídeos e gatídeos foi o sistema de informatização que mais tardiamente se adquiriu pela maior parte das freguesias, sendo o programa mais recente em 46,15% das Juntas de Freguesia que responderam ao questionário.

Quanto ao acesso à Internet proporcionado aos seus fregueses, duas das catorze freguesias em estudo referem que não disponibilizam este tipo de serviço aos cidadãos (freguesias de Bom Sucesso e de Maiorca), contrastando com as freguesias de Tavarede e S. Julião, as quais disponibilizam, respectivamente, sete e cinco postos de acesso, dos onze e seis que possuem, respectivamente. Na sua maioria, as freguesias proporcionam o acesso generalizado dos cidadãos aos conteúdos electrónicos disponibilizados na Internet. Este acesso é na maior parte dos casos disponibilizado nos dias úteis em horário laboral, à excepção dos casos de Alqueidão, Borda do Campo, São Julião, Tavarede e Vila Verde, que disponibilizam o acesso à Internet por parte dos seus fregueses em horário pós-laboral, ainda que, apenas, em um dia da semana.

Quanto à possibilidade de serem contactados electronicamente pelos cidadãos interessados, quatro das juntas de freguesias referem não disponibilizar correio electrónico para o efeito

(29% do total dos questionários respondidos). No entanto, este dado não é fidedigno, em virtude de, através de pesquisa no *site* da Câmara Municipal da Figueira da Foz serem disponibilizados endereços para contacto electrónico para todas as Juntas de Freguesia que responderam a este questionário.

Para confirmar se esses endereços estariam correctos e se os Presidentes de Junta estariam atentos ao correio enviado pelos seus fregueses, e, ainda, de modo a poder recolher dados mais actualizados sobre cada uma das freguesias, foi colocada uma questão por endereço electrónico a cada uma das Juntas de Freguesia em estudo, solicitando, nomeadamente, informação sobre a população residente por escalão etário, população residente por nível de escolaridade e população activa por sector de actividade.

A primeira resposta recebida foi a de erro, numa das freguesias, com a mensagem de que o conteúdo da mesma seria demasiado grande para a caixa de correio. Esta mensagem numa situação em que se enviou um pequeno parágrafo de texto, sem qualquer ficheiro anexado, deixa-nos na dúvida quanto à utilidade real do recurso a esta forma de contacto por parte dos cidadãos, que pretendam solicitar qualquer tipo de informação que requeira a elaboração de um texto com algum conteúdo.

A Junta de Freguesia de Brenha foi a primeira a responder, no entanto informou que não dispunha dos dados solicitados. No mesmo sentido, foram prestadas as mesmas informações pelas Juntas de Freguesia de Quiaios e Vila Verde.

No entanto, das 18 freguesias em estudo, para além destas, apenas a Junta de Freguesia de Lavos respondeu a este *mail*, informando que possuía os dados pretendidos, mas apenas em formato papel, pelo que seria necessário enviar um número de fax para o respectivo envio.

Estes resultados deixam muito a desejar quanto à verdadeira utilização e utilidade desta ferramenta por parte das freguesias. Apesar das respostas dadas serem positivas quanto ao uso do correio electrónico como forma de contacto entre os cidadãos e a autarquia, esta não resposta ao pequeno teste promovido com este pedido de informação via electrónica, deixa-nos a dúvida quanto à veracidade das respostas fornecidas pelos Presidentes de Junta.

Referem os Presidentes de Junta que os contactos electrónicos mais frequentes são os respeitantes a pedidos de informação, constituindo 64% do total dos contactos referidos

como mais frequentes, seguindo-se de contactos relacionados com a apresentação de reclamações, referido como mais frequente por 43% dos inquiridos.

Quanto ao tipo de operações electrónicas promovidas pelas Juntas de Freguesia, a maioria dos inquiridos selecciona a consulta aos Diários da Republica e a publicação de actos de modo electrónico, seguido de contactos com fornecedores e com os cidadãos. Para além destas funcionalidades, os inquiridos referem que procedem à entrega das declarações electrónicas, transferências bancárias e a pesquisa de legislação e de informação relacionada com a actividade da autarquia. Quanto à selecção da opção “compras electrónicas”, apenas três freguesias afirmam utilizar esta funcionalidade, o que perfaz 21% das freguesias respondentes.

No que diz respeito à existência de página Web sobre a sua Autarquia, apenas cinco dos inquiridos refere a existência de *website* da sua Junta de Freguesia (36%). Dos restantes, 57% referem que não tem página e um dos Presidentes ocultou essa informação. No entanto, pela pesquisa efectuada, verifica-se que essa autarquia não possui, de facto, *website*.

Quando se questiona sobre a antiguidade do *website* respectivo, o resultado mostra-nos que a Junta de Freguesia de Tavarede foi a pioneira na criação da sua página *Web*, na área do concelho da Figueira, e no universo de questionários respondidos, seguida de São Julião, mas apenas no ano seguinte.

Quanto à frequência com que a informação constante dos *websites* é actualizada, 40% dos inquiridos que possuem página indicam que realizam a actualização da mesma sempre que se justifique, outros 40% referem que promovem essa actualização semanalmente e os restantes 20% procedem à actualização do respectivo *website* mensalmente.

No que diz respeito à responsabilidade pela manutenção do *website*, em 60% dos casos essa responsabilidade pertence a entidades externas contratadas pela autarquia. Nos restantes casos, a responsabilidade dessa manutenção pertence a um membro do executivo, sendo que existe um caso em que a responsabilidade pela manutenção do *website* é partilhada pelo membro do executivo com um funcionário com formação suficiente para o efeito.

Na maioria dos casos, a divulgação do *website* é feita mediante a introdução de referências à respectiva página na correspondência da Autarquia. Uma das Juntas de Freguesia refere

que para além desta forma, também promove a divulgação do seu *website* em desdobráveis e outra publicidade específica da Junta, sendo que um dos questionados aponta como forma de divulgação da sua página, a inserção de publicidade em jornais locais.

Quanto às funcionalidades disponíveis nos *websites*, em todas as páginas estão disponíveis informações aos interessados sobre os mais variados temas relacionados com a respectiva freguesia. Para além disso, três freguesias disponibilizam outro tipo de funcionalidades: as freguesias de Alhadas e Moinhos da Gândara disponibilizam a funcionalidade de processamento de impressos, possibilitando aos seus fregueses a solicitação de atestados (de residência, prova de vida, etc.), que, posteriormente, terá que ser levantado na sede da Junta de Freguesia. A freguesia de Tavarede permite aos seus fregueses efectuarem o *download* de impressos e formulários, a serem entregues, posteriormente, em formato papel.

Das restantes autarquias, Moinhos da Gândara e São Julião manifestam o seu desejo de implementar estas duas funcionalidades já disponíveis nas outras freguesias com *website*.

Tabela 35 – Endereços electrónicos das Juntas de Freguesia da área do Concelho da Figueira

FREGUESIA	ENDEREÇO DO <i>WEBSITE</i>	CORREIO ELECTRÓNICO
Alhadas	www.jf-alhadas.pt	mail@jf-alhadas.pt
Alqueidão		jfalqueidao@hotmail.com
Bom Sucesso		juntafregbomsucesso@hotmail.com
Borda do Campo		
Brenha		juntabrenha@gmail.com
Buarcos	www.jf-buarcos.pt	info@jf-buarcos.pt
Ferreira-a-Nova		iffnova@iol.pt
Lavos		juntafreguesialavos@sapo.pt
Maiorca		freguesiamaiorca@sapo.pt
Marinha das Ondas		jfmarinha@hotmail.com
Moinhos da Gândara		geral@jf-moinhosdagandara.pt
Paião		juntafregpaiao@hotmail.com
Quiaios	www.juntadequiaios.pt	jfquiaios@mail.telepac.pt
S. Julião		junta-santana@clix.pt
S. Pedro	-	jf.sjuliao.fig@mail.telepac.pt
Santana		jfsaopedro@clix.pt
Tavarede	www.juntatavarede.pt	geral@juntatavarede.pt
Vila Verde		jfvverde@mail.telepac.pt

Fonte: <http://figueiradigital.com>

vii - Visão pessoal sobre o Local *e-Government*

Quando se questionam os presidentes de Junta quanto à opinião sobre o tema “Governo Electrónico Local”, em 50% dos casos a opção de resposta escolhida é “tem algumas noções básicas sobre o tema”. Quatro dos inquiridos (29% do total dos respondentes), consideram o tema importante, mas a Junta de Freguesia respectiva não tem qualquer prioridade associada ao tema. Três dos Presidentes (21%), assume desconhecer completamente o tema em questão.

No que concerne à questão sobre o tipo de mudanças que esperam, 64% das respostas vão para a opção “melhor qualidade no serviço prestado aos cidadãos”, sendo este o mesmo valor percentual da selecção da opção “maior rapidez no serviço prestado aos cidadãos”. Cerca de 36% dos respondentes seleccionaram como mudança expectável com a adopção de soluções de *e-Government* pelas Juntas de Freguesia, a reorganização dos procedimentos internos das mesmas, sendo que igual percentagem de respostas recaíram na opção que estabelece a diminuição dos custos administrativos como um benefício associado ao tema. De referir ainda que um dos Presidentes de Junta assinalou a opção “Nenhuma” como única resposta à questão colocada.

No que diz respeito aos entraves que se colocam na adopção de soluções de governo electrónico na respectiva Junta de Freguesia, 43% das respostas seleccionam como questão de extrema importância a falta de informação / formação ao nível da utilização das TIC por parte dos Recursos Humanos. As questões relacionadas com limitações financeiras constituem o item seleccionado como de extrema importância por 29% dos inquiridos. Igual percentagem considera a falta de informação sobre aplicações e ferramentas relacionados com a SIC como o entrave de muita importância dentre as hipóteses que lhes foram apresentadas. A ausência de estratégia coordenada entre a Junta de Freguesia e outras entidades públicas foi o entrave seleccionado como muito importante por 14% dos inquiridos, sendo que igual percentagem correspondeu à selecção da opção “Não é considerada uma prioridade política”.

Em terceiro lugar na escala de importância como entrave à adopção do Governo Electrónico pelas Juntas de Freguesia, surge como principal escolha a ausência de estratégia coordenada entre a Junta de Freguesia e outras entidades públicas.

Apesar de existir uma Autarquia que considera importantes as questões relacionadas com eventual violação de privacidade, 21% das respostas apontam este item como pouco importante enquanto entrave à adopção de soluções de Governo Electrónico na sua Junta de Freguesia. O facto de não ser considerada uma prioridade política, é considerado pouco importante por 21% das freguesias consideradas, enquanto que 14% apontam este como um factor extremamente importante.

a) Visão pessoal sobre o Governo Electrónico Local – análise das questões abertas

Tendo em conta o papel das Juntas de Freguesia no processo eleitoral, a primeira questão colocada neste campo prendeu-se com a implementação do voto electrónico e a auscultação da opinião de cada um dos Presidentes de Junta sobre o tema.

Das respostas obtidas, destaca-se a do Presidente da Junta de Freguesia de Paião, que considera que o voto electrónico elimina o secretismo do mesmo. A Junta de Freguesia de Lavos considera o voto electrónico pouco seguro. Outro Presidente de Junta a apontar desvantagens na implementação do voto electrónico é a Presidente de Alqueidão, que considera que a mesma não será uma mais-valia para as freguesias rurais, em virtude da população ser mais envelhecida o que dificultará a adaptação ao método. Também o envelhecimento da população rural associada ao baixo grau de habilitações literárias das populações das freguesias rurais é apontado como dificuldade na implementação do voto electrónico pelo Presidente de Junta da Borda do Campo, apesar de afirmar que concorda com a medida.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde considera que para a plena implementação do voto electrónico será necessária uma evolução significativa do número de cidadãos eleitores com conhecimentos ao nível das Tecnologias da Informação e do Conhecimento, mas a mesma terá como consequências o aumento de fiabilidade no resultado eleitoral e a redução do volume de trabalho nas secções de voto. Também os Presidentes de Junta das Freguesias de Brenha e de Maiorca consideram importante a formação prévia da população. Como vantagens apontadas pelos Presidentes de Junta, são referidas: a diminuição da abstenção, pelo facto de não implicar a deslocação física dos cidadãos; diminuição dos custos associados aos actos eleitorais; possibilita o conhecimento

mais célere dos resultados eleitorais, favorecer o desaparecimento dos papéis e a diminuição da burocracia, tornará mais fácil o exercício do direito por parte dos cidadãos, bem como a fiscalização do acto eleitoral.

A segunda questão colocada pretendia que os Presidentes de Junta emitissem a sua opinião sobre o papel que as Juntas de Freguesia podem desempenhar na prevenção da exclusão social que pode advir da implementação da SIC, nomeadamente pela iliteracia digital dos cidadãos.

A maioria dos Presidentes de Junta aproveita esta questão para passar a ideia de que é necessário reforçar o volume de recursos financeiros disponibilizados no Orçamento de Estado. Referem que as Juntas de Freguesia poderão, efectivamente, ser um veículo de promoção das TIC e implementação da SIC, detendo um papel extremamente importante nesta matéria, mas será imprescindível criar as condições necessárias para o efeito, por parte das entidades superiores, em virtude de as Juntas de Freguesias não possuírem capacidade para o desempenho, de forma autónoma, de tarefas nessa área.

Apesar desta dificuldade, duas das Juntas referem ainda que o seu papel passará por divulgar acções de formação que se possam vir a realizar e incentivar os cidadãos a frequentá-las; ou ainda por participar em parcerias com outras entidades neste âmbito, ou disponibilizando espaços para que estas outras entidades promovam acções de formação nas suas freguesias. Apesar de tudo, a estas referências acrescentam que se mostra necessário dotar as Freguesias com mais meios materiais e humanos.

Das respostas dadas pelos Presidentes de Junta, constam:

“Deverão ser canalizados mais recursos para as Juntas de Freguesia ao invés de limitar a actuação das mesmas com imposição de contenção orçamental nessa área” (Junta de Freguesia de Borda do Campo).

“Deveriam ser dados meios às Juntas de Freguesia para cumprir o seu papel e dotarem os fregueses com conhecimentos nessa área” (Junta de Freguesia de Maiorca).

“Por ser o órgão autárquico mais próximo da população, a Junta de Freguesia tem um papel decisivo nesta matéria, pelo que devem, aqui, ser dados os primeiros passos na utilização das Tecnologias da Informação” (Junta de Freguesia de S. Julião).

A terceira pergunta aberta pretende que os Presidentes de Junta apresentem propostas de iniciativas que possam vir a ser um meio de potenciar o desenvolvimento da cidadania

digital dos cidadãos. No entanto, esta pergunta é mais uma vez aproveitada para reivindicações por parte de algumas das Juntas de Freguesia que voltam a referir que necessitam de espaço físico e Recursos Humanos qualificados nesta área, e que consideram necessário o “financiamento pelo Governo Central para este tipo de educação /formação para colmatar esta lacuna da vida dos cidadãos” (Junta de Freguesia de Lavos).

Ainda assim, são mencionadas algumas iniciativas para a implementação da cidadania digital, tais como, a promoção de acções de formação gratuita, por parte da Junta de Alhadas, promoção de programas com diferentes organismos, por parte da Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara, ou, no caso da Junta de Freguesia de S. Julião “diligenciar no sentido de conseguir mais voluntários de modo a possibilitar a utilização das TIC por um maior número de indivíduos”. A Junta de Freguesia de Vila Verde refere que pretende promover acções de sensibilização no sentido de “despertar e acordar as mentes para a qualidade de vida que a cidadania digital pode proporcionar”.

De seguida, solicitou-se aos Presidentes de Junta que descrevessem que outro tipo de informações ou serviços gostariam de poder disponibilizar ou projectam vir a disponibilizar *online*. Cinco das catorze Juntas respondentes, não apresentaram qualquer tipo de resposta; duas outras mencionam que não disponibilizam qualquer outro serviço por escassez de recursos financeiros, sendo que, das sete restantes, quatro manifestam a vontade de disponibilizarem os respectivos *Websites*, com disponibilização de informações úteis aos interessados. A Junta de Freguesia de Lavos refere, nesta questão, que pretende disponibilizar computadores para acesso aos jovens e demais população interessada de modo a que possam ter acesso a um mínimo de conhecimento e meios para navegar na Internet.

As restantes duas, possuidoras de *websites*, referem que pretendem aumentar os serviços que já são disponibilizados, mediante a possibilidade de emissão de pedidos de atestados e certidões, sendo que o Presidente da Junta de Freguesia de São Julião apresenta como medida a implementar pela sua autarquia “a criação de um balcão online, para prestação de serviços aos fregueses sem que estes tenham a necessidade de se deslocar à sede da Junta”.

A última questão aberta colocada aos Presidentes de Junta pretende que estes manifestem a sua opinião, apresentando observações que considerem pertinentes quanto ao estudo em causa. Apenas três Presidentes de Junta optaram por dar resposta a esta questão. O

Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso referiu: “As Juntas de Freguesia têm carências a todos os níveis, pelo que considero demagógico o discurso do Governo no que concerne à implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento, o que conduz ao aumento do cepticismo face às medidas propostas pelo mesmo.”

São Julião já se mostra um pouco mais esperançoso quanto ao futuro, porquanto afirma que “esperamos que do resultado deste estudo sejam retiradas recomendações, e, consequentemente, implementadas, no sentido de melhorar a prestação da administração autárquica”.

A terceira autarquia a responder a este item, Brenha, mencionou mais uma vez a necessidade de se promover um maior controlo orçamental das receitas de despesas das autarquias, bem como a necessidade de promover e formação dos Recursos Humanos.

viii - Análise crítica dos resultados obtidos

Da caracterização do concelho e das freguesias que o compõem, verificamos que, apesar de estarmos perante um concelho do litoral do país, o que, por si só, representa um indicador de desenvolvimento, comparativamente com os concelhos localizados mais para o interior, encontramos ainda muita população sem um nível de instrução que permita ter autonomia para aderir e desenvolver capacidades de adaptação ao uso das novas tecnologias da informação e da comunicação inerentes à implementação Sociedade da Informação e do Conhecimento. Associado ao factor instrução, verificamos que existe muita população idosa, que terá menos aptidão para a importância da SIC, e a necessidade de se acompanhar toda esta evolução que se sente nos nossos dias.

Tabela 36 - Estatísticas das Freguesias do Concelho

	População sem qualquer nível de instrução	População empregada no Sector Primário	População residente com 60 e mais anos
N Valid	18	18	18
Missing	0	0	0
Mean	17,22	7,17	24,72
Minimum	11	1	13
Maximum	25	19	33

Da análise dos dados estatísticos de cada uma das freguesias, conclui-se que a percentagem média de população sem qualquer nível de instrução atinge, no total das dezoito freguesias do concelho, um valor de cerca de 17% de indivíduos. Quanto à média da população empregada por no sector primário, esta atinge os 7,17%, sendo que o valor máximo aponta para os 19% da população empregada na freguesia a desenvolver tarefas no sector primário. Da análise da estrutura etária das freguesias da área do concelho da Figueira da Foz, verifica-se que em média 24,72% da população residente encontra-se no escalão etário de 60 e mais anos de idade.

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que os Presidentes de Junta das Freguesias da área do Concelho da Figueira da Foz possuem, na sua maioria, um baixo nível de escolaridade, dado que 42,9% dos mesmos²⁵ possuem um nível de escolaridade que não vai além do 9.º ano. Constata-se, também, que os Presidentes se incluem, maioritariamente, no escalão etário da população mais próxima da população idosa, já que 57,1% daqueles tem mais de 51 anos de idade.

Face às respostas obtidas no campo referente aos pedidos apresentados pelos fregueses, nas respectivas Juntas de Freguesia, verifica-se que o que se solicita mais são atestados de residência e requerimentos de prova de vida. Tal facto vai ao encontro do que se referiu em termos de proximidade das Juntas de Freguesia à comunidade, já que a emissão deste tipo de documentos pela Autarquia implica um conhecimento da realidade dos fregueses que a procuram.

A maior preocupação dos Presidentes de Junta de Freguesia inquiridos prende-se com a falta de meios para exercer as suas atribuições e competências. Porém, no que diz respeito à implementação da SIC, nota-se alguma falta de sensibilização dos eleitos locais para a importância do assunto. Será necessário que os eleitos locais tenham presente a importância da revolução que se nos apresenta com a introdução das TIC na rotina diária dos cidadãos, e com o seu papel crucial na minimização dos respectivos efeitos de info-exclusão nos cidadãos mais velhos, menos instruídos e menos voltados para esta nova realidade.

Para além do nível de instrução, a idade avançada de muita desta população constitui, também, um entrave de somenos importância. Esta população idosa, ainda que tenha um

²⁵ Considerando os inquéritos respondidos.

maior grau de instrução, não terá sido habituada à utilização dos novos meios de disseminação da informação ou de exercício de cidadania.

Necessitam, pois, de muito apoio e incentivo, que deverá partir dos órgãos do governo com maior proximidade aos cidadãos. Estes órgãos do poder local, são presididos por gente da freguesia, por conhecidos de todos os fregueses, com maior disponibilidade do que os membros da Câmara Municipal, e em quem, naturalmente, se confiará na palavra e se seguirá as sugestões eventualmente dadas.

No entanto, verifica-se que os próprios eleitos locais têm, na sua maioria, um baixo grau de instrução, e alguma idade mais avançada, o que os leva a ter outras preocupações nos objectivos do exercício do seu mandato. Preocupações ligadas à “execução de obra”, a face mais visível da sua actuação. Terá muito mais visibilidade a beneficiação de uma via pública, do que promover acções de sensibilização e formação para a implementação da SIC na área da sua freguesia.

No que diz respeito ao nível de conhecimento sobre o tema focado, verificou-se que uma grande percentagem de respondentes desconhece completamente o tema e metade afirma que apenas tem algumas noções básicas.

Cerca de 29% dos respondentes afirma considerar este tema importante, mas a Junta de Freguesia respectiva não tem qualquer prioridade política associada ao mesmo. Esta resposta, estará directamente relacionada com o facto mais insistentemente apontado como entrave à actuação da autarquia: a falta de recursos financeiros. A par da escassez de recursos humanos, os Presidentes de Junta reclamam uma maior transferência de fundo por parte do poder central que lhes permita desempenhar a sua missão de uma forma mais eficaz. Apesar da lei lhes conferir autonomia financeira, na realidade o orçamento da Junta de Freguesia é escasso e o apoio do município muitas vezes está condicionado pela cor política que o rege.

Este inquérito possibilitou algum conhecimento sobre a realidade das percepções dos Presidentes de Junta perante a SIC e o *e-Government*, podendo-se, desde já, concluir que a percepção é proporcional ao nível de instrução dos eleitos locais, conjugado com o factor da idade, no sentido oposto, ou seja, quanto menos idade o eleito local apresentar, mais é a abertura a esta nova realidade.

Capítulo VI - Conclusão

6.1. Síntese do trabalho realizado

A Sociedade da Informação e do Conhecimento surge na sequência do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação e na ambição de possibilitar que todos os cidadãos acedam às ferramentas que permitem ter acesso à informação numa base de conectividade digital. O presente estudo teve como ponto de partida a apresentação da definição de SIC, que pode ser vista sob diversas perspectivas, segundo a aplicação das TIC, o peso das indústrias da informação no produto interno bruto, as ocupações dos recursos humanos em actividades de informação, as alterações nas características de tempo e espaço associadas às grandes redes de informação ou segundo a evolução do acesso generalizado à informação cultural possibilitado pela utilização das TIC.

No entanto, a SIC não apresenta apenas benefícios para a sociedade, já que existem algumas dificuldades quanto à implementação no acesso generalizado à nova economia digital que geram a criação de divergências no acesso à Internet e à informação digital, quer por via de dificuldades económicas no acesso aos meios, de desconhecimento da forma de utilização dos meios ou de falta de interesse ou sensibilização para a nova realidade. Estes factores geram uma nova forma de exclusão social, a qual deverá ser tida em conta nos programas governativos.

Desde cedo²⁶ que a Comissão Europeia compreendeu a importância desta nova realidade, entendendo que a passagem para a economia digital poderia vir a ser um factor de crescimento, de competitividade e de criação de empregos, permitindo, ainda, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e do ambiente. Para criar uma Sociedade da Informação e do Conhecimento para todos, a Comissão Europeia lançou diversas iniciativas e programas comunitários, das quais partem diversos programas nacionais, a ser implementados em cada um dos estados-membros.

Em Portugal, os primeiros passos na implementação da SIC foram dados no início da década de 90. Em 1995, foi pela primeira vez, criado o Ministério da Ciência e da Tecnologia. Na dependência directa deste novo ministério foi criada equipa de Missão para

²⁶ Nomeadamente, em 1995, com a criação do programa IDA, referido no presente trabalho.

a Sociedade da Informação e do Conhecimento com o objectivo de apoiar na implementação da SIC.

Com o intuito de enquadrar o tema da SIC nas suas diversas vertentes, foi elaborado o Livro Verde para a Sociedade da Informação, o qual aponta caminhos para a adaptação de Portugal às transformações em curso, na senda do que já havia sido realizado pela União Europeia. Aqui se incluíam preocupações com a eficiência e a transparência na Administração Pública, incluído no capítulo designado por “Estado Aberto”, no qual se considera fundamental a aproximação do cidadão à Administração, conseguida através da utilização das TIC. Este documento tem, também, em consideração a importância do conhecimento enquanto factor imprescindível ao sucesso na sociedade moderna. Para concreta implementação da SIC será necessário aos cidadãos que tenham acesso a um processo contínuo de consolidação e actualização dos seus conhecimentos.

A SIC exige uma maior amplitude de conhecimentos por parte dos titulares dos postos de trabalho, devendo estes consciencializarem-se para a necessidade de ter uma cultura de flexibilidade. Nesta nova sociedade surgem novas formas de trabalhar, a que os cidadãos deverão estar atentos, esforçando-se por se manterem actualizados, numa perspectiva de aprendizagem contínua ao longo da vida, dotando-se de abertura e receptividade à mudança, tornando-se cada vez mais flexíveis e dinâmicos.

O funcionamento em rede da sociedade, inerente à implementação da SIC, inclui os organismos do Estado, com os quais os cidadãos e organizações mantêm relações ao longo de toda a sua vida, enquanto cidadãos, beneficiários, contribuintes, munícipes, fregueses, fornecedores, clientes, etc.. Esta ligação em rede pretende contribuir para a construção de um país dotado de organizações mais abertas e de processos de decisão mais transparentes e responsáveis.

Ao nível da inserção das organizações na nova realidade que se nos apresenta, os dados disponíveis permitem colocar Portugal num lugar bem posicionado face aos restantes países europeus. No entanto, esta realidade não se aplica ao cidadão comum. De facto, para que todos os cidadãos, sem excepção, sejam incluídos nesta sociedade em rede, beneficiando de todas as vantagens da sua inserção na SIC, será necessário promover a coesão social e combater a info-exclusão a que determinados grupos de indivíduos estão sujeitos, nomeadamente, os indivíduos com menor grau de instrução, os mais idosos ou aqueles com menor disponibilidade económica.

A base do problema da exclusão digital, em Portugal, encontra-se nos baixos níveis de escolaridade acompanhado pela idade avançada de grande parte da população. E as autarquias locais, como governo local e organismo mais próximo do cidadão, devem desempenhar um papel social, de integração dos cidadãos em risco nesta nova sociedade emergente, mediante promoção de acções que conduzam à efectivação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A freguesia é o organismo mais bem posicionado para alcançar esse objectivo, na medida em que tem um conhecimento mais concreto da realidade da comunidade em que se insere, desempenhando um papel fundamental enquanto elo de ligação entre as populações e o município, organismo de poder local com maiores recursos. Desta forma, estes dois organismos de poder local, o município e a freguesia, devem actuar num conceito de complementaridade em ordem a satisfazer as necessidades sentidas pelas populações que governam. Porém, para que tal aconteça numa perspectiva de inclusão da população na SIC, é necessário que ambos se apercebam da realidade emergente e tomem consciência da necessidade de incluir medidas de divulgação e implementação da SIC nos seus planos de investimento.

A área do Concelho da Figueira da Foz, a que corresponde o caso em estudo, compreende uma grande percentagem de população com baixo nível de escolaridade (cerca de 43% com habilitação até à 4.^a classe), bem como de população idosa (26% com mais de 60 anos), logo, um elevado número de cidadãos em risco de info-exclusão.

Daqui partiu-se para a pesquisa, no sentido de compreender se os eleitos locais dos organismos de poder local mais descentralizados estavam sensibilizados para a problemática da implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento e para o seu papel social inerente à divulgação da SIC junto da sua população, numa perspectiva de inclusão nesta nova realidade.

E a conclusão a que se chega é a de que a maioria dos próprios eleitos locais não conhece ou não dá importância a esta nova realidade que se nos apresenta, sendo que alguns dos Presidentes de Junta não se preocuparam em responder ao questionário que lhe foi entregue, e sendo que outros demonstram, inclusivamente, não possuírem sensibilidade para a questão da transparência na actuação da Administração, na medida em que algumas das questões que podem ser associadas a informações de carácter privado das autarquias,

não foram respondidas. Para além disso, verifica-se que alguns questionários apresentam algumas contradições nas respostas obtidas.

6.2 Trabalho futuro

Esta pesquisa terá uma validade relativa, face à quantidade de Freguesias existentes a nível nacional e às especificidades regionais de cada uma delas. Portanto, num estudo futuro colocar-se-ia o mesmo questionário aqui aplicado a outras Juntas de Freguesia de outras áreas concelhias, variando-se entre o litoral e o interior, e fazendo-se uma análise prévia das características estatísticas de cada região (concelho), de modo a seleccionar-se uma amostra com características heterogéneas, permitindo comparar os resultados obtidos em cada diferente região estudada, que possibilitasse chegar a um resultado com maior grau de fiabilidade.

Depois de analisados os dados obtidos, considerou-se que teria seria importante conjugar esta recolha, com a realização de entrevistas pessoais aos Presidentes de Junta, não apenas para clarificar algumas das respostas obtidas, dado que, em alguns casos, se verificam algumas contradições nas respostas obtidas no questionário, como também para aferir da real vontade de, na eventualidade de acederem a um maior volume de recursos, promover acções no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento e na inclusão da população da área da sua freguesia.

Para comparar os resultados dos questionários aplicados aos Presidentes destas Juntas de Freguesia com a realidade vivida nas suas comunidades, dever-se-ia aplicar, também, questionários às próprias comunidades que são administradas por estas Autarquias Locais de menor grau.

Interessaria, também, aplicar questionários aos funcionários das Autarquias Locais, de modo a aferir a sua sensibilidade para esta nova realidade, a sua abertura para a implementação de medidas de flexibilidade no seu posto de trabalho e a sua predisposição para a formação e aprendizagem numa perspectiva de actualização permanente.

Verifica-se, ainda, que os dados estatísticos existentes correspondem aos dados dos Censos de 2001. Apesar de o INE disponibilizar estatísticas demográficas para 2006, estas abrangem apenas alguns dos factores analisados e reportam-se à área concelhia, pelo que,

num trabalho futuro, seria importante analisar os valores mais actuais, para uma melhor percepção da realidade actual e da evolução que tem ocorrido neste sector.

6.3 Conclusões finais

O Mundo encontra-se perante uma nova revolução: a revolução digital. Com esta revolução surge um novo tipo de sociedade, baseada no conhecimento e no acesso à informação. Esta nova sociedade tem na Internet uma das mais preciosas ferramentas de trabalho e de desenvolvimento. Contudo, o elemento essencial a esta revolução é o indivíduo. O indivíduo enquanto gestor de uma qualquer organização, enquanto dirigente de qualquer instituição, enquanto governante mas, principalmente, enquanto cidadão comum. Esta revolução deve ser entendida como uma revolução transversal a que todos, sem excepção, devem ter acesso.

Será, então, necessário proporcionar idênticas oportunidades aos cidadãos na integração desta Sociedade da Informação e do Conhecimento, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, convicções políticas ou ideológicas, grau de instrução, situação económica, saúde, condição social, numa perspectiva de igualdade e combate à info-exclusão.

E, perante esta nova revolução, será necessário ter presente que existe um enorme risco da população mais idosa ou com menor grau de instrução não conseguir aceder aos benefícios inerentes à inclusão nesta nova sociedade, criando-se um fosso entre os cidadãos

No entanto, há ainda um grande caminho a percorrer para a implementação da SIC em Portugal. Muitas das políticas governamentais não passam de meras intenções, quando se pretende ligar em rede a Administração Pública Portuguesa. Para além da digitalização dos procedimentos em cada instituição pública, é preciso que os programas informáticos se apresentem uma plataforma tecnológica que permita a interoperabilidade entre os diversos organismos. E esta realidade necessita de intenção para a sua efectiva concretização. Intenção de voltar alguns dos investimentos autárquicos para a aquisição de equipamentos e recursos humanos, para a digitalização da informação da instituição. Intenção de actualizar o software informático existente. Intenção de formar os recursos humanos

existentes. Intenções que dependem da vontade política, que, regra geral, se volta para as acções com visibilidade e que possam promover a reeleição.

Quanto às políticas governamentais já efectivamente aplicadas, com impacto na vida dos cidadãos, é preciso ter em atenção que estamos numa sociedade em que a taxa de analfabetismo a nível nacional ainda ascende a 9.03%, existindo cerca de 23% da população portuguesa com mais de 60 anos e cerca de 34% com um nível de escolaridade até ao primeiro ciclo do ensino básico, pelo que existe uma grande fatia da população não apta a entrar na SIC e a ir ao encontro das novas medidas governamentais, sem um leve “empurrãozinho”. Isto é, será preciso alertar esta população para a revolução digital e a necessidade de a acompanhar, motivando-a para a sua participação e apoiando-a na sua integração.

Cabe ao Estado o papel social de evitar esta info-exclusão, mediante a aplicação de medidas dirigidas à população em risco. Estas medidas deverão poder ser aplicadas pelos órgãos governamentais mais próximos da população-alvo.

É aqui que surge o poder local como organismo do estado mais próximo do cidadão, e que, no âmbito da sua autonomia, tem como missão a prossecução dos interesses próprios das populações respectivas, constando a inclusão na SIC como forma de proporcionar uma qualidade de vida e uma inserção completa dos cidadãos na sociedade global, nos interesses a defender pela autarquia.

E a extrema importância do poder local, mormente das Juntas de Freguesia, deriva, não apenas do facto destas corresponderem à estrutura governamental com mais proximidade e visibilidade junto da população, mas também do seu conhecimento real das especificidades da sua população, permitindo-lhe orientar as medidas do governo central e até adaptá-las às suas populações, de modo a que as mesmas não percam o “comboio” da revolução digital e não sejam excluídas no desenvolvimento do país. As entidades governamentais devem promover a cidadania digital junto das suas populações.

E, não obstante a falta de existência de meios humanos e materiais para prosseguir esta tarefa com êxito, é também verdade que os próprios presidentes de Junta, na sua maioria, incluem-se nesta população menos jovem e menos instruída, que ainda não se apercebeu que estamos perante uma nova revolução de dimensão idêntica à revolução industrial, mas que, neste caso, é possível que todos acompanhem a revolução digital, desde que sejam

proporcionadas as condições para tal. E, mesmo sem os meios humanos e materiais referidos, é possível apoiar as populações com a ajuda das associações locais, que, principalmente nas zonas rurais onde este acompanhamento é mais necessário, têm um papel importante na vida das populações. Estas associações têm hipótese de beneficiar de alguns apoios governamentais no âmbito da implementação de projectos no âmbito da SIC, os quais podem ser pensados e divulgados em parceria com as Juntas de Freguesia.

Não basta que Portugal suba no ranking de disponibilização *online* de serviços públicos. É necessário que suba a percentagem dos cidadãos que têm possibilidade de aceder a esses serviços públicos *online* e beneficiem plenamente da Sociedade da Informação e do Conhecimento. E é neste campo que os organismos de poder local desempenham um papel de extrema importância, para o que se torna essencial consciencializar os próprios eleitos locais do valor do cidadão nesta sociedade emergente.

Bibliografia

- 📖 Cardoso, Gustavo *et al.* (2005). *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto. Ed. Campo das Letras
- 📖 Carvalho, João Baptista Costa, *et al.* (2005). *POCAL Comentado – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais*. 2.^a Edição. Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- 📖 Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela Malheiro. 1998 *Metodologia da Investigação, Guia para auto-aprendizagem*. Universidade Aberta. pp 189-203.
- 📖 Castells, Manuel. (2004). *A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- 📖 Coelho, José Dias (org.). (2007). *Sociedade da Informação – O Percurso Português*. Lisboa. Edições Sílabo.
- 📖 Collis, Jill & Hussey, Roger. (2005). *Pesquisa em Administração. Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2.^a Edição. Porto Alegre, Bookman.
- 📖 Correia, Prof Dr. Sérvulo, *et al.* (1989). *Papel das Freguesias na Administração Portuguesa*. Benedita, Edição da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias.
- 📖 Cunha, Luís Arriaga da. (2005). *Sistemas de Informação e Plataformas Tecnológicas*. In Pereira, Manuel João *et al.* (2005). *A Sociedade da Informação e a Administração Pública*. Oeiras, Ed. INA – Instituto Nacional da Administração. pp 25-46.
- 📖 Delgado, Luis. (2005). *Racionalização das Comunicações na Administração Pública*. In Pereira, Manuel João *et al.* (2005). *A Sociedade da Informação e a Administração Pública*. Oeiras, Ed. INA – Instituto Nacional da Administração. pp 89-102.
- 📖 Gomes, Paulino e Veiga, António. (2002). *Figueira da Foz – memória. Conhecimentos e Inovação....* Ed. Héstia Editores. Paços de Ferreira.
- 📖 Gouveia, Luis Borges. (2004). *Local e-government – a governação digital na autarquia*. Porto, Edições SPI, Sociedade Portuguesa de Inovação.

- 📖 Gouveia, Luis. (2003). *Palestra: Autarquias Digitais: promessas e desafios. Internet – como democratizar o seu uso e as suas práticas*, 26-28 de Junho Câmara Municipal de Abrantes. 27 de Junho, Abrantes.
- 📖 Henriques, Isabel. (2005). *Figueira da Foz, Rotas do Concelho*. Edição: Câmara Municipal da Figueira da Foz – Divisão de Cultura, Museu, Biblioteca e Arquivos. Figueira da Foz.
- 📖 Khosrow-Pour, Mehdi (2006). *Encyclopedia of E-Commerce, E-Government and Mobile Commerce*. London. Idea Group Reference. pp 203-209, 347-358
- 📖 Mattelart, Armand (2001). *Histoire de la Société de l'information*. Paris. Editions La Découverte
- 📖 Mota; Arlindo. (2005). *Governo Local, Participação e Cidadania – o caso da área metropolitana de Lisboa*. Col. Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Ed. Nova Vega.
- 📖 Neves, Artur Castro. (2006). *Políticas Públicas e Reformas na Sociedade da Informação*. Porto. Edições Afrontamento
- 📖 Pavlichev, Alexei e Carson, G. David (2004). *Digital Government Principles and Best Practices*. London. Idea Group Publishing. pp. 291-304, 344-366.
- 📖 Pereira, Marina. (2005). *Integração de Processos e Modelos Organizacionais*. In Pereira, Manuel João *et al.* (2005). *A Sociedade da Informação e a Administração Pública*. Oeiras, Ed. INA – Instituto Nacional da Administração. pp 173-187.
- 📖 Pina, António João Pires. (2005). *Interoperabilidade de Plataformas para a Administração Pública Electrónica*. In Pereira, Manuel João *et al.* (2005). *A Sociedade da Informação e a Administração Pública*. Oeiras, Ed. INA – Instituto Nacional da Administração. pp 47-67.
- 📖 Santos, José António. (1995). *As Freguesias – história e actualidade*. Oeiras, Celta Editora.

- 📖 Santos, Manuel Joaquim Moreira dos (2004). *“A Figueira da Foz e o desenrolar da historia”*. Edição do Ginásio Clube Figueirense, Figueira da Foz.
- 📖 Serrano, António, Gonçalves, Fernando e Neto, Paulo. (2005). *Cidades e Territórios do Conhecimento - Um novo referencial para a competitividade*. Col. APGC, Lisboa, Edições Sílabo, Lda, pp 79-83
- 📖 Teixeira, Paulo Adriano Marques Sousa. (2005). *Local e-government: A situação das Juntas de Freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- 📖 Vidigal, Luis. (2005). *A face oculta da Administração Pública Electrónica – uma abordagem sócio-técnica*. In: Amaral, Luis et al. (2005). *Sistemas de Informação Organizacionais*. Lisboa, Edições Sílabo, Lda. pp 525-552.
- 📖 Warschauer, Mark. (2003) *Technology and Social Inclusion – Rethinking the Digital Divide*. London. Cambrige, mass, MIT.
- 📖 Webster, Frank. (1995). *Theories of the Information Society*. London, Ed.: Routledge
- 📖 _____. (2007). *Autarquias Locais. Finanças – Competências – Organização - Funcionamento*. Lisboa, Edições DisLivro.
- 📖 _____. (2003). *Para uma Europa do Conhecimento, a União Europeia e a Sociedade da Informação*, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo.

Webgrafia

- 📖 António Cruz. Passear pela Figueira da Foz na Internet. [em linha] Disponível em <http://antoniocruz.net> [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Câmara Municipal da Figueira da Foz. *Figueira Digital*. [em linha] Disponível em <http://www.figueiradigital.com> [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Comissão Europeia. (1999). *eContenplus* (2005-2008). [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/l24226g.htm>, [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Comissão Europeia. (2005). *eEurope – Uma Sociedade da Informação para Todos* [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24221.htm>, [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Comissão Europeia. (2001). *eEurope 2001* [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226a.htm>, [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Comissão Europeia. (2002). *eEurope 2005* [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226.htm>, consultado em [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Comissão Europeia. (2005). *i2010: a Sociedade da Informação e os média ao serviço do crescimento e do emprego* [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm>, [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Comissão Europeia. (2004). Programa IDABBC (2005-2009). [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24147b.htm>, [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Comissão Europeia. (2007). *Sociedade da informação – Abordagem comunitária para uma Sociedade da Informação*. [em linha] Disponível em <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/s21012.htm>, [consultado em 30/07/2008]
- 📖 *Concelho da Figueira da Foz* [em linha] Disponível em <http://portugal.veraki.pt> [consultado em 30/07/2008]

- 📖 Costa, Rogério Paulo (2001). *A Administração Pública Electrónica – Serviço Público Directo*. [em linha] Disponível em <http://www.inst-informarica.pt> , [consultado em 10/01/2007]
- 📖 INE – Instituto Nacional de Estatísticas. Censos 2001. [em linha]. Disponível em <http://www.ine.pt>, [consultado em 2007/11/27].
- 📖 Ministério da Ciência e Tecnologia, 1997. MISSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal [em linha]. Disponível em: http://www.missao-si.mct.pt/livro_verde/ [consultado em 2007/02/17].
- 📖 Nielsen, Jakob. *Digital Divide, the three Stages*. [em linha] Disponível em www.useit.com/alertbox/digital-divide.html, [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Octágono. Figueira da Foz online. [em linha] Disponível em <http://www.figueiraonline.com> [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2003, de 12 de Agosto, que aprova o Plano de Acção para o Governo Electrónico, [em linha] Disponível em www.portugal.gov.pt, [consultado em 2007/01/31].
- 📖 Simplex - Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa [em linha] Disponível em <http://www.simplex.gov.pt/> [consultado em 30/07/2008]
- 📖 Sonaecom – Serviços de Comunicação, S.A. [em linha] Disponível em <http://www.viajar.clix.pt>
- 📖 Wikipédia, enciclopédia livre [em linha] Disponível em <http://pt.wikipedia.org> [consultado em 30/07/2008]

Diplomas Legais

- 📄 Lei n.º79/77 de 25 de Outubro
- 📄 Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro
- 📄 Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto
- 📄 Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro
- 📄 Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro
- 📄 Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro
- 📄 Decreto-Lei n.º 100/84, de 28 de Março
- 📄 Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro
- 📄 Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/96, de 21 de Março
- 📄 Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/98, de 1 de Setembro
- 📄 Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/99, de 6 de Abril
- 📄 Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2000, de 18 de Agosto
- 📄 Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de Novembro
- 📄 Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2003, de 12 de Agosto
- 📄 Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2003, de 12 de Agosto

Anexos

A1 – Questionário entregue aos Presidentes de Junta de Freguesia



Mestrado em Administração Pública

A Contribuição das Freguesias para a divulgação da
Sociedade da Informação e do Conhecimento

Inquérito aos Presidentes de Junta

Instituto Superior Bissaya Barreto
Ana Isabel Viegas Baptista Marques

Exmo(a). Sr(a).

O presente questionário, realizado no âmbito da investigação da tese de mestrado em Administração Pública, subordinada ao tema “A Contribuição das Freguesias para a divulgação da Sociedade da Informação e do Conhecimento”, tem como objectivo fazer um levantamento da situação do Governo Electrónico Local na área do Concelho da Figueira da Foz.

A investigação está a ser desenvolvida por Ana Marques, aluna do Mestrado em Administração Pública, ministrado no Instituto Superior Bissaya Barreto, sob a orientação da Doutora Maria João da Silva Costa Ferreira, docente da Universidade Portucalense.

Agradecemos a sua colaboração.

Caracterização do Executivo

1. Habilitações Literárias do Presidente da Junta

- ☐ Menos que a 4.^a Classe
- ☐ 4.^a Classe
- ☐ 6.º Ano de Escolaridade
- ☐ 9.º Ano de Escolaridade
- ☐ 12.º Ano de Escolaridade
- ☐ Licenciatura. Indicar a área _____
- ☐ Outro. Qual _____

2. Habilitações Literárias do Secretário

- ☐ Menos que a 4.^a Classe
- ☐ 4.^a Classe
- ☐ 6.º Ano de Escolaridade
- ☐ 9.º Ano de Escolaridade
- ☐ 12.º Ano de Escolaridade
- ☐ Licenciatura Indicar a área _____
- ☐ Outro. Qual _____

3. Habilitações Literárias do Tesoureiro

- ☐ Menos que a 4.^a Classe
- ☐ 4.^a Classe
- ☐ 6.º Ano de Escolaridade
- ☐ 9.º Ano de Escolaridade
- ☐ 12.º Ano de Escolaridade
- ☐ Licenciatura. Indicar a área _____
- ☐ Outro. Qual _____

4. Escalão Etário do Presidente da Junta

- ☐ Até 30 anos
- ☐ De 30 a 40 anos
- ☐ De 41 a 50 anos
- ☐ Mais de 51 anos

5. Escalão Etário do Secretário

- ☐ Até 30 anos

☐ De 30 a 40 anos

☐ De 41 a 50 anos

☐ Mais de 51 anos

6. Escalão Etário do Tesoureiro

☐ Até 30 anos

☐ De 30 a 40 anos

☐ De 41 a 50 anos

☐ Mais de 51 anos

Caracterização dos Recursos Humanos

7. Número total de funcionários da Junta: _____

8. Número de funcionários pertencentes ao Quadro de Pessoal: _____

9. Número de funcionários Administrativos: _____

10. Funcionários com Habilitação ao nível do Ensino Superior: _____

11. Número de Funcionários com habilitações literárias na área da Informática: _____

Análise do Orçamento

*A Contribuição das Freguesias para a divulgação da Sociedade da Informação e do Conhecimento
O caso das Juntas de Freguesias da área do Concelho da Figueira da Foz*

Indique, por favor, os valores orçamentados para os últimos 3 anos:

	2005	2006	2007
12. Valor total do orçamento anual			
13. Valor orçamentado para Custos com Pessoal			
14. Valor orçamentado para despesas com aquisição de Computadores e outro Hardware			
15. Valor orçamentado para despesas de aquisição de Software			
16. Valor orçamentado para despesas com formação na área da informática			

Análise da Autarquia

17. Que instituições são geridas pela Junta de Freguesia:

- ☐ Cemitério local
- ☐ Centro de Dia
- ☐ Lar de Terceira Idade
- ☐ Infantário

- ☐ Centro de Acolhimentos de Crianças e Jovens
- ☐ Centro de Tempos Livres para Crianças e Jovens
- ☐ Outros. Quais: _____

18. Que tipo de serviços de apoio aos cidadãos locais presta a Autarquia:

- ☐ Apoio domiciliário aos idosos
- ☐ Actividades de Ocupação de Tempos Livres para crianças
- ☐ Actividades de Lazer e Tempos Livres para idosos
- ☐ Serviços de Enfermagem
- ☐ Serviços de Informação e Orientação a Idosos
- ☐ Apoio Psicológico a Idosos
- ☐ Apoio Social a Idosos
- ☐ Apoio Social a Famílias Carenciadas
- ☐ Outros. Quais: _____

19. Qual o número médio de atendimentos ao público realizados semanalmente: _____

20. Identifique, por ordem crescente (numerando de 1 a 12), quais os serviços diariamente mais solicitados:

- ☐ Atestado de residência
 - ☐ Atestado de situação económica
 - ☐ Prova de vida
 - ☐ Registo e licenciamento de canídeos e gatídeos
 - ☐ Recenseamento eleitoral
 - ☐ Concessão de terrenos nos cemitérios propriedade da Junta de Freguesia
 - ☐ Atestados de construções anteriores à publicação do RGEU²⁷
 - ☐ Certificação de fotocópias
 - ☐ Licenças de caça
 - ☐ Prestação de informações e defesa dos direitos dos cidadãos
 - ☐ Consulta dos Planos Municipais de Ordenamento do Território
 - ☐ Outros. Quais: _____
-

21. A Junta de Freguesia desenvolve actividades em articulação com outras entidades?

☐ Sim

²⁷ RGEU – Regime Geral de Edificações Urbanas.

Quais: _____

☐ Não

22. Qual o horário de atendimento dos serviços da Autarquia:

☐ Segunda-feira: _____

☐ Terça-feira: _____

☐ Quarta-feira: _____

☐ Quinta-feira: _____

☐ Sexta-feira: _____

Análise da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pela Autarquia

23. Qual o número de computadores que a Junta de Freguesia possui actualmente? _____

24. Quantos computadores possuía a Autarquia em 2005: _____

25. Quantos computadores possuía a Autarquia em 2001: _____

26. A aquisição de computadores pela Autarquia resultou de algum Programa nacional ou comunitários?

☐ Sim. Especifique: _____

☐ Não

27. Os computadores estão ligados em rede?

☐ Sim, todos

☐ Sim, mas apenas alguns

Especifique: _____

☐ Não

28. No caso de apenas alguns computadores estarem ligados em rede, qual o motivo?

☐ Recursos insuficientes

☐ Política interna da Autarquia

☐ Outro. Especifique: _____

29. Os computadores têm ligação à Internet?

☐ Sim, todos

☐ Sim, mas apenas alguns

Especifique: _____

☐ Não

30. Que tipo de ligação à Internet é utilizada?

☐ Adsl

☐ Cabo

☐ RDIS

☐ GPRS/3G

☐ Outro. Especifique: _____

31. Quantos funcionários têm acesso aos computadores:

☐ Todos

☐ Apenas os administrativos

☐ Apenas alguns

Quantos? _____

Especifique _____

32. Quantos funcionários têm acesso à Internet:

☐ Todos

☐ Apenas os administrativos

☐ Apenas alguns

Quantos? _____

Especifique _____

33. Quantos funcionários possuem correio electrónico:

☐ Todos

☐ Apenas os administrativos

☐ Apenas alguns

Quantos? _____

Especifique _____

34. Existem computadores ligados em rede com outras entidades?

☐ Sim, todos

☐ Sim, apenas alguns

Especifique. _____

☐ Não

35. Há quanto tempo a Junta de Freguesia possui ligação à Internet?

☐ Instalou este ano

☐ Desde 2006

☐ Desde 2005

☐ Desde 2004

☐ Desde o ano de _____

36. Especifique, por favor, quais os processos informatizados e a data de início da sua informatização:

☐ Gestão de Pessoal. Desde: _____

☐ Contabilidade. Desde: _____

☐ Gestão do Património e Inventário. Desde: _____

☐ Gestão de Tesouraria. Desde: _____

☐ Gestão do processo eleitoral. Desde: _____

☐ Gestão de correspondência. Desde: _____

☐ Gestão de Cemitérios. Desde: _____

☐ Atendimento. Desde: _____

☐ Emissão de atestados e certidões. Desde: _____

☐ Gestão de canídeos e gatídeos. Desde: _____

☐ Outros.

Especifique: _____ Desde: _____

Especifique: _____ Desde: _____

Especifique: _____ Desde: _____

Especifique: _____ Desde: _____

37. A Junta de Freguesia disponibiliza acesso à Internet aos cidadãos?

☐ Sim

☐ Não

38. Se sim, em quantos pontos de acesso? _____

39. Que tipo de informação é disponibilizada?

☐ Acesso a sites governamentais

☐ Acesso a sites de informação diversa

☐ Acesso a correio electrónico

☐ Outro tipo. Especifique: _____

40. Com que frequência?

☐ Diariamente

☐ Nos dias úteis

☐ Apenas alguns dias por semana

Especifique: _____

☐ Um dia por semana:

☐ Outro. Especifique: _____

41. Qual o horário?

☐ Laboral

☐ Pós-laboral

☐ Outro. Especifique. _____

42. A Junta de Freguesia disponibiliza correio electrónico para contacto pelos cidadãos?

☐ Sim

☐ Não

43. Qual o número médio de contactos diários de cidadãos com a Autarquia por correio electrónico? _____

44. Qual o tipo de situações expostas pelos munícipes nos seus contactos por correio electrónico?

☐ Reclamações

☐ Sugestões

☐ Pedidos de Informação

☐ Requerimentos relacionados com os serviços prestados pela Autarquia

☐ Outros. Especifique: _____

45. A Junta de Freguesia tem Website na Internet?

☐ Sim. Especifique endereço: _____

☐ Não

46. Se respondeu sim, há quanto tempo:

☐ Há menos de um ano

☐ Desde 2006

☐ Desde 2005

☐ Desde 2004

☐ Desde _____.

47. Com que frequência é actualizada a informação constante do Site?

☐ Diariamente

☐ Semanalmente

☐ Quinzenalmente

☐ Mensalmente

☐ Trimestralmente

☐ Outro. Especifique: _____

48. De quem é a responsabilidade de manutenção do Website da Junta de Freguesia?

☐ Funcionários da Junta de Freguesia com formação específica

- ☐ Funcionários da Junta de Freguesia sem formação específica
- ☐ Presidente da Junta de Freguesia
- ☐ Outro elemento do executivo da Autarquia
- ☐ Empresa externa
- ☐ Outro. Especifique: _____

49. São registadas as estatísticas de acesso ao Website?

- ☐ Sim
- ☐ Não

50. Como é promovido o website da autarquia junto dos cidadãos?

- ☐ Publicidade ou informação disponibilizada nos jornais locais
- ☐ Através da introdução de referências na correspondência da autarquia
- ☐ Através da distribuição de desdobráveis ou outra publicidade específica
- ☐ Outra forma. Especifique: _____

51. Existem normas quanto à possibilidade de colocação de publicidade de entidades privadas no website da Junta de Freguesia?

- ☐ Sim
- ☐ Não

52. Quais as funcionalidades que estão disponíveis no Website?

- ☐ Disponibilização de informação sobre a autarquia
- ☐ Download de impressos e formulários
- ☐ Processamento de requerimentos recebidos *online*
- ☐ Serviços *online* com pagamentos associados
- ☐ Lançamento de concursos públicos
- ☐ Outros. Especifique: _____

53. Existe alguma das funcionalidades atrás referidas que pretenda vir a implementar?

- ☐ Sim. Especifique: _____

- ☐ Não

54. A Junta de freguesia adquire bens pela Internet?

- ☐ Sim
- ☐ Não

55. Se não, tem planos para vir a fazê-lo?

- ☐ Sim

☐ Não

56. Que tipo de operações electrónicas são promovidas pela Junta de Freguesia?

☐ Contactos com fornecedores

☐ Contactos com cidadãos

☐ Compras electrónicas

☐ Consulta de Diário da República online e publicação de actos de modo electrónico

☐ Outras. Especifique: _____

Visão pessoal sobre o Governo Electrónico Local

57. Relativamente ao Governo Electrónico Local:

☐ Desconhece completamente o tema em causa

☐ Tem algumas noções básicas sobre o tema

☐ Considera importante, porém a Junta de Freguesia não tem qualquer prioridade associada ao tema

☐ Considera importante, mas este tema não é da competência da Junta de Freguesia

☐ A Junta de Freguesia tem alguns projectos em estudo

• Especifique: _____

☐ A Junta de Freguesia tem alguns projectos em desenvolvimento

• Especifique: _____

58. Que tipo de mudanças espera obter com adopção de soluções de governo electrónico?

- ☐ Nenhuma
- ☐ Diminuição do pessoal
- ☐ Libertação de funcionários para outros serviços
- ☐ Melhor qualidade no serviço prestado aos cidadãos
- ☐ Maior rapidez na prestação de serviços aos cidadãos
- ☐ Aumento de exigência ao nível do desempenho dos funcionários
- ☐ Aumento das receitas
- ☐ Reorganização dos procedimentos internos da autarquia
- ☐ Diminuição dos custos administrativos
- ☐ Outro

• Especifique: _____

59. De acordo com o previsto na alínea c) do n.º 3 do art.º 33.º da Lei 169/99, e subsequentes alterações, à Junta de Freguesia compete facultar a consulta pelos interessados dos planos municipais de ordenamento do Território. De que forma é essa consulta facultada aos cidadãos que o solicitam?

- ☐ A informação está disponível através de ligação em rede aos serviços municipais
- ☐ A informação disponibilizada é a que consta no website da Câmara Municipal
- ☐ Os cidadãos são aconselhados a consultarem o website da Câmara Municipal, sendo apenas facultada informação sobre o respectivo endereço electrónico

☐ Os cidadãos são aconselhados a dirigirem-se à Câmara Municipal

☐ Outra forma

• Especifique: _____

60. Classificando numa escala de 1 a 5, sendo 1 pouco importante e 5 extremamente importante, como considera cada um dos pontos apresentados como entraves à adopção de soluções de governo electrónico na sua Junta de Freguesia?

☐ Questões relacionadas com a segurança da informação digital

☐ Questões relacionadas com eventual violação de privacidade

☐ Questões relacionadas com limitações financeiras

☐ Falta de informação/formação ao nível das Tecnologias da Informação e da Comunicação por parte dos Recursos Humanos

☐ Questões relacionadas com limitações no acesso à Internet

☐ Questões relacionadas com os recursos materiais (computadores, etc.)

☐ Falta de informação sobre aplicações e ferramentas relacionadas com o governo electrónico

☐ Ausência de estratégia coordenada entre a Junta de Freguesia e outras entidades públicas

☐ Ausência de estratégia coordenada entre a Junta de Freguesia e outras entidades privadas

☐ Não é considerada uma prioridade política

☐ Outra

• Especifique: _____

61. Alguns países implementaram já mecanismos de voto electrónico, tendo já sido realizadas algumas experiências piloto a nível nacional, nomeadamente nas eleições para o Parlamento Europeu, em 2004, e nas eleições legislativas de 2005.

Qual a sua opinião sobre a adopção do voto electrónico?

62. Num cenário de globalização e de implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento, torna-se de extrema importância que todos os cidadãos possuam conhecimentos ao nível da utilização das Tecnologias da Informação e do Conhecimento (TIC), de forma a evitar a info-exclusão.

Na sua opinião, qual o papel da Junta de Freguesia na divulgação das TIC de forma a evitar esta nova forma de exclusão social?

63. Que iniciativas propõe para a formação, educação e desenvolvimento da cidadania digital dos cidadãos?

64. Que outro tipo de informações e serviços gostaria de ver disponibilizados ou projecta que a sua Junta de Freguesia disponibilize *online*?

65. Que outras observações considera pertinentes para o presente estudo?

Muito obrigada pela sua colaboração